



A Trajetória do CEFET-RN

do início do século 20 ao alvorecer do século 21

Org. Erika Araújo da Cunha Pegado



CEFET-RN
Editora

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

FERNANDO HADDAD

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

ELIEZER PACHECO

DIRETOR GERAL

FRANCISCO DAS CHAGAS DE MARIZ FERNANDES

DIRETOR DA UNIDADE SEDE

ENILSON ARAÚJO PEREIRA

DIRETOR DA UNED-MOSSORÓ

CLÓVIS COSTA DE ARAÚJO

DIRETOR DA UNED-CURRAIS NOVOS

RADIR DIAS DE MEDEIROS

DIRETOR DA UNED-IPANGUAÇU

PAULO ROBERTO LEIROS DE SOUZA

DIRETOR DA UNED-ZONA NORTE

ANNA CATHARINA DA COSTA DANTAS

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

VALDELÚCIO PEREIRA RIBEIRO

DIRETOR DE ENSINO

BELCHIOR DE OLIVEIRA ROCHA

DIRETOR DE PESQUISA

JOSÉ YVAN PEREIRA LEITE

DIRETOR DE RELAÇÕES EMPRESARIAIS E COMUNITÁRIAS

LIZNANDO FERNANDES DA COSTA

DIRETORA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS

SOLANGE DA COSTA FERNANDES

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

AURIDAN DANTAS DE ARAÚJO

COORDENADOR DA EDITORA

SAMIR CRISTINO DE SOUZA

ARTE DA CAPA

TÂNIA CARVALHO DA SILVA

REVISÃO ORTOGRÁFICA

NADIR ARRUDA SKEETE

CONTATOS

Editora do CEFET-RN

Av. Sen. Salgado Filho, 1559, CEP 59015-000

Natal-RN. Fone: (0XX84) 4005-2668, 3215-2733

e-mail: dpeq@cefetrn.br

Erika Araújo da Cunha Pegado (Org.)

*Dante Henrique Moura
Elisângela Cabral de Meireles
Erika Araújo da Cunha Pegado
Josiana Liberato Freire Guimarães
Gerda Lúcia Pinheiro Camelo
Luzia Freire da Costa Bezerra
Maria das Graças Baracho
Marcos Antônio de Oliveira*

A trajetória do CEFET-RN desde a sua criação no início do século XX ao alvorecer do século XXI

CEFET-RN
Editora

2006

A trajetória do CEFET-RN desde a sua criação no início do século XX ao alvorecer do século XXI
Copyright 2006 da Editora do CEFET-RN

Todos os direitos reservados

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por qualquer outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Editora do CEFET-RN.

Divisão de serviços Técnicos
Catálogo da publicação na fonte.
Biblioteca Sebastião Fernandes (BSF) – CEFET/RN

A trajetória do CEFET-RN desde a sua criação no início do século XX ao alvorecer do século XXI / Erika Araújo da Cunha Pegado (Org.). - Natal: Editora do CEFET-RN, 2006.

138p.

ISBN 85-89571-13-0

1. História. 2. CEFET-RN. 3. Educação. I. Pegado, Erika Araújo da Cunha. II. Título

CDD – 981

CEFET/RN/BSF

**À todos que vivem a história do
CEFET-RN, ontem, hoje e
sempre.**

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO..... 6

Erika Araújo da Cunha Pegado

As Bases da Industrialização Brasileira à Época do Desenvolvimento do Ensino Técnico. 11

Luzia Freire da Costa Bezerra

Reflexos da história no cotidiano institucional desde a Escola de Aprendizizes e Artífices até o CEFET-RN..... 27

Erika Araújo da Cunha Pegado

Da Escola de Aprendizizes Artífices ao Centro Federal de Educação Tecnológica; uma análise econômica..... 49

Elisângela Cabral de Meireles

Interfaces legais, políticas, pedagógicas e administrativas na trajetória do CEFET-RN. 76

Gerda Lúcia Pinheiro Camelo

Dante Henrique Moura

Percurso educacional do CEFET-RN desde as origens aos dias atuais 103

Josiana Liberato Freire Guimarães

Maria das Graças Baracho

A criação da Unidade de Ensino de Mossoró: realização de um sonho da população do Oeste potiguar118

Marcos Antônio de Oliveira

APRESENTAÇÃO

Para apresentar este trabalho, que foi construído de forma coletiva com o objetivo de contribuir para o resgate da história do CEFET-RN, ocorre-nos a idéia de uma metáfora: a Instituição como um organismo vivo se transformando e se descobrindo ao longo do tempo, renovando-se junto com sua comunidade. Aliás, mais do que a um organismo, esta Casa de Educação é comparável a uma *persona*, que constrói a sua própria história, desafiando desde sempre os limites estabelecidos ao longo do tempo pelos órgãos superiores e ampliando horizontes para tantos sonhadores. Palco de experiências de vanguarda do ponto de vista educacional e político, o CEFET-RN muitas vezes implantou projetos pioneiros, atraindo críticas em alguns casos, mas também servindo de exemplo para outras instituições da rede tecnológica espalhadas pelo Brasil.

Se compararmos o percurso histórico desse Centro Tecnológico com a história de uma pessoa, sem dúvida, teríamos um belo romance biográfico com todas as suas nuances de emoção, auto-afirmação e construção de uma personalidade. A despeito de sua origem limitada e destinada a uma função modesta e localizada, a Instituição conseguiu abrir fronteiras e construiu a sua história, rompendo com sua programação destinatária inicial, que era a de simplesmente treinar e de reproduzir uma pequena parcela do saber, para consolidar-se como centro de ensino de excelência, atuando não somente na área de ensino técnico e tecnológico, mas também na pesquisa e extensão.

Toda essa ampliação e redimensionamento de seu papel, com conseqüências inimagináveis à época de sua fundação, revelam que essa Instituição, por meio de quem a construiu internamente ao longo deste quase um século de existência, não se acomodou com as limitações de sua origem, mas avançou lenta, constante e gradualmente rumo à função social que hoje cumpre na sociedade:

promover educação científico-tecnológico-humanística visando à formação integral do profissional-cidadão crítico-reflexivo, competente técnica e eticamente e comprometido efetivamente com as transformações sociais, políticas e culturais e em condições de atuar no mundo do trabalho na perspectiva da edificação de uma sociedade mais justa e igualitária, através da formação inicial e continuada de trabalhadores; da educação profissional técnica de nível médio; da educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação; e da formação de professores fundamentadas na construção, reconstrução e transmissão do conhecimento que hoje compreende para uma direção. (<http://www.cefetrn.br/institucional/funcao-social>)

Através da dedicação, competência, um toque de ousadia e vanguarda e espírito de união, funcionários, professores e alunos da carinhosamente chamada “Escola”, mesmo quando já tornada um Centro Federal de Educação Tecnológica, fizeram com que a energia de trabalho e realização permeasse o espírito dessa Instituição que muitos têm como segunda casa.

Vale ressaltar que, nas obras historiográficas do Rio Grande do Norte pesquisadas para construção deste trabalho, foram encontradas poucas ou quase nenhuma referência à Instituição, de sorte que foi necessário buscar as fontes na memória de pessoas que passaram pelos seus bancos escolares e trazem ainda gravadas as marcas da influência desse ambiente educacional na sua própria vida. Nas entrevistas orais realizadas, são recolhidas lembranças, em sua grande maioria positivas da “Escola”, que continua bastante presente na vida profissional, política e pessoal de cada ex-aluno entrevistado.

Os textos que compõem este trabalho foram escritos por profissionais que fazem ou fizeram parte do CEFET-RN e, cumprindo o desejo de apresentar para a comunidade cefetiana e para o Estado do Rio Grande do Norte, dados concretos, tratam de diversos aspectos, analisando o papel que essa Instituição Federal de Ensino desenvolveu ao longo de sua existência, através da pesquisa histórica do cotidiano desta Instituição.

Dessa maneira, abordando aspectos sociais, políticos, econômicos intervenientes no processo histórico institucional,

formaram o mosaico que propiciaram o desenvolvimento e a participação dos agentes que compõem essa Instituição: alunos, efetivos e egressos; servidores, ativos e inativos e demais indivíduos ou mesmo instituições que estiveram envolvidos nessa trajetória, além de fornecer material para diversas disciplinas, dentre elas, História e Gestão Educacional.

Os capítulos compreendem artigos independentes entre si e estão dispostos da seguinte forma:

1- As Bases da Industrialização Brasileira à Época do Desenvolvimento do Ensino Técnico: apresenta-se, em linhas gerais, um quadro da história política e econômica brasileira com seus reflexos no desempenho e nas transformações dos cursos técnicos no Brasil. A análise é feita a partir do olhar para o desenvolvimento industrial e suas particularidades e características.

2- Os Reflexos da Conjuntura Histórica e Política no Cotidiano Institucional desde a Escola de Aprendizizes e Artífices até o CEFET-RN: aborda-se a influência da história do Brasil e do Rio Grande do Norte na formação dos alunos da Instituição, enfocando os períodos marcantes e seus reflexos no cotidiano escolar. A análise parte das impressões dos alunos e professores entrevistados, contextualizadas pelos principais acontecimentos históricos do período do século XX ao início do século XXI.

3-Da Escola de Aprendizizes Artífices ao Centro Federal de Educação Tecnológica, uma Análise Econômica: enfoca-se, sob o prisma estritamente econômico, o intervalo de tempo entre os anos 1910 e 2006, mostrando aspectos que interferiram sobre a realidade institucional, as respostas às relações de causa e efeito que o cenário mundial impõe ao nacional, e este, por sua vez, impõe ou sugere, pressupondo as assimetrias econômicas, políticas e sociais, presentes nas regiões brasileiras.

4- Interfaces Legais, Políticas, Pedagógicas e Administrativas na Trajetória do CEFET-RN: trata basicamente da estrutura e das múltiplas formas de atuação da Instituição ao longo de sua existência, condicionadas pela legislação e implementadas pelos órgãos superiores desde a sua fundação como Escola de

Aprendizes e Artífices até a chegada ao modelo atual como Centro Federal de Educação Tecnológica.

5- Percurso Educacional do CEFET-RN desde as Origens aos Dias Atuais: considera as influências da legislação educacional e suas diversas correntes de pensamento pedagógico nas estruturas curriculares da instituição e na formação e implantação dos currículos ao longo do tempo, buscando demonstrar como o CEFET-RN tem sido capaz de lidar com a rapidez das transformações do mundo do trabalho.

6- A Criação da Unidade de Ensino de Mossoró: Realização de um Sonho da População do Oeste Potiguar: discorre sobre a efetivação da interiorização do CEFET-RN, com a implantação da sua primeira Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) em Mossoró, que atende uma importante região do Estado, produtora de riqueza e com necessidades específicas de capacitação tecnológica.

Diante da escassez das informações no âmbito dessa pesquisa, optou-se pela forma exploratório-descritiva, com ênfase na análise qualitativa, na busca de identificar aspectos significativos das contribuições educacionais, políticas, econômicas, sociais e tecnológicas. Através da análise dos dados bibliográficos e documentais, foi possível levantar informações que subsidiaram a construção do livro.

Este trabalho se enquadra na tipologia de Tripodi (1981, p. 38-39), que qualifica a pesquisa em quantitativo-descritiva quando se procura identificar relações entre as variáveis. De acordo com Tripodi (1981, p.53), "Estudos quantitativos descritivos são investigações de pesquisa empírica que têm como finalidade o delineamento ou análise das características dos fenômenos, avaliação de programa ou o isolamento de variáveis- chave".

O depoimento de egressos e professores ativos e aposentados, que gentilmente se dispuseram a nos contar suas lembranças de diferentes épocas foram de extremo valor assim como a dedicação das alunas pesquisadoras, Eneida Lima Torreão, Celise de Lima Marinho e Sâmela Azevedo de Araújo que conduziram e digitaram as entrevistas. Um agradecimento especial. ao Prof. Marcus Vinicius de Oliveira

que gentilmente revisou a formatação do texto. A todos os que se dispuseram a colaborar e foram acessíveis ao nosso contato, dividindo conosco as suas lembranças, externamos o nosso muito obrigado. Àqueles que não tivemos oportunidade de ouvir, esperamos que apreciem o trabalho, pois este é uma homenagem a todos que por aqui passaram.

Obviamente, esta publicação não pretende cobrir toda a história da Instituição, nem esgotar os enfoques que poderiam ser dados no sentido de uma melhor compreensão do papel desta Instituição na sociedade norte-rio-grandense. Buscamos tão-somente levantar aspectos importantes a serem utilizados como base para futuras pesquisas mais aprofundadas e elaboradas.

Sabemos, contudo, que, como início do resgate histórico institucional, cumprimos da melhor forma possível o nosso papel. Cabe a outros pesquisadores a tarefa de aprimorar e aprofundar este trabalho arqueológico que, com toda certeza, nos leva a um território de emoções que passem principalmente por dois sentimentos: saudade e gratidão; saudade da aprendizagem e da vida aqui experimentada e gratidão a esta respeitável Casa de Educação.

Natal, Setembro de 2006.

Prof^a. Erika Araújo da Cunha Pegado
Coordenadora do Projeto

As Bases da Industrialização Brasileira à Época do Desenvolvimento do Ensino Técnico.

Luzia Freire da Costa Bezerra¹

Para falar das Escolas de Aprendizizes e Artífices e seus desdobramentos de nomenclaturas e estruturas, precisamos inseri-las num contexto mais amplo de concepções ideológicas, políticas e de modelos econômicos adotados no Brasil ao longo da história dessas instituições e da história do Brasil.

Antes de qualquer consideração é importante lembrar que as instituições educacionais estão situadas num contexto político e social e conseqüentemente refletem as políticas públicas praticadas pelos governos e dão respostas condizentes com os estímulos recebidos. Tratando-se do ensino técnico no Brasil, a afirmação é procedente uma vez que no momento em que foram criadas, as Escolas de Aprendizizes e Artífices atenderam a uma demanda que surgiu no país por ocasião da concepção positivista, adotada no país, com a proclamação da república e que se constituíram como instituições voltadas para o assistencialismo. Apesar da república e da urbanização, predominava no Brasil um sistema agrário de produção com a hegemonia das classes oligárquicas e uma concepção de trabalho escravista, herança de um passado ainda muito próximo. Neste sentido o ensino técnico apresentava-se como um apêndice do sistema educacional brasileiro com formação puramente propedêutica.

O propósito desta breve análise é apresentar em linhas gerais, um quadro da história política e econômica do Brasil com suas inflexões, que nos permita compreender o desempenho e as transformações porque passaram os cursos técnicos no Brasil. E nessa perspectiva é imprescindível que essa análise seja feita lançando-se um olhar para o nosso

¹ Luzia Freire da Costa Bezerra. Professora aposentada do CEFET RN

desenvolvimento industrial e para as suas particularidades e características.

Desde o período colonial, o Brasil, assim como todas as colônias do continente americano, produziam para satisfazer as necessidades do capitalismo comercial europeu. Com a revolução industrial e as conseqüentes inflexões do capitalismo mundial, o Brasil e as demais regiões da América do Sul, mantiveram-se como produtores de produtos primários para os países industrializados da Europa. Esta situação permanece mesmo depois da independência política dos países sul-americanos, sedimentando-se a idéia na primeira fase da república, de uma propalada vocação agrária de alguns desses países, dentre eles o Brasil. Esta idéia amparava-se na lei das vantagens comparativas, um dos pilares da teoria clássica, que sustentava que os recursos naturais de que dispunham esses países tais como; terras agricultáveis, clima favorável e somando-se a isso disponibilidade de mão-de-obra, dava-lhes suporte natural, sendo necessário apenas a potencialização desses recursos e que o diferencial de produtividade dos países industrializados seriam repassados aos países não industrializados como conseqüência da queda dos preços desses produtos. , havendo dessa forma um perfeito equilíbrio no intercâmbio comercial entre os países envolvidos e na plena realização dos seus respectivos interesses. Dentro desse quadro, os surtos de industrialização experimentados pelo Brasil, ocorreram nas brechas deixadas pela dinâmica histórica dos países industrializados, tais como o incremento industrial da segunda metade do século XIX, quando o Brasil absorveu o capital excedente da Europa, assim como na fase inicial da república, principalmente depois da primeira grande guerra, quando os E.U.A. se insinuaram na liderança do capitalismo mundial, principalmente no contexto americano e lançaram olhos para o mercado e as matérias primas da América Latina, fazendo jus ao pan-americanismo almejado desde o século XIX, justificado com a doutrina Monroe.

Com o advento da república e a pretensa modernização de nossas instituições políticas, evidenciava-se o surgimento de novas concepções e de novos atores na cena política brasileira; os militares, as classes médias, o operariado, que emergiam respectivamente, da valorização do exército com a

guerra do Paraguai e da industrialização e urbanização experimentada a partir da segunda metade do século XIX. Esse contingente urbano; militares, classes médias e operários, questionavam o domínio político das oligarquias agrárias e concretizaram o seu descontentamento através de movimentos políticos e sociais - a revolta dos Tenentes- assim como, as greves operárias que eclodiram no Brasil ainda na primeira metade do século XX. Com eles consolidava-se a ideologia de progresso, de inspiração positivista e na esteira do racionalismo positivista exigia-se o fim do mandonismo das classes agrárias e o estabelecimento de eleições livres da influência desses grupos. No tocante à economia eram favoráveis à industrialização que acreditavam, ser esse setor, associado a uma agricultura forte, a mola propulsora do desenvolvimento e da autonomia econômica. É importante evidenciar que a iniciativa industrializante não constava nesta fase, das prioridades e do empenho governamental, comprometido que estava com os segmentos agrários e com a política do café com leite, cabendo à incipiente burguesia industrial brasileira a iniciativa de investimento neste setor. No primeiro governo republicano, de Deodoro da Fonseca, é colocada em prática a política do encilhamento que apontava para a industrialização como uma forma possível de mudança capaz de dar ao Brasil as condições de desenvolvimento auto-sustentável. Mas a fragilidade da burguesia industrial brasileira, o incipiente mercado consumidor e o poder das classes agrárias se impuseram e a experiência industrializante no Brasil resultou em fracasso ou, sendo mais otimista, subsistiu como atividade secundária e dependente do desempenho da economia cafeeira, das divisas que provinham das exportações desse produto. Entretanto a despeito do insucesso, ou se quisermos ver de outra maneira, da particularidade da industrialização brasileira naquele momento, as forças potencializadoras da industrialização e da urbanização já tinham sido implantadas desde a fase final do império. A abolição da escravatura representou uma transformação radical de âmbito social que não teria mais volta, colocando em evidência novos atores na cena política, as classes urbanas e suas demandas. O surto de industrialização e urbanização experimentado na segunda metade do século XIX e início do século XX, associado ao desenvolvimento da

produção cafeeira, impõem aos governos republicanos a necessidade de iniciativas que favorecessem o controle e a disciplinarização dos novos contingentes populacionais que migraram para as cidades, na esteira da instituição do trabalho livre e do crescimento das cidades. Os governos, nesta fase inicial da república, se empenharam no esforço de controle social, fortalecendo o aparato policial e por outro lado, criando instituições asilares e educacionais, no caso específico, as Escolas de Aprendizes e Artífices que tinham como objetivo, encaminhar o jovem para a aprendizagem de ofícios, ao mesmo tempo em que o tirava das ruas e da marginalidade. É importante evidenciar que a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices se dá dentro desse clima de preocupação com ordenamento social no país e sob a influência do positivismo. No entanto o poder das classes agrárias e a manutenção do sistema de produção centrado na agricultura e produtos primários em geral, reforçavam a nossa dependência em relação aos produtos industrializados assim como aos países que os produziam. A posição de país agrário estava definida no contexto do capitalismo mundial, o que adiava qualquer iniciativa que contrariasse esse estado de coisas.

Neste ambiente de hegemonia do grupo cafeicultor no âmbito nacional e dos grupos agrários regionais, dentro do que se convencionou chamar de política do café com leite, o Brasil "adormece em berço esplêndido" acreditando, ou não, na vocação de país agrário. A incipiente indústria nacional, existia nas brechas deixadas pela economia agrária com destaque para a economia cafeeira. Somente uma mudança no âmbito do capitalismo mundial teve a força de imprimir mudanças no sistema de produção e no estado de coisas vigente em nosso país. A crise do capitalismo com a quebra da bolsa de valores de Nova York, colocou em descenso a produção essencialmente agrária, abrindo assim um precedente para o incremento da nossa atividade industrial.

O movimento que se convencionou chamar de revolução de 1930, ocorreu em meio a crise do capitalismo mundial quando estavam sendo questionadas as premissas do liberalismo econômico ao mesmo tempo em que se apontava as vantagens do dirigismo econômico, doutrina que teve como um dos principais expoentes, John Maynard Keynes. No

Brasil estabeleceu-se a polêmica entre as duas correntes ideológicas que propugnavam de um lado o liberalismo econômico e político, mantendo assim a hegemonia das classes agrárias e da burguesia ligada ao comércio importador, todos comprometidos com o imperialismo comercial e financeiro; do outro lado a corrente que propunha um estado de compromisso em que se reconhecia os limites da exclusividade dada a economia cafeeira e do comércio exportador e apontava para a diversificação das atividades econômicas, dentre essas o desenvolvimento industrial, voltado para o mercado interno. Esse pensamento consubstanciou-se nas décadas de 40 e 50 através das proposições da CEPAL-BNDE,* do ISEB* e da Comissão Mista Brasil- Estados-Unidos.*

No plano mundial a crise do capitalismo evidenciava a fragilidade da economia liberal, a sua forma anárquica de produção, o que levava os países industrializados a perceberem a necessidade de controle e de planejamento na atividade produtiva. Vale salientar que nesta conjuntura de crise, naturalmente os países se fecharam, se isolaram e centralizaram mais o poder político o que favoreceu o surgimento de regimes totalitários na Itália (fascismo), na Alemanha (nazismo), na Espanha (franquismo) e em Portugal (salazarismo). Essa tendência concentradora de poder político repercutiu no mundo todo, frente a necessidade de governos fortes que controlassem os excessos da anarquia capitalista. Nos países periféricos essa tendência também se fortaleceu e atingidos pela retração do mercado para os seus produtos, tornou-se imperioso uma redefinição de suas economias, da estrutura de produção e de suas relações de troca. No Brasil o arranjo cafeeiro foi posto em cheque e o governo Vargas, fruto de uma nova correlação de forças que colocava em destaque a burguesia industrial, direcionou o seu governo para a diversificação econômica cuja destinação era o próprio mercado interno. Ressalte-se que a estrutura de poder ainda se assentava no domínio das classes agrárias e diante do impasse da crise do café e do descenso da produção agrária como um todo, tornava-se necessário uma conciliação de interesses das classes que integravam o contexto político brasileiro; firma-se assim o Estado de Compromisso, que

significava a conciliação entre as classes e segmentos sociais que detinham o poder no país naquela conjuntura. Podemos vislumbrar neste momento um primeiro esforço sistemático, planejado, de desenvolvimento econômico, tendo o Estado não só como entidade regulamentadora mas, atuando também na gestão e produção direta em vários setores da economia, como prescrevia a receita da Comissão mista Brasil-Estados Unidos e do Grupo Misto BNDE-CEPAL. Dentro dessa perspectiva são elaborados planos de governos, pela primeira vez no Brasil: Plano de Reabilitação da Economia Nacional e Reparelhamento Industrial, ambos, do governo Vargas, seguidos pelo Plano de Metas, de Juscelino Kubitschek e o Plano Trienal de Desenvolvimento, do governo João Goulart.

As diretrizes do governo Vargas, diante da crise generalizada, interna e externa, apontavam para o fortalecimento do governo central em detrimento do federalismo. Mesmo sem se descuidar da agricultura, particularmente da lavoura do café, dava prioridade à industrialização, destinando vultosos recursos para os setores de infra-estrutura e de insumos básicos, coisa que a burguesia brasileira não tinha condições de fazer, dada a sua fragilidade, assim como a impossibilidade do capital externo diante da crise do capitalismo mundial. No plano político Getúlio imprimiu legitimidade à sua política através de uma forte coloração nacionalista garantindo-lhe apoio irrestrito dos militares, das classes médias e do proletariado. O nacionalismo do governo Vargas é o suporte ideológico que lhe permite governar dentro de um estado de conciliação de classes de interesses antagônicos.

É importante lembrar, que o nacionalismo do governo Vargas tinha uma dupla conotação; de um lado era urgente a necessidade de desenvolvimento nacional, desenvolvimento este, centrado na indústria, do outro lado, estava a nossa fragilidade ou seja, a inexistência de capital que impulsionasse o nosso crescimento econômico o que levava o governo a falar em tom nacionalista mas, acenar com simpatia para o capital estrangeiro. Daí as ambigüidades entre o discurso e a prática do governo Vargas. Essas contradições no tocante à política externa e a complexidade assumida pela sociedade brasileira no âmbito da industrialização e da urbanização crescentes,

levam Vargas, assim como os seus sucessores, a lançar mão também do populismo, traço marcante no Brasil a partir da fase de industrialização e de crescimento da população urbana. Tornava-se evidente que a questão social deixava de ser uma “questão de polícia” e exigia ser tratada como uma “questão política”.

As classes trabalhadoras das cidades não podiam mais ser ignoradas e as suas demandas são levadas em consideração, institucionalizando-se as relações capital-trabalho e neste sentido o Estado entra como árbitro, uma vez que tanto os empresários como os trabalhadores careciam de experiência e suas organizações representativas ainda eram fracas para dispensar a sua tutela . Dessa forma, na linha do reformismo, o governo busca a conciliação de classes, isto é, um equilíbrio de entendimento entre empresários e trabalhadores, arbitrado pelo Estado e como o desenvolvimento industrial direcionava-se para o mercado interno este deveria ser ampliado, o que só seria possível com salários progressivamente melhores. Na esteira desse reformismo são editadas as leis trabalhistas e sindicais.

O nacional-desenvolvimentismo, inspirado nas proposições da CEPAL, ISEB, BNDE e na Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, tinha de forma velada, o objetivo principal de consolidação do capitalismo brasileiro, de acumulação de capital e de fortalecimento da burguesia nacional o que só seria possível com um grande e bem articulado pacto social, o que foi feito com base no convencimento da classe trabalhadora de que o projeto de crescimento da economia brasileira, significaria desenvolvimento no plano social e se estenderia a todos os segmentos . Daí, a grande contradição e o desfecho que culminaria com o golpe militar de 1964.

A despeito dos minguados avanços no plano social, nas áreas de saúde, educação e cultura, o capitalismo brasileiro desenvolveu-se a passos largos, culminando com o “Milagre” de 1968 a 1972, cujo crescimento econômico alcançou o patamar de 9 (nove) pontos percentuais.

Inicia-se assim, nas décadas de 30 e 40, com esforço concentrado do Estado, do capital estrangeiro e em menor escala, do capital privado nacional, a concentração de capital

no Brasil.. Com esse suporte e contradições que se lhe apresentavam inerentes, ocorre o nosso desenvolvimento industrial e a concentração capitalista brasileira.

Detendo-se na industrialização brasileira, na sua característica e evolução, depreende-se que o nosso desenvolvimento industrial se deu pela via da substituição de importação, ou seja, o Brasil passou a produzir progressivamente, o que antes era importado do exterior. Na sua evolução o Brasil passa a produzir em primeiro lugar, bens de consumo imediato para depois passar a produzir, produtos mais complexos e sofisticados, cuja fabricação requer mais capital, empresas maiores, alta tecnologia, mais experiência e capacidade gerencial. A dinâmica industrial foi maior nos centros com maior disponibilidade de capital, mais populosos e com maior poder aquisitivo, ou seja, as regiões sul e sudeste, onde era maior a presença de imigrantes europeus com experiência nesse tipo de atividade econômica. Nesta fase o intercâmbio econômico era pequeno e a produção se destinava aos mercados locais ou mais próximos, considerada a dificuldade de transporte e de comunicação regional. .Após a segunda guerra mundial, profundas transformações ocorreram no mundo e no Brasil; a heterogeneização da sociedade e a sofisticação das elites fizeram aumentar a demanda interna por bens de consumo duráveis o que levou a instalação de indústrias para produzi-los. Somava-se a isso a dificuldade de comércio internacional, criada pela guerra. Nessa conjuntura, o Brasil foi obrigado a empreender um extraordinário esforço, para atender a demanda interna e para manter a economia em funcionamento. O governo brasileiro preocupava-se principalmente com a indústria de base, de grande porte, procurando prover a infra-estrutura (transporte, energia, comunicação) e a produção de matérias-primas básicas (ferro, aço e, mais tarde, também petróleo e derivados) uma vez que a iniciativa privada não tinha fôlego financeiro nem experiência empresarial para este empreendimento. Foram criadas no governo Vargas, com o apoio financeiro e tecnológico norte-americano, a Companhia Siderúrgica Nacional (1941), seguindo-se, a Vale do Rio Doce, a Companhia Hidrelétrica de São Francisco (CHESF), a Petrobrás. Estas e outras empresas estatais de grande porte constituíram-se em verdadeiros

agentes de desenvolvimento, cumprindo o papel relevante de impulsionar o progresso brasileiro. Mas, era grande a concorrência internacional e o empresariado brasileiro não possuía recursos para atuar nos ramos industriais mais rentáveis, o setor de bens duráveis e de bens de capital, acentuando-se assim a dependência tecnológica e financeira. Mesmo que o governo Vargas, tenha conseguido avanços nos setores básicos da economia, as empresas multinacionais, frente a debilidade do capital privado nacional, assumiram a liderança nos ramos mais vantajosos da indústria, o de bens duráveis e bens de capital. Acentua-se o hiato tecnológico entre os países com tradição industrial e os países retardatários no processo de industrialização e essa distância significava desvantagem no intercâmbio comercial, submissão às regras do mercado dominado pelos mais fortes, apelo excessivo à racionalidade e ao simples crescimento econômico, exigência do capital internacional presente no nosso sistema produtivo e negligência no que se refere aos projetos sociais como educação, saúde e cultura. Apesar dessa negligência o impulso industrial experimentado no governo Vargas impôs várias iniciativas inovadoras no âmbito da educação como: a criação das universidades do Rio de Janeiro e de São Paulo; a instituição da Lei Orgânica do Ensino Industrial, com o objetivo de preparar técnicos de nível médio; a criação do Senai, destinado a preparar menores, jovens e operários para o trabalho na indústria, sem passar necessariamente pelos degraus do sistema de ensino formal; a criação do Senac, com objetivos idênticos aos do Senai, voltado à preparação de mão-obra para o comércio e os serviços.

Na linha assistencial e com finalidade recreativa, foram criados, o Sesi e o Sesc. Todas essas entidades foram instrumentos da política de conciliação de classes implantada no governo Vargas. Aos marginalizados em geral, sem qualquer qualificação, desenraizados do mundo rural pelo êxodo, e que não conseguiram vincular-se às atividades urbanas, também se estendia a atenção paternalista do governo, através da Legião Brasileira de Assistência (LBA), sob a coordenação, muitas vezes simbólica, das primeiras-damas, nas três esferas da administração pública. Ainda no campo da

educação, duas reformas tiveram lugar no governo Vargas, a reforma de Francisco Campos em 1931 e a reforma Capanema em 1942, que catalisaram as correntes de pensamento existentes na época; uma dos pensadores católicos e a outra dos reformadores liberais.

A posição nacionalista do governo Vargas conseguiu êxitos relativos em alguns setores considerados fundamentais, na época, para a segurança do país como siderurgia, petróleo, energia elétrica e comunicações, através de empresas estatais. Mas, o Brasil não consegue dá o grande salto para o desenvolvimento, frente as dificuldades encontradas, como a fragilidade da burguesia nacional e a voracidade do capital monopolista internacional que acentua o descompasso entre os mais fortes, constituídos pelos grandes conglomerados econômicos transnacionais e as economias periféricas. O nacional-desenvolvimentismo fracassou na sua pretensão de promover o desenvolvimento autônomo do país e a dependência se mantém e assume novas formas.

É importante frisar que a idéia de desenvolvimento na época relacionava-se a crescimento econômico acreditando-se, ou não, que este se encarregasse de eliminar as distorções existentes no nosso sistema desigual e excludente e o modelo era o dos Estados Unidos que servia de referência como uma sociedade perfeita. O término da guerra e a vitória dos aliados favoreceram a hegemonia norte-americana e o Brasil, assim como toda a América Latina, passou a gravitar na órbita norte-americana.

O nacional-desenvolvimentismo do governo Vargas estabelecia fortes restrições ao capital estrangeiro, mesmo que não fosse de todo contrário a ele.No entendimento dos nacionalistas o capital estrangeiro deveria entrar no país em forma de empréstimos e financiamentos.Assim o governo tratava de combinar Estado, empresa privada nacional e o capital estrangeiro como a fórmula eficaz para promover o desenvolvimento, com ênfase na industrialização.Essa tendência nacionalista tenciona as relações do governo Vargas com as grandes corporações do capitalismo mundial, cuja culminância se dá com a crise política de 1954 que resultou no seu suicídio.

O período que se segue, do governo de Juscelino Kubitschek se caracteriza como uma fase de completa abertura ao capital estrangeiro. O seu Plano de Metas dava continuidade e ampliava o que havia se iniciado no governo Vargas mas a modernização pressuposta tornava imprescindível o capital monopolista e o nosso desenvolvimento atendia antes de tudo as exigências concentracionistas dos grandes grupos capitalistas, adiando indefinidamente o projeto que fosse capaz de corrigir as nossas anomalias e os nossos desvios no sistema econômico brasileiro e na nossa sociedade como um todo.

O Plano de Metas consistiu no planejamento de trinta metas prioritárias distribuídas em cinco grandes grupos; energia (43% dos investimentos), transportes (29,6%), alimentação (3,2%) indústria de base (20,4%), educação (3,4%) e por último a meta síntese, a construção de Brasília, incluída por vontade pessoal do presidente e que consumiu 3% do PIB da época. Mas, o plano de JK, segundo Francisco Campos, foi elaborado sem que fosse feita uma adequada análise macroeconômica e, por isso, deixou de contemplar mudanças estruturais como a reforma agrária, a reforma fiscal e tributária, a reforma cambial e a reforma administrativa. A indústria brasileira se desenvolveu sem auto-suficiência técnica uma vez que não houve prioridade para uma reforma educacional. JK armou, sem querer, uma bomba para o futuro. Como não haviam sido feitas as reformas profundas necessárias à manutenção do estado de coisas criado por Juscelino, a crise política se instalou e culminou com o golpe militar de 1964.

É importante salientar que as reformas, feitas para impulsionar o nosso desenvolvimento industrial, deixavam intocado todo o aparato institucional e político que favorecia ao mesmo tempo o livre jogo democrático e as práticas eleitoreiras e clientelistas, era, portanto, uma mudança conservadora e o modelo de desenvolvimento era elitista e excludente. A modernização econômica não foi acompanhada pela modernização da legislação trabalhista e os trabalhadores do ABCD paulista, parcela mais politizada do operariado brasileiro, passou a pressionar o sistema por mudanças, exigindo maior autonomia sindical.

O golpe militar de 31 de março de 1964 , depôs o governo de João Goulart e rompeu com as instituições amparadas pela Constituição de 1946. Foram afastados do exercício do poder político os representantes das forças nacionalistas-reformistas e de esquerda. Por outro lado, houve a opção pelo estreitamento dos vínculos com os Estados Unidos e com o capital internacional. Como condutor do capitalismo global, os Estados Unidos mostrou-se aliado do novo regime , favorecendo a renegociação da dívida e concedendo empréstimos através da USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional) que, segundo estimativas, concedeu 80% do capital líquido que entrou no país no período de 1964 a 1967. Foi um período de ostensiva presença norte-americana nos centros de decisão do Brasil. O FMI também acentuou a sua participação na esfera econômica brasileira, o que garantiu os novos investimentos externos, paralisados desde a Lei de remessa de lucros do governo João Goulart.

Nos primeiros anos do governo militar, foi preparado o terreno para o crescimento acelerado da economia, o que se convencionou chamar de "milagre brasileiro" baseado no modelo de desenvolvimento capitalista associado ao capital internacional e dele dependente. A economia cresceu a olhos vistos com índices significativos de 11% de taxa anual e de 13% na expansão industrial e de serviços. Entretanto era um crescimento altamente elitista, concentrador e excludente. A concentração de renda ocorreu em três dimensões: a concentração regional, favorecendo o sul e o sudeste em detrimento das demais regiões, a formação de oligopólios (indústrias, bancos, grandes lojas e supermercados) com grande poder na formação de preços e no controle de mercado e a concentração pessoal quando os ricos tornaram-se mais ricos e a maior parte da população manteve níveis preocupantes de pobreza, resultado da contenção salarial e da inflação desencadeada a partir de meados dos anos 70 , com a falência do modelo e a crise do petróleo. O crescimento econômico não foi acompanhado por um projeto que privilegiasse setores da área social de saúde, educação, habitação popular e outros. Do ponto de vista de preservação ambiental, principalmente na década de 70, a degradação foi

violenta. A desigualdade social e a concentração de renda era mais acentuada e mais grave ainda no setor rural, o que contribuiu para uma violenta desestabilização e desenraizamento da população do meio rural, que migrou para as cidades sem que estas também tivessem estrutura para receber esse contingente populacional. É importante salientar que a concepção de desenvolvimento dominante nos meios militares decorria da Doutrina de Segurança Nacional, difundida pela Escola Superior de Guerra e o desenvolvimento econômico era o elemento fundamental da segurança. Para os militares o crescimento econômico garantia a “paz social” e o Brasil tornava-se mais atraente aos investimentos externos.

Esta situação era garantida com a desmobilização das forças sociais e a centralização do poder político no executivo. Somente com a falência do modelo econômico as forças de oposição passaram a se rearticular e nesse ambiente de crise ocorreram movimentos sociais como as greves de Contagem, Osasco, as manifestações estudantis, o que justificou a edição do AI-5.

A partir dos anos 70, sob o governo de Médici o Brasil viveu o momento do endurecimento do regime ao mesmo tempo em que era posto em marcha acelerada o crescimento do grande capital no setor industrial, com o fortalecimento da indústria de bens de consumo durável, de bens de capital e intermediários, assim como o incremento da agricultura de exportação, com destaque para a soja. Foi o período também dos grandes projetos de impacto como o projeto mineral de Carajás, no Pará; o II Pólo Petroquímico (Camaçari), na Bahia; o III Pólo Petroquímico (Triunfo), no R.S; a abertura da Transamazônica. Todos esses esforços tinham o objetivo de desconcentrar o crescimento econômico e integrar regiões que permaneciam isoladas. Segundo o pensamento dos militares o Brasil precisava crescer, com o sacrifício da maior parte da sua população, sendo mais tarde distribuído os bônus desse crescimento.

O fato é que os salários caíram para 38% da renda interna, enquanto os lucros, juros e aluguéis subiram 62% nas décadas de 70 e 80. Foi também frustrante a distribuição de renda de forma indireta, através da educação, saúde, habitação,

alimentação, transportes coletivos entre outros. Os ganhos da população de baixa renda com a política econômica adotada pelos planos de desenvolvimento (Plano de Estabilização Econômica, Plano Estratégico de Desenvolvimento, os I e II P.N.Ds) ficaram muito aquém das reais necessidades dos trabalhadores brasileiros. Em termos sociais, acentuam-se no Brasil a favelização, o desemprego, a mendicância, a desnutrição, a baixa escolaridade, entre outros males sociais. Dessa forma, ao longo do ciclo militar, o Brasil caminhou na contramão da história. Em vez de avançar no sentido da construção da cidadania, ampliou a massa dos marginalizados, despossuídos e excluídos.

O governo do general Ernesto Geisel, quarto presidente do ciclo militar, escolhido pelo reconhecimento de suas qualidades administrativas, apresentou características e peculiaridades que o distinguiram dos demais, principalmente no que se refere à política externa. O choque do petróleo deteriorou o clima econômico internacional, particularmente nos países centrais, levando a economia mundial a um período de recessão e a saída encontrada pelo governo brasileiro foi adotar uma política externa independente. O tradicional alinhamento automático aos E.U.A foi substituído pela política externa batizada de "pragmatismo responsável e ecumênico". Dentro desta linha o Brasil estreita relações diplomáticas com o Japão, Alemanha, França, Inglaterra, República Popular da China, países produtores de petróleo, países africanos, com o objetivo de obter créditos e ampliar o intercâmbio comercial. Outra diretriz do governo Geisel, para manter a performance do "milagre", foi implantar um novo padrão de industrialização, baseado na expansão da indústria de bens de produção ou indústria básica, retomando assim, o processo de substituição de importações adotado na década de 50. O seu projeto Brasil-Potência Emergente era muito ambicioso e superdimensionado e diante da crise do petróleo o governo não teve condições de realizar suas intenções, até porque a descompressão política –abertura lenta e gradual-propósito do seu governo, acentuou os embates políticos e evidenciou as críticas ao modelo concentrador e elitista e à concepção de "deixar o bolo crescer para dividi-lo." Com a abertura política consentida pelo governo algumas instituições como a OAB, a

A.B.I., a Igreja, os grandes sindicatos do ABCD paulista tornaram-se porta vozes dos que não tinham voz nem vez. Diferentes posições emergiram do movimento sindical neste período que resultou na criação da CUT, da CGT e da Força Sindical que juntamente com os partidos políticos e a sociedade civil passaram a lutar pela aprovação, pelo Congresso Nacional, da Emenda Constitucional que instituiu eleições diretas para a escolha do presidente da república. Em 25 de abril de 1984, a emenda Dante de Oliveira foi derrotada no Congresso mas, no embalo da mobilização popular, foi articulada a Aliança Democrática, consenso dos grandes partidos, que viabilizou a vitória de Tancredo Neves e José Sarney à Presidência da República.

A orientação dos governos da Nova República foi prioritariamente a contenção da inflação brasileira que em 1985 alcançou o patamar de 239%. Para isso foi lançado o Plano Cruzado que procurou conciliar o combate à inflação com a manutenção do crescimento econômico e do poder aquisitivo dos salários. Seguiram-se os Planos Bresser, Verão, Collor I e II, todos eles visando a estabilização econômica.

A crise brasileira atinge o seu auge em 1990 com o esgotamento do projeto de desenvolvimento implantado no Brasil a partir de 1930 e a falta de um novo projeto nacional que desse direção às novas diretrizes governamentais. A dívida externa representou nesta conjuntura o foco de todos os problemas enfrentados pelo Brasil e por todos os países da América Latina. A dívida era resultado do próprio modelo de desenvolvimento associado ao capitalismo internacional e que havia proporcionado o nosso desenvolvimento industrial, no tempo da fatura de dólares no mercado internacional. Com quadruplicação do preço do petróleo, os Estados Unidos entraram em recessão e o capital rareou para os países periféricos. A saída foi o F.M.I. que passou a exigir dos governos latino-americanos ajustes econômicos tais como: privatização das empresas estatais; abertura da economia às importações estrangeiras; liberdade para os investimentos externos; redução dos investimentos sociais do Estado; arrocho dos salários e aposentadorias e a retomada do pagamento da dívida externa. Na falta de um novo projeto nacional, o Brasil ficou como um barco à deriva, sem metas a

médio e longo prazo. Esse quadro pode ser explicado dentro da nova perspectiva do direcionamento do capital na década de 1990. Os investimentos antes direcionados aos países em desenvolvimento destinaram-se aos três grandes centros econômicos do mundo; Estados Unidos / Canadá, Comunidade Européia e Japão. Em contrapartida reduziram-se sensivelmente os investimentos diretos estrangeiros nos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos, sendo exceção apenas os chamados "tigres asiáticos" (Coreia do Sul, Taiwan, Cingapura e Hong-Kong).

Neste contexto e com as mudanças determinadas pela constituição de 1988, em que os fundos de participação transferiram receita aos Estados e Municípios sem que fossem transferidos encargos, foi acentuado o colapso das finanças públicas, sobretudo na esfera federal e somente uma reforma nas áreas fiscal e tributária poderá realizar uma adequada reestruturação dos tributos e encargos nas três esferas administrativas públicas.

A conjugação dos fatores internos e externos e as circunstâncias adversas, comprometeram o crescimento econômico do país e contribuíram para agravar os problemas sociais seculares que hoje continuam presentes no nosso cotidiano.

REFERÊNCIAS

- JUNIOR, Caio Prado-História Econômica do Brasil:terceira edição; brasiliense.S.P. 1984
- CÁCERES, Florival- História geral; quarta edição; editora moderna.S.P. 1998.
- MANTEGA, Guido-A economia política brasileira- quinta edição; vozes.Petrópolis.1990
- QUELUZ, Gilson Leandro -Concepções de ensino técnico na república velha-1909-1930;PPGTE;CEFET_PR.2000.
- SILVA,Maria das Graças Baracho- Da arte do ofício à especialização;UFRN;Natal.1991

Reflexos da história no cotidiano institucional desde a Escola de Aprendizes e Artífices até o CEFET-RN

Erika Araújo da Cunha Pegado¹

Introdução

Para entender a importância do CEFET-RN no contexto histórico norte-rio-grandense, temos que nos reportar ao seu período de florescimento, inserindo-o no momento histórico em que surgiram as primeiras escolas de aprendizes e artífices. Criada num período histórico marcado pela política das oligarquias, a Instituição atravessa o século XX sofrendo as influências das transformações na história política do Brasil e no Estado do Rio Grande do Norte.

Enfocando os períodos marcantes e seus reflexos no cotidiano educacional, percebemos que, apesar de a sociedade brasileira ter evoluído em diversos aspectos, ainda mantém o seu caráter excludente. Desde o início da história dos CEFETs, estes se apresentam como alternativa para inserção da classe menos favorecida carente de educação de qualidade.

Através da análise de documentos internos, livros, registros em arquivos públicos e imprensa local, além do depoimento de professores que por aqui passaram em diferentes décadas, procuramos traçar um perfil do cotidiano da instituição, que foi se transformando ao longo das últimas décadas e se adaptando aos novos tempos, sempre na posição de vanguarda.

As oligarquias e a Escola de Aprendizes e Artífices

No início do século XX prevalecia no Brasil, e no RN em particular, a chamada política das oligarquias, constituída por famílias que deturpavam constantemente, e de várias formas, o regime republicano. De acordo com Monteiro (2000), no

¹ Professora do CEFET-RN, Licenciada em História, Bacharel em Direito e Mestre em Gestão Ambiental

processo de transição da Monarquia para República, formaram-se nos estados grupos oligárquicos que, controlando o partido republicano, desde a sua fundação, mantinha o controle e dominava o Governo, sua máquina administrativa e a renda pública usando de corrupção, empreguismo e nepotismo.

O Rio Grande do Norte foi um dos estados que melhor representou esta forma de fazer política, tendo como exemplo a Oligarquia Maranhão, que dominou o RN no início do século XX. Pedro Velho de Albuquerque Maranhão é considerado o primeiro representante da forma oligárquica de exercício de poder apoiando e praticamente indicando os candidatos que certamente ganhariam as eleições, já que vigorava o chamado "voto de cabresto".

No Brasil desta época, a educação era privilégio de poucos, filhos da elite. Os chamados filhos desvalidos da sorte, vagavam pelas margens da sociedade. Eram filhos de agricultores, castigados pela seca, que "retiravam" pelo sertão e também os ex-escravos que sobreviviam de bicos ou prestando serviços a seus antigos donos. Muitos desses ex-escravos nem conseguiam continuar no seu antigo trabalho, pois a mão de obra imigrante era mais requisitada pelos fazendeiros, principalmente no sul e no sudeste, por motivos que iam desde a apurada técnica profissional dos imigrantes europeus até inevitável racismo contra os negros.

A industrialização no Brasil surge na esteira da acumulação de capital pela classe de cafeicultores, que investiam o excedente em fábricas especializadas principalmente em bens de consumo não duráveis e baixo valor comercial, com vistas ao atendimento do mercado interno. Os bens de tecnologia mais sofisticada eram importados de centros com indústrias consolidadas, principalmente da Inglaterra.

O desenvolvimento industrial do RN, no entanto, foi muito lento, pois a economia baseava-se na agricultura voltada para exportação de produtos primários para o Sudeste. A maioria da população vivia no campo, bem distante da chamada era industrial. No Sudeste, onde já havia mais fábricas, ocorriam diferentes formas de treinamento. Uma delas era feita nas próprias empresas, que contratavam

expertos em maquinários trazidos do exterior, muitas vezes comprados de segunda mão, já obsoletos na Europa. Com relação às instituições de ensino voltadas para tal fim, até 1906, a preparação de trabalhadores estava a cargo de instituições de caridade e de algumas escolas municipais. A idéia de o Estado destinar recursos financeiros para a criação de escolas profissionais surge oficialmente no governo de Afonso Pena, através da Proposição 195, de 1906, que dotava o poder público de recursos financeiros para iniciar o desenvolvimento de escolas profissionais no âmbito federal. No início do século XX, o então Presidente da República Nilo Peçanha expediu o Decreto 7.566, de 23 de setembro do ano de 1909, em que se criavam as 19 Escolas de Aprendizes e Artífices, as quais tinham por finalidade admitir alunos, de preferência "desfavorecidos de fortuna", expressão vigente na época para denominar os miseráveis.

Apesar desse esforço, o número de alunos matriculados nessas escolas, nos primeiros anos, era insignificante, constatando-se uma grande evasão desses estudantes. Uma das explicações para esse fato era uma tradição aliada à necessidade de os filhos trabalharem desde criança para auxiliar os pais².

De acordo com o decreto que as criou, as Escolas de Aprendizes e Artífices deviam oferecer os cursos mais convenientes e necessários, tendo como referência as especialidades das indústrias locais, mas ao que parece a sociedade local, predominantemente agrária, ainda não estava receptiva a essa estrutura educacional.

Além de ensinar ofícios, como sapataria, funilaria, alfaiataria, serralharia e marcenaria, essas instituições atuavam no campo correcional e assistencial, tendo, assim, dois objetivos principais: a qualificação da mão-de-obra para atender a industrialização incipiente e o acolhimento de jovens

² O Código Penal de 1940, art.246 instituiu o crime de abandono intelectual , obrigando os pais a matricularem os filhos em idade escolar. Porém, somente recentemente esta conscientização se tornou mais ampla, com o Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, e o incentivo de programas governamentais como o bolsa-escola, bolsa-família, entre outros.

menores de idade das classes pobres, que constituíam um percentual significativo da população.

Dessa forma, as Escolas tinham o propósito de dar educação primária e profissional, custeadas pelo Governo, tanto estadual quanto federal, para a população carente, ensinando um ofício para que os jovens pudessem ter um meio de sobrevivência digno. Além disso, assumiam um papel determinado de tirar do vício, das ruas e da marginalidade, os desprotegidos da sorte.

Decorre daí que essas Escolas não possuíam um objetivo educacional mais amplo, mas, sim, um cunho assistencialista de “dar uma profissão, dar algo o que fazer àquelas pessoas que estavam à margem da sociedade.” (MOURA D, 2005).

No RN, a Escola de Aprendizes e Artífices situava-se na Rua Presidente Passos, Cidade Alta, no prédio onde atualmente funciona a Casa do Estudante do Rio Grande do Norte. A Escola funcionava em regime de semi-internato, através de oficinas de marcenaria, sapataria, alfaiataria, serralharia e funilaria.

O governador do Estado do RN na época era Alberto Maranhão, pertencente à oligarquia Maranhão. Foi um governo que realizou inúmeras obras na capital e no interior. Na área da educação, para os padrões da época, pode-se afirmar que ele manteve-se bastante atualizado, estabelecendo a meta de criar um grupo escolar em cada sede de comarca e nos outros municípios, uma escola mista. Criou a Escola de Música que funcionava no Grupo Escolar Augusto Severo.

Para o historiador Itamar de Souza, Alberto Maranhão colocou Natal no século XX. Exageros à parte, apesar do incentivo ao surgimento de indústrias de beneficiamento de coco e da concessão de isenção de impostos para quem implantasse fábricas de chapéus de sol e de cerveja, nada foi concretizado, pois as oportunidades não foram aproveitadas por empresários.

O Liceu Industrial e o algodão

No ano de 1914, a Escola de Aprendizes e Artífices passa a denominar-se Liceu Industrial e transfere-se para o prédio da Av. Rio Branco, 743, Cidade Alta, oferecendo cursos de desenho, sapataria, marcenaria, funilaria e alfaiataria. O governador do Estado na época era o Desembargador Ferreira Chaves, sucessor de Alberto Maranhão.

Ferreira Chaves procura incentivar a industrialização potiguar através de isenções de impostos estaduais. Destaca-se, nesse sentido, a Lei nº. 428, de 03 de dezembro de 1917, que concedia isenções, por 50 anos, a quem fundasse fábricas de fiação, tecelagem, estamparias e cordoaria. Também foi estimulada a manufatura e industrialização de cascas de mangues, ferro, couro, açúcar e cimento, o que, de certa maneira, poderia criar oportunidade para absorção de mão-de-obra porventura formada na Escola de Aprendizes e Artífices. Contudo, nessa época, grande parte da mão-de-obra empregada em tais atividades eram os flagelados da seca de 1919, que trabalhavam na construção de estradas de automóveis, como eram chamadas as rodovias na época.

A oligarquia Maranhão dominou totalmente a política do RN até 1913³. Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), houve um incremento das exportações decorrentes da paralisia das indústrias européias, palco do conflito. No RN, houve um desenvolvimento da indústria algodoeira, quando, com o aumento de fábricas têxteis do Sudeste e a valorização econômica da cotonicultura, aumentou a força política da elite agrária que tinha como base a região do Seridó. O poder político agora era representado por José Augusto Bezerra de Medeiros, que foi sucedido por seu parente Juvenal Lamartine.

No governo de José Augusto Bezerra de Medeiros (1924 a 1928), o poder político do Rio Grande do Norte deslocou-se para o interior do Estado, para o Seridó, que tinha sua economia baseada no algodão e na pecuária. Também nessa

³ Esse domínio se fez presente através dos governos de Joaquim Ferreira Chaves; Alberto Maranhão (irmão de Pedro Velho), que exerceu dois mandatos não consecutivos; Augusto Tavares de Lyra (genro de Pedro Velho); e Antônio José de Melo e Souza. Mas o poder da Oligarquia se estendia da Intendência de Natal à representação do RN no Senado Federal.

época houve uma maior organização do proletariado potiguar que, apesar de incipiente, seguiu a tendência nacional de maior politização, influenciada por ideologias trazidas pelos imigrantes, como o anarquismo e o socialismo.

Diante desse quadro, percebemos que a formação da sociedade brasileira na qual o Rio Grande do Norte estava inserido como Estado periférico, fornecedor de matéria prima, conserva a estrutura social excludente, herdada do passado escravocrata. Segundo Monteiro (2000), antes da década de 1930, existia apenas uma única fábrica no Estado: a Fábrica de Fiação e Tecidos de Natal, que chegou a empregar 320 trabalhadores, tendo sido fechada em 1925.

De acordo com essa autora, somente a partir de 1960-70 teve início de fato a implantação de indústrias no Rio Grande do Norte, pois até então o que predominavam no Estado eram pequenas unidades de produção, quase artesanais, que possuíam reduzido número de empregados e produziam cigarros, bebidas, sabão, velas, redes, cerâmicas, couro e chapéus.

A Escola Industrial em tempo de Guerra e Industrialização

Em 1939, inicia-se a II Guerra Mundial, com enormes repercussões para o Brasil e para o Estado do Rio Grande do Norte em particular. Em 1942, o Brasil corta relações diplomáticas com os Países do Eixo (Alemanha – Itália – Japão) e os americanos consolidam o seu Quartel General do Atlântico Sul na Base Aérea de Parnamirim *field*, que na época pertencia a Natal.

Nesse mesmo ano, ocorre na Instituição uma mudança estrutural, passando de Liceu Industrial à denominação de Escola Industrial de Natal. Era a gestão de Jeremias Pinheiro da Câmara Filho (14/09/39 a 04/10/54). Nesse período, também se adquire o terreno e iniciam-se as obras do atual *Campus* do CEFET. O ensino industrial é reestruturado como grau de 1º ciclo médio. O propósito dessas mudanças era

acompanhar as transformações vivenciadas pelo Brasil, uma vez que toda a sociedade estava voltada para o desenvolvimento da grande indústria. O Governo Vargas, em pleno regime do Estado Novo, defendia a industrialização nacionalista, incentivando a indústria de base que seria, no seu entender, a gênese do crescimento industrial brasileiro, independente de outras nações.

No RN, esse surto de desenvolvimento econômico decorre do envolvimento do Brasil na II Guerra Mundial, uma vez que ocorre um aumento da fortuna privada e a fortificação dos cofres do Estado do RN, em detrimento do aumento das exportações dos minérios, que constituíam matéria-prima para as armas utilizadas, dentre outros. A instalação da base aérea de Parnamirim *field* contribui significativamente, para o desenvolvimento do comércio, uma vez que provoca aumento populacional e conseqüente aumento das vendas para abastecer o consumo, como assegura Mariz e Suassuna (2001).

O Estado do Rio Grande do Norte, portanto, sofre muito diretamente as influências do conflito mundial. Esse envolvimento da Capital do estado com a guerra, que, para maioria dos brasileiros só existia via ondas do rádio, influencia também o cotidiano da Escola Industrial. As estratégias adotadas pelos militares para maior defesa da cidade, que convivia com o constante medo de bombardeio – o que nunca aconteceu, alteram o horário das aulas, para que alunos e professores pudessem chegar às suas casas antes do apagar das luzes, o chamado *black out*. O jornal A República de 12 de novembro de 1942 noticia a existência de um curso para defesa passiva antiaérea, destinado a funcionários, professores e alunos. O clima da Escola refletia o estado de alerta constante da sociedade natalense, fruto da instalação da base aérea norte-americana no Estado, na época, a maior fora dos Estados Unidos.

Redemocratização, Desenvolvimentismo e as Escolas Industriais

Com o final do conflito e a queda do Estado Novo, a industrialização crescente aumenta a demanda de mão-de-obra especializada, ocasionada pelo grande aumento nas importações de máquinas e matérias primas para o desenvolvimento da indústria brasileira, decorrentes da abertura da economia patrocinada pelo Governo Dutra, sucessor de Getúlio.

O Rio Grande do Norte continuava integrando a área periférica no processo de desenvolvimento nacional e regional, mesmo após a redemocratização. Manteve-se a mesma elite política que estava no poder durante o regime deposto, havendo apenas uma readaptação destes grupos às condições políticas sociais e econômicas pós-ditadura.

Com relação à estrutura econômica, o Rio Grande do Norte conserva em grande parte a estrutura agrária. Apesar disto, nos anos 50 a 70 do século XX ocorre um gradativo aumento do setor de serviços, em detrimento da diminuição da atividade agrícola. A atividade industrial ainda revelava-se incipiente no Estado, apesar do surto de industrialização que o Brasil atravessou, principalmente no governo de Juscelino Kubistchek.

Porém não há como negar que a conjuntura política e econômica nacional influenciou os rumos do nosso Estado. Em 1958, foi criada a SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, órgão responsável pela execução de políticas de desenvolvimento para o Nordeste. Mesmo com os incentivos da SUDENE, o crescimento da indústria local foi lento, contudo são realizadas nesse período grandes obras. O "Estado Interventor" cria várias oportunidades, dando origem às carreiras técnicas especializadas. É nessa época que surgem os cursos que formavam técnicos para serem absorvidos nas obras encampadas pelo Governo Federal.

Diante dessa conjuntura, as Escolas Industriais, que haviam sido implementadas na década de 40, são mais uma

vez transformadas, desta vez em Escolas Técnicas, por força governamental. Porém, a implantação não se dá ao mesmo tempo para todas as Unidades da Federação. Em 1959, o governo faz outra reforma sempre na perspectiva de elevar mais a qualidade. Autoriza, dessa forma, as instituições da Rede a implementar cursos técnicos, através da Lei 3552/1959.

Particularmente em relação à Escola do Rio Grande do Norte, a promoção não chega logo. Sua elevação à condição de Escola Técnica só se dará mais tarde, em 1968. Esse atraso não ocorre por falta de vontade dos líderes locais. Encontra-se no arquivo do CEFET-RN um telegrama de 1951, do diretor Jeremias Pinheiro da Câmara, para os deputados federais da época, pedindo que o projeto de lei 2002/51, que transformava a Escola Industrial de Maceió em Escola Técnica também englobasse a Escola Industrial de Natal. Em resposta, o então Deputado Aluísio Alves tece elogios à Escola Industrial de Natal e esclarece a necessidade de criação de mais dois cursos técnicos para atender os requisitos: Pontes e Estradas e Desenho Técnico. A sugestão estava em sintonia com o "nacionalismo desenvolvimentista" levado a cabo no governo do Presidente Juscelino Kubitschek.

Assim, outros cursos são implantados: Eletrotécnica, Mecânica, Mineração, Geologia. Nesse período, a Escola Industrial de Natal passa à denominação de Escola Industrial Federal do Rio Grande do Norte, porém ocorre um certo hiato entre o início do processo de implantação das Escolas Industriais Federais e a sua implementação no Rio Grande do Norte, devido ao pouco desenvolvimento industrial da região Nordeste e do Rio Grande do Norte em particular.

Para se ter uma idéia, enquanto a Escola de Natal era transformada em Escola Industrial Federal, as das regiões Sul e Sudeste já haviam se convertido em Escolas Técnicas Federais, com características educacionais mais especializadas. Para se cursar a Escola Técnica, que disponibilizava ensino de técnicas específicas para diferentes ramos da indústria, era necessário que o aluno já tivesse concluído o ensino industrial, equivalente ao antigo ginásio, atualmente ensino fundamental.

Já para estudar na Escola Industrial, categoria em que ainda estava a Escola do RN, o aluno fazia um exame que constava de uma prova de português, matemática, conhecimentos gerais e uma prova de nível mental (semelhante a um psicotécnico) conforme relato de Silva (2005):

O curso era semelhante ao ginásio, [...] as disciplinas eram português, matemática, história, geografia, ciências e desenho. Por sinal, desenho era bastante rígido. E, no decorrer do tempo, [...] foi equiparado ao ginásio, desde que os alunos fizessem uma prova de adaptação de inglês ou francês, o aluno teria conseguido ter o ginásio propriamente dito.

Em 1959, já se tinha uma abordagem ampla da educação, visando preparar o aluno para uma inserção pró-ativa na sociedade como nos relata Moura P (2005), em depoimento:

Ao ingressar na Escola após a aprovação nesse exame, nós tínhamos a parte de educação geral e a parte de educação profissional. Estudávamos português, matemática, ciências, história, desenho, geografia, na parte teórica. Na parte prática, nós freqüentávamos muitas oficinas, chamávamos de rodízios. Nós tínhamos noções de marcenaria, mecânica, especificamente a serralheria, estofaria, alfaiataria e a arte do couro. Após esse chamado rodízio, nós fazíamos uma opção para os cursos [...] No meu caso, optei por mecânica. Era feita uma avaliação pela pedagoga. Nós fazíamos o curso que era chamado de artífice. No meu caso, depois de quatro anos eu terminei o curso de artífice em mecânica, porque todas as minhas habilidades estavam voltadas para essa área, e isso era levado em consideração.

Observa-se, assim, nessa época, a construção de um currículo que prepara o aluno tanto para um aprendizado técnico quanto para o exercício da cidadania. Como exemplo dessa política encontra-se nos registros do arquivo morto do CEFET-RN o caso de um aluno, Mário Targino Andrade, que, em 1952, ao não receber a máquina de costura a que tinha direito por ocasião da conclusão do curso de alfaiataria em 1936, pleiteou-a ao Diretor de Divisão de Ensino Industrial, no Rio de Janeiro, pois “[...] tenho direito de acordo com o regulamento que o senhor sabe [...] sou um rapaz pobre e

arrimo de família [...] espero que o D.D Sr advogue a minha causa com justiça". Não encontramos no arquivo registro de concessão da máquina ao formando.

Verificamos que, já nessa época, havia também uma política de incentivo ao empreendedorismo, interrompida pela justificativa de que a maioria dos alunos recebiam as máquinas e vendiam, o que certamente não era o caso do nosso personagem. De qualquer forma, vislumbramos aí o embrião do Núcleo de Incubadora de Empresas – NIT, que hoje o CEFET RN mantém como forma de impulsionar o surgimento de empreendimentos na área de inovação e desenvolvimento tecnológico.

Nos depoimentos colhidos dos egressos, essa característica empreendedora é sempre ressaltada, além das atividades extracurriculares, envolvendo prática desportiva e atividades recreativas com música, prática esta iniciada pela Professora Lourdes Guilherme, aluna do grande Maestro Heitor Vila Lobos⁴. A Escola também promovia uma Semana de Lazer, período em que eram convidados alunos de outras escolas da cidade, e os estudantes da Casa faziam demonstração de educação física e de canto orfeônico. Nessas ocasiões, também eram convidados intelectuais ilustres da cidade para proferirem palestras, como Câmara Cascudo, por exemplo.

Em 1962, Irineu Martins de Lima ocupa a Direção de 11/04/62 a 29/06/64. O ensino técnico obtém equivalência como ensino secundário, passando à denominação de ensino médio. Além do ginásio industrial (Áreas de Eletricidade, Cerâmica, Madeira, Metais e Mecânica), a Escola passa a oferecer os Cursos Técnicos de Mineração e Estradas, criados em 1962.

Nessa época, prossegue a construção da nova sede da Instituição no local onde atualmente ela funciona. Iniciada em 1942, a obra seria inaugurada em 1967. O prédio localiza-se numa região então afastada da cidade, rodeada por vacarias e granjas de moradia, mas a nova sede já estava preparada para o futuro que chegaria mais rapidamente do que se podia imaginar, sendo hoje um dos locais mais movimentados da cidade.

⁴ Em 1974, foi fundado pelo Pe. Pedro Ferreira o Coral que, numa justa homenagem, tem o nome da pioneira na educação musical do CEFET-RN.

No período que antecede o Golpe de 1964, apesar da rígida disciplina a que os alunos eram submetidos, surgem atividades do movimento estudantil. O primeiro Grêmio existente na Escola Industrial era denominado Nilo Peçanha e depois passa a chamar-se Djalma Maranhão. Muitos dos alunos que participaram desses Grêmios ingressaram na vida pública.

Já na década de 1970, era bastante atuante o grupo de francês criado pela Prof^a. Expedita Oliveira de Medeiros, que incentivava o estudo do idioma, a ponto de se criar aqui a *Association Antoine de Saint Exupéry*. Havia um convênio, fruto da obstinação da mestra entre a Escola Técnica e a Aliança Francesa para alunos bolsistas.⁵

Ditadura Militar e Escola Técnica

O movimento militar que eclode no Brasil em 1964 acompanha uma tendência presente nessa época na América Latina de endurecimento dos regimes como estratégia para deter o avanço da ideologia comunista. Havia um temor por parte da população, incentivada pelos setores conservadores da sociedade, que reuniam militares, parte da Igreja Católica e da classe média, de que os comunistas poderiam tomar o poder por uma revolução e, além de tomar propriedades, proibiriam o exercício da religiosidade.

Historiadores observam que o golpe já estava preparado desde os anos de 1950, por setores militares aliados à UDN⁶. Foi adiado forçadamente por diversos fatores dentre

⁵ Em 1993, a Escola não ia mais oferecer francês, pois a procura era pouca pelo estudo do idioma, e os professores estavam se aposentando. Um movimento liderado pelo professor Júlio Hermínio, ex-aluno da Escola e atualmente professor da área de Indústria, criou o *Groupe de la Résistance* reivindicando a permanência da disciplina na grade curricular da Instituição. A própria professora Expedita, já aposentada, e a Aliança Francesa de Natal apoiaram a causa. Atualmente a disciplina é ministrada no Curso Técnico de Turismo e nos Cursos de Línguas oferecidos pelo CEFET-RN.

⁶ A UDN - União Democrática Nacional, de cunho liberal, era um dos maiores partidos na época, de oposição à Getúlio Vargas e favorável ao golpe, apoiado por parte das forças armadas o PSD- Partido Social Democrático e o PTB- Partido Trabalhista Brasileiro, formados a partir dos políticos que apoiavam Getúlio Vargas.

os quais se destaca o dramático suicídio de Getúlio Vargas em 1954. Os militares brasileiros contavam com o apoio do governo dos Estados Unidos, que temia uma multiplicação de regimes semelhantes ao implantado na ilha de Cuba. Em consequência do golpe, o presidente João Goulart é deposto e exila-se no Uruguai.

Na época, o governador do Estado do RN era Aluísio Alves. Com relação ao processo político, em 1965 ocorre a última eleição direta para governadores dos Estados, sendo eleito governador do Rio Grande do Norte o Monsenhor Walfredo Gurgel. O próximo pleito direto só ocorrerá em 1982, já no processo de abertura política gradual.

No âmbito institucional, em 1964 Pedro Martins de Lima assume a Direção, permanecendo até 28/02/68. Durante sua administração, em 1965, o Estabelecimento recebe a denominação de Escola Industrial Federal do Rio Grande do Norte. O ano de 1968 é marcado pela regulamentação da profissão de técnico industrial, através da Lei 5.524/68. Nesse ano, o ensino desloca-se para o nível do segundo grau (hoje ensino médio) e a Escola passa a funcionar no novo prédio da Av. Salgado Filho, planejado especialmente para abrigar a instituição e inaugurado no ano anterior.

O ano de 1968 também marca o início da fase mais dura da história política recente do Brasil. Opositores do regime militar são perseguidos, políticos de oposição cassados, muitos vão para o exílio. Surgem movimentos armados que lutam pelo fim do regime promovendo seqüestro de estrangeiros, assaltos a bancos e guerrilhas urbanas e rurais. A repressão a estes movimentos é brutal.

Em 1968, a Instituição passa a ser chamada de Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte – ETRN, denominação que perdurará até o início a década de 1990. No período de 01/03/68 a 28/03/71, fica sob a direção do professor João Faustino Ferreira Neto. Em 1969, são criados os Cursos Técnicos de Eletromecânica e Edificações.

Durante a década de 1970, o Rio Grande do Norte teve três governadores indicados pelo Regime Militar: José Cortez

Pereira de Araújo (1971 a 1975), Tarcísio de Vasconcelos Maia (1975 a 1979) e Lavoisier Maia Sobrinho (1979 a 1982).

O clima político dentro da Instituição, mesmo que em menor escala, comparando-se com outras repartições públicas, sofria reflexos dos embates políticos entre oposição e governo com seus instrumentos de luta e repressão. Muitos alunos e professores sofreram investigações militares. Colegas eram chamados para depor sobre as atitudes suspeitas de determinado professor. Discursos mais inflamados contra o regime eram passíveis de prisão, como ocorreu com o prof. João Faustino. Além dele, muitos professores foram interrogados em inquéritos militares.

Eu fui duas vezes à Comissão Parlamentar de Inquérito. Essa Comissão era constituída por um oficial do Exército, um oficial da Marinha, um oficial da Polícia e o advogado, que era quem fazia as perguntas para a gente, e o secretário lá. Agora, os três oficiais, o do Exército, o da Marinha e o da Aeronáutica, não me fizeram nenhuma pergunta. Só quem me fez pergunta foi o da Polícia, mas os três se mantiveram calados, o do Exército, o da Marinha e o da Aeronáutica. (Dantas, 2005).

Com a implementação de disciplinas como OSPB – Organização Social e Política Brasileira, e Educação Moral e Cívica, os professores da área de Estudos Sociais eram obrigados a seguir a programação de ensino da coordenação do MEC, logicamente defendendo o regime e sem nenhum espaço para uma atitude mais crítica. Caso o professor não seguisse o roteiro, este poderia até ser demitido, sem falar de conseqüências mais sérias, como prisão. Essa atitude passiva, no entanto, aos poucos foi se transformando. Com o enfraquecimento do regime, no final dos anos de 1970 e início dos anos 80, as aulas das disciplinas sociais transformaram-se em fóruns de debate, contribuindo para a formação do espírito crítico dos alunos, em consonância com a construção de um modelo educacional que formasse o técnico-cidadão.

Em 1975, é matriculada a primeira aluna – Nelma S. Marinho de Bastos – na ETRN, no curso de Edificações. Em 23/05/79 assume a direção Marcondes Mundim Guimarães, sendo substituído em 1985 por Luzia Vieira de França, que fica à frente da ETRN até 12/05/91.

A ebulição do movimento estudantil gera atos de repressão que atingem a ETFRN. A exemplo do que ocorre em outras casas de educação, alunos são presos por motivos políticos. Com a abertura política, os movimentos estudantis seguem por diversas motivações, como, por exemplo, para se contrapor aos processos de privatização e/ou estadualização que volta e meia eram defendidos por titulares do Ministério da Educação.

O processo de redemocratização da sociedade tem seu início com o enfraquecimento econômico e político do regime militar, mais vulnerável às pressões da sociedade que sofria com a crise econômica e com a falta de apoio estratégico dos EUA, a quem não mais interessava a manutenção das ditaduras latino-americanas. Apesar de episódios radicais como o do Rio Centro⁷, não se interrompe a abertura lenta e gradual à democracia.

Após a abertura democrática e a promulgação da Constituição Federal de 1988, que estende o direito de greve ao funcionalismo público⁸, ocorre a primeira greve dos servidores do CEFET-RN no governo do presidente José Sarney, tendo como pauta de reivindicação a reposição das perdas salariais ocorridas em razão do congelamento de preços e salários do Plano Cruzado. Em 1991, no governo do Presidente Fernando Collor, uma outra greve exige reposição das perdas salariais do Plano Bresser e do Plano Verão. Ao longo dessa última década, ocorrem diversos movimentos paredistas, com pautas reivindicatórias que abordam desde questões salariais até ameaças de estadualização e privatização da ETFRN. Também se protesta contra o corte de verbas federais para educação. Há uma seção do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional – SINASEFE, no Rio Grande do Norte, filiada ao

⁷ Em abril de 1981, duas bombas explodiram no centro de convenções do Rio de Janeiro, onde se realizava um festival de música. Uma bomba explodiu acidentalmente em um carro matando um sargento e ferindo gravemente um oficial do exército. Foi um escândalo e, apesar da tentativa de abafar o caso, o episódio desmoralizou a linha dura que não aceitava a abertura política.

⁸ O direito de greve do servidor federal está disposto no art. 37, inciso II da CF de 1988, mas a lei que o regulamenta ainda não foi editada, porém o judiciário tem reconhecido a greve como direito legítimo do servidor que não pode ser prejudicado pela inércia do legislador infraconstitucional.

SINASEFE Nacional, que sempre participa dos movimentos grevistas nacionais, muitas vezes em posição de vanguarda.

No desporto, a ETRN destacava-se nos esportes coletivos principalmente no vôlei e no futebol, participando de competições estaduais, como os JERNS, e nacionais, concorrendo com as outras escolas da rede. Atualmente o CEFET-RN participa dos EDCENES, competições entre os centros tecnológicos que ocorrem em diversos Estados da Federação.

Globalização, Novo Milênio e CEFET-RN

A partir dos anos 80, verificou-se o fenômeno da elitização da clientela discente da ETRN. A valorização da imagem da ETRN perante a sociedade, vista como uma das melhores instituições de ensino do Estado, a queda do poder aquisitivo da classe média e a decadência do ensino nas redes públicas estaduais e municipais aumentaram a demanda por vagas nos cursos oferecidos pela Instituição. A convivência entre alunos das mais diversas classes sociais gerou um ambiente enriquecedor, segundo depoimentos de egressos, convivendo alunos das diversas camadas sociais (Felipe, 2005).

Em 13/05/91, o engenheiro Francisco das Chagas de Mariz Fernandes assume a direção, sendo reeleito para um segundo mandato, que se estende até 01/03/2000. Em 1993, a Secretaria de Educação Média e Tecnológica/MEC, através da Portaria nº. 1.069, autoriza o funcionamento do Curso Tecnológico de Informática Industrial.

Em 1995, implanta-se na ETRN um modelo pedagógico baseado na formação do técnico-cidadão, fruto de discussão ampla da comunidade escolar, através de uma pesquisa-ação. Esse projeto causa muita repercussão e alça a ETRN à condição de referência para rede federal de educação tecnológica, por sua iniciativa pioneira. A proposta curricular, construída em sintonia com as necessidades do trabalhador contemporâneo, permitia uma visão ampla do processo produtivo e da sociedade com suas nuances tecnológicas e

políticas. Estava organizada por áreas de conhecimento (Construção Civil, Eletromecânica, Geologia e Mineração, Informática, Serviços e Tecnologia Ambiental), prevendo a verticalização do ensino técnico até o tecnológico. As áreas viabilizavam a oferta de um leque de habilitações como terminalidades, anualmente ajustadas às necessidades do mercado de trabalho.

Bastante avançado e baseado em princípios humanistas, o projeto pedagógico de 1995 enfrentou resistência por setores do Ministério da Educação. Quando a ETFRN estava terminando de implantar, veio uma nova resolução do MEC, o Decreto 2.208 de 1997, separando o ensino médio do técnico. Mais uma vez, a comunidade agiu com coerência política. Alunos, professores e diretores da Instituição fizeram uma passeata da Escola até a Secretaria do MEC para reivindicar a manutenção do modelo implementado no RN e autorizado como projeto piloto. A negociação que se seguiu garantiu que metade das vagas ainda fossem para o ensino médio, mesmo que, na época, a intenção do Ministério fosse extinguir o ensino médio na rede federal da qual fazem parte as Escolas Técnicas e os CEFETs.

Devido à desvantagem crescente que tinham os alunos oriundos da rede pública no processo de seleção, fruto da decadência estrutural e das crises que afetam a educação pública estadual e municipal, o processo de elitização da Instituição estava se aprofundando, distanciando a escola da clientela para a qual tinha sido criada. Lembremos dos “desvalidos da sorte”. Numa ação que visava maior inclusão da classe menos favorecida economicamente, a ETFRN, pioneiramente, adotou um sistema de reserva de vagas a partir de 1995. Buscava-se assim manter a instituição aberta para todos os grupos sócio-econômicos e culturais. O debate sobre o sistema de cotas nas universidades públicas que hoje se dá no país foi antecipado aqui no RN.

Sobre esse assunto, vejamos o depoimento de Moura 1 (2005), professor e pesquisador do CEFET-RN, que viveu este período de transição e tem publicado alguns trabalhos sobre a educação profissional e tecnológica:

Se o CEFET-RN não tivesse adotado essa reserva de cinquenta por cento das vagas para alunos provenientes da escola pública, seguramente hoje nós não teríamos aqui quase nenhum aluno oriundo da escola pública, e não teríamos essa escola plural, onde convivem ao mesmo tempo alunos das origens socioeconômicas mais diversas possíveis. Essa é uma medida que eu considero muito importante que foi tomada pela Instituição nesses últimos dez anos, visando atender a sociedade de uma forma plural em todos os segmentos dessa sociedade, primeiramente para alunos que estavam ingressando no ensino médio e no técnico, e hoje, a partir de 2005, no ensino superior.

Desde a década de 1990, a Instituição tem passado por diversas transformações que acontecem de forma cada vez mais rápida, refletindo o panorama da sociedade atual. Em 1994, o presidente Itamar Franco sanciona lei transformando as Escolas Técnicas em Centros Federais de Educação Tecnológica, mas o decreto que transformaria a ETFRN em CEFET-RN - Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte, só é publicado em 18/01/99, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. O CEFET -RN é, assim, estruturado para atuar nos três níveis da Educação Profissional (básico, técnico e tecnológico) e no ensino médio.

Já a partir de 1998, a Escola passa a atuar na educação tecnológica de 3º grau com a primeira turma do Curso Superior de Tecnologia em Processamento de Dados. Atualmente o CEFET-RN oferece dez cursos superiores⁹ em diferentes áreas do conhecimento.

A política implementada nos dois mandatos do Presidente Fernando Henrique, que visava à integração com o capitalismo global, forte influência do modelo neoliberal implementado no Brasil, gera muitos cortes e diminuição das atividades estatais. O CEFET- RN sente os reflexos dessa política, por meio dos constantes cortes de verbas que ameaçam o funcionamento normal da Instituição.

Em 01/03/2000, assume a direção do CEFET-RN o engenheiro Getúlio Marques Ferreira, que se afasta em agosto de 2003 para assumir cargo no MEC, assumindo em seu lugar

⁹ Nas áreas de Construção Civil, Automação Industrial, Materiais, Controle Ambiental, Desenvolvimento de Software, Comércio Exterior e Lazer e Qualidade de Vida, além de três Licenciaturas: Geografia, Física e Espanhol.

como Diretor-Geral *Pro Tempore* o Prof. Sérgio Luiz Alves de França¹⁰.

Em 12/03/2004, através da Portaria Ministerial nº 527, assume, para um mandato de quatro anos, a Direção Geral do CEFET-RN, o Prof. Francisco das Chagas de Mariz Fernandes.

Com a posse do presidente Luís Inácio Lula da Silva em janeiro de 2003, retoma-se a política de ampliação da rede tecnológica com a perspectiva de criação de mais unidades de ensino até o final de 2006. O Governo Federal planeja em todo Brasil construir três novas Escolas Técnicas Federais, cinco Escolas Agrotécnicas Federais e 31 Unidades de Ensino Descentralizadas -UNEDs. O CEFET RN contará com três novas UNEDs: Currais Novos, Zona Norte e Ipangaçu.

CONCLUSÃO

Percebemos que o CEFET RN, apesar de situar-se num Estado periférico sem grande expressão econômica, tem gerado conhecimento e contribuído singularmente na formação de seres humanos que, além da competência técnica, se destacam por uma posição atuante e cidadã.

Uma coisa que me marcou profundamente foi ter sido aluno daqui. Quem é aluno dessa Instituição fica com a base para tudo, do que eu fui aqui dentro, lá fora, eu devo muito ao período que eu passei aqui. Aqui eu aprendi essa questão de cidadania antes de ter esse pensamento novo nosso. (Ferreira, 2006)

A expansão da Instituição traz novos desafios condizentes com esses tempos de rápidas transformações na sociedade:

¹⁰ Getúlio Marques Ferreira assumiu o cargo de coordenador da Rede Federal de Educação Tecnológica no MEC, em 2004 o cargo de diretor de Educação Profissional da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação e em 2005 a COPLAG - Coordenação-Geral de Orçamento Planejamento e Gestão da SETEC onde permanece atualmente (agosto de 2006).

Eu incorporei muitas coisas da Instituição. Talvez a maior característica foi a de ser empreendedor. Essa Instituição é bastante empreendedora (...). Hoje a Instituição faz muita coisa, ou seja, ela trabalha com cursos de extensão, superior, ensino técnico, ensino médio, técnico subsequente, o que leva também as pessoas a não identificarem bem o que a Instituição faz, as pessoas terminam não sabendo direito. (Fernandes, 2005)

A sociedade brasileira e também a norte-rio-grandense vem sofrendo mudanças que talvez só sejam mais bem analisadas por historiadores do futuro, com mais subsídios e um maior distanciamento. Porém, é possível afirmar que a Instituição CEFET- RN sempre esteve preparada para mudanças, mesmo que, no momento da transformação, a impressão tenha sido outra. Como afirma o prof. Mariz, atual Diretor-Geral da Instituição:

Desde a fundação dessas Instituições a gente percebe que elas se adequaram aos seus momentos, e elas foram sempre crescendo. Na realidade, os CEFETs vivem a crise, mas eles nunca estão em crise. (Fernandes, 2005)

Sente-se uma satisfação daqueles que por aqui passaram, de quem fez parte desta Casa de Educação, que, discreta e eficientemente, tem atravessado a história do nosso Estado, apesar de ser quase ignorada pela historiografia norte-rio-grandense, considerando que pouquíssimos registros foram encontrados nos autores locais. Nos documentos pesquisados, mesmo quando tratam de educação no Estado do Rio Grande do Norte, não se comenta sobre a Escola Industrial ou ETFRN.

Com este trabalho, pretendemos começar a preencher essa lacuna com informações que servirão para fomentar a curiosidade de futuros historiadores, para que investiguem a fundo esta história tão fascinante.

Os desafios deste início de milênio precisam ser enfrentados de forma competente e com planejamento, mantendo-se esta Instituição com a mesma força que a tornou, não apenas o que a sociedade esperava, mas algo bem além do seu destino. A casa de educação que nasceu para atender os "desvalidos da sorte", foi se transformando em formadora de cidadãos influentes na sociedade, conscientes do

seu papel. É como se as pessoas que lhe deram vida ao longo desse quase um século não se conformassem com o *status quo*, secundário no mundo da educação.

A paixão que as pessoas sentem pela Instituição fazem com que estejam sempre motivadas para fazer o melhor e, assim, a Instituição se destaca das outras. (Fernandes, 2005)

Ocupando lugar de destaque no cenário educacional do Estado, deixado um pouco de lado pela história oficial, o CEFET-RN impõe respeito àqueles que o conhecem e ocupa um lugar importante na cabeça e no coração daqueles que vivem e estão construindo sua história.

REFERÊNCIAS

- BRITO, Francisco de Assis Pereira de. Depoimento gravado pelo grupo de pesquisa em gestão em 01de setembro de 2005.
- BRITO, Severino do Ramo de - Depoimento gravado pelo grupo de pesquisa em gestão em 25 de outubro de 2005.
- BURKE, Peter. *A escrita da história*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1992.
- CASCUDO, Luiz da Câmara. História do Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional. 1955.
- DANTAS, Anaíde. Depoimento gravado pelo grupo de pesquisa em gestão em 20 de agosto de 2005.
- FELIPE, Renata Carla Tavares Santos. Depoimento gravado pelo grupo de pesquisa em gestão em 12 de outubro de 2005.
- FERNANDES, Francisco das Chagas de Mariz. Depoimento gravado pelo grupo de pesquisa em gestão em 03 de outubro de 2005.
- FERREIRA, Getúlio Marques. Depoimento gravado pelo grupo de pesquisa em gestão em 22 de setembro de 2005.
- HERMÍNIO, Júlio Alves. Depoimento gravado pelo grupo de pesquisa em gestão em 23 de outubro de 2005.
- SILVA JÚNIOR, Nivaldo Ferreira da. Depoimento gravado pelo grupo de pesquisa em gestão em 03de setembro de 2005.
- LOPES, E.M.T., FARIA FILHO, L.M., VEIGA, C.G. *500 Anos de Educação no Brasil*. Autêntica, Belo Horizonte, 2000.

MARIZ, M.S., SUASSUNA, L.E. *História do Rio Grande do Norte: Contemporâneo (1934 – 1990) – Estado, Evolução Política, Social e Econômica*, Natal, 2001.

FERREIRA, Getúlio Marques. Depoimento gravado pelo grupo de pesquisa em gestão em 24 de setembro de 2005.

MEDEIROS, Ana Judite de Oliveira - Depoimento gravado pelo grupo de pesquisa em gestão em 26 de agosto de 2005.

MEDEIROS, Gilson Gomes de. Depoimento gravado pelo grupo de pesquisa em gestão em 05 de setembro de 2005.

MONTEIRO, D.M. *Introdução à História do Rio Grande do Norte*. EDUFRN, Natal, 2000.

MOURA, Dante Henrique. Depoimento gravado pelo grupo de pesquisa em gestão em 18 de outubro de 2005.

MOURA, Pedro Bandeira de. Depoimento gravado pelo grupo de pesquisa em gestão em 30 de setembro de 2005.

OLIVEIRA, José Gilson. Depoimento gravado pelo grupo de pesquisa em gestão em 28 de setembro de 2005.

LIRA, Maria Auxiliadora Pereira. Depoimento gravado pelo grupo de pesquisa em gestão em 06 de outubro de 2005.

PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 43ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998.

ROCHA, Belchior de Oliveira. Depoimento gravado pelo grupo de pesquisa em gestão em 14 de outubro de 2005.

SANTOS, Paulo Pereira dos. *Evolução Econômica do Rio Grande do Norte (do século XVI ao século XX)*. Natal: Clima, 1994.

SILVA, M.G.B. Da arte do ofício à especialização: um breve histórico sobre a função do ensino técnico industrial, UFRN, Natal, p. 110. 1991.

SILVA, Natanael Gomes da. Depoimento gravado pelo grupo de pesquisa em gestão em 25 de agosto de 2005.

SOUZA, Itamar de. *Diário de Natal*, Natal, 1999.

SUASSUNA, Luiz Eduardo Brandão; MARIZ, Marlene da Silva. *História do Rio Grande do Norte (1597/1822)*. Natal: Editora, 1997.

DA ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES AO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA; UMA ANÁLISE ECONÔMICA.

Elisângela Cabral de Meireles¹

Introdução

A história da Organização que se iniciou sob a denominação de Escola de Aprendizes Artífices já alcançou os 96 anos de existência, balizada em um cenário conjuntural, de mudanças contínuas no processo histórico de ordem mundial, nacional e local.

Partindo-se da premissa de que, para apresentar um dado contexto histórico econômico faz-se necessário estabelecer alguns parâmetros para análise, tais como, os aspectos macroeconômicos, as relações de produção e consumo, bem como as estruturas características do mercado, que interferem em um dado cenário, pretendemos, então, discorrer sobre os principais momentos econômicos, nas perspectivas, global e local, que serviram como cenário para a Instituição, na formatação de sua concepção, das temporárias denominações dos cursos e ações desenvolvidos no decorrer do tempo.

Será, portanto, enfocado, sob o prisma estritamente econômico, o intervalo de tempo entre os anos 1910 e 2006, que interferiram sobre a realidade institucional sob a ótica econômica. Ao que parece, a trajetória da Instituição responde às relações de causa e efeito que o cenário mundial impõe ao nacional, e este, por sua vez, impõe ou sugere, pressupondo

¹ Professora do Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte. Professora da Faculdade de Ciências, Cultura e Extensão do RN (FACEX). Instrutora e Consultora, vinculada ao Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE.

as assimetrias econômicas, políticas e sociais, presentes nas Regiões Brasileiras.

Apresentamos, a seguir, a narrativa dos principais aspectos econômicos, paralelos à trajetória da Escola de Aprendizes Artífices ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte. Faz-se imprescindível evidenciar esse paralelismo, visto que a Instituição, no decorrer de sua existência, não elaborou os cenários ou conjunturas econômicas. Nem mesmo no âmbito educacional, no qual coube a ela se inserir, pode ser vista como protagonista da história, mas, coadjuvante, uma vez que seu papel ficou restrito a deliberações exteriores, centradas no poder público da esfera executiva federal. A ela coube, portanto, vivenciar processos, tentar adequar-se nas forças políticas, econômicas e sociais, que, indiscutivelmente, estão, na linha do tempo, imbricadas.

O começo da trajetória: a Escola de Aprendizes Artífices (1910-1914)

O surgimento das Escolas de Aprendizes Artífices, que marcam a origem da Educação Profissional no Brasil,² oferta de instrução primária e profissional à infância desvalida, em regime de semi-internato, por meio de oficinas de marcenaria, sapataria, alfaiataria, serralheria e funilaria (CEFET, 2006). Sua criação acontece inserida no cenário mundial, do capitalismo monopolista, marcado por acirrada concorrência empresarial, por aprofundadas injustiças e desordens sociais e pelos paradoxos entre capitalistas e trabalhadores, na exploração do trabalho e na ênfase pelo lucro. Todavia, esse cenário adverso que antecede, inclusive, à Primeira Guerra Mundial trazia implícita a promessa de que, mesmo frente à

² A Escola de Aprendizes Artífices do RN surge no cenário do governo do Presidente Nilo Peçanha que, em 1909, assinou um Decreto criando dezenove escolas com a mesma denominação no Território Nacional, marcando oficialmente a gênese do ensino técnico no país.

hegemonia do capital e as insuficientes condições econômicas do mercado de trabalho, o indivíduo poderia emergir, cabendo a ele desenvolver-se de alguma forma para tal. Ao “desvalido” caberia alguma atitude nesse sentido, visto que, mesmo diante do hiato entre concentração e desconcentração de riqueza, já vivenciado na dinâmica capitalista, difundia-se a idéia de ascensão possível somente aos indivíduos que se tornassem eficientes na acumulação de capital.

Nesse contexto, o Brasil, originado na Via Colonial e nas formas de produção pré-capitalistas³, se faz presente como figurante de trajetória sofrível - recém-republicano, com identidade confusa, situando-se entre o anterior regime monárquico (dependente economicamente do capital estrangeiro e do regime de trabalho escravocrata) e o ideário político-democrático (com a força de trabalho respaldada na mão de obra assalariada imigrante, contudo, na dependência de investimentos estrangeiros diretos). Assim, adotando o modelo econômico primário-exportador, o país permanecia, em 1910, momento de criação da Escola, e nos anos subseqüentes da República Velha, nos mesmos parâmetros, sendo a sua economia totalmente dependente das aquisições de matérias-primas por mercados estrangeiros, à época, já industrializados. Por outro lado, aprofundavam os *déficits* no Balanço de Pagamentos, especificamente, na Balança Comercial, pelo crescimento das importações de produtos de consumo, maiores do que o conjunto de matérias-primas agrícolas que exportava (em especial, algodão, inclusive, norte-rio-grandense, para a Inglaterra e, para outros países geradores da produção têxtil mundial). Dilatavam-se as desigualdades na economia interna, aprofundando-se o hiato econômico, de forte repercussão social entre as regiões brasileiras, e desconfigurando as relações sistêmicas entre

³ A Via Colonial consistiu no grupo de países cuja origem está vinculada aos atrasos, econômico e político, mais precisamente, onde a burguesia não cumpriu papéis de acumulação de capital e avanço democrático. As formas pré-capitalistas, por sua vez, constituíram-se no híbrido de técnicas produtivas e ação econômica modernizada e, formas rudimentares de produção econômica (SANTOS 2002).

produção e consumo, que, ao contrário, quanto mais ininterruptas fossem, mais tenderiam a contribuir para o crescimento econômico-produtivo. A dinâmica econômica brasileira então vigente permanece concentrada na lógica latifundiária. O Rio Grande do Norte não se distanciava desse padrão. A economia permanece predominantemente agrícola, com foco na produção de algodão, com o agravante de perspectivas sombrias para a sustentabilidade da economia local, sobretudo, no âmbito da Administração Pública, onde o Estado já havia contraído o primeiro empréstimo junto ao capital financeiro internacional, em 1909, por força de Lei, do então Governador Alberto Maranhão, na tentativa de “equilibrar” as contas públicas estaduais e fomentar algum crescimento.⁴ Nessa ocasião, com tais empréstimos, o Estado supre algumas demandas, entre elas, o pagamento do seu funcionalismo público e promove alguma melhoria na parte administrativa, muito deficiente na ocasião. Para se ter uma idéia das deficiências que correlacionavam o setor público à esfera privada, somente em 1906 e o primeiro estabelecimento de crédito do RN, denominado “Banco de Natal”, aberto em 26 de março, com montante inicial de 200 mil réis.⁵ Constatamos tais adequações, como era de se esperar, resultam no endividamento.

Por meio dessas informações conjunturais, podemos analisar que a Escola de Artífices se inicia em um cenário de alta efervescência, mas, paradoxalmente, não parece ser fruto de tal contexto. Apenas responde, individualmente, em âmbito local, pela proposta de atendimento aos indivíduos, na sua totalidade, homens excluídos das formas predominantes de geração e acumulação de riqueza, à época. Ao que parece, o cenário econômico evidencia que não há correlação entre uma proposta desenvolvimentista e a criação da Escola, nem tampouco, qualquer relação entre o fenômeno da Revolução Industrial e os cursos oferecidos em regime de oficina por profissionais desses ofícios, recrutados, como fator-trabalho na

⁵ Esse estabelecimento bancário é o que, posteriormente, em 1959, passou a ser denominado Banco do Estado do Rio Grande do Norte – BANDERN.

comunidade local (alfaiates, marceneiros, sapateiros, serralheiros e funileiros). Tal afirmação se respalda até mesmo pela vinculação política na qual se encontrava a Escola – Ministério da Viação e Obras Públicas. Não caberia a esse Órgão financiar, nem tampouco, gerir ações para esses ramos produtivos, mas alavancar as propostas desenvolvimentistas do país, que também não pareciam evidenciar-se, por meio dele.

Há que se destacar, ainda, que a produção advinda da formação obtida nos cursos não era gerada em escala, não se inseria nas formas de produção em massa, característica do modelo industrial (que no Brasil era insignificante) ⁶ e não empregava grandes contingentes de força de trabalho e recursos produtivos. Apenas se amenizavam, em nível pouco significativo, as discrepâncias sociais vivenciadas por esses indivíduos, beneficiados com tais formações profissionais básicas, que sem essas profissões estariam propensos a aumentar o contingente dos excluídos da população trabalhadora. Podemos inferir que a Escola de Aprendizes Artífices surge como proposta de âmbito social e não econômico, para suprir a demanda desvalida daqueles que naturalmente estavam excluídos do cenário político-econômico dominante, mas que necessitavam de uma profissão que ao menos lhes dessem as condições de subsistência. Inferimos que o caráter era assistencialista. Já o fator econômico, caracterizado pela tradução da força de trabalho inserida no mercado produtivo, constituiu-se em mera consequência, uma vez que não trouxe consigo repercussões para a economia produtiva, geradora de receita fiscal e de renda agregada, nem municipal, nem estadual.

⁶ Segundo Brum (2003), em 1907, o número de empresas industriais brasileiras registradas chegou a 3,2 mil. A indústria atrelava-se em termos de fator trabalho à formação operária assalariada, imigrante, especificamente, alemã, italiana e japonesa. Além do que, mesmo que insignificante, o crescimento industrial brasileiro, na primeira década do Século XX, foi beneficiado por crises na produção cafeeira, predominante no País.

O “caminhar” na tentativa de promover mudanças: o Liceu Industrial (1914-1942)

Nesta seção apresentamos o cenário econômico, mundial e nacional, no qual permaneceu a Instituição, de 1914 a 1942, cenário marcado por grandes alterações.

Em 1914, a denominação institucional da Escola de Aprendizizes Artífices foi substituída, dando lugar ao Liceu Industrial, que perdurou até 1942. O Liceu surge com uma formatação inspirada em modelos exteriores ao Brasil, o que evidencia a influência de outros formatos culturais, educacionais, tecnológicos e produtivos na realidade brasileira do Século XX.

Na esfera mundial, surge no mesmo ano da Primeira Grande Guerra, movimento para o qual convergiu toda a conjuntura de reorganização entre as forças políticas européias. No âmbito brasileiro, o cenário que se apresentava não era muito diverso do cenário vigente à época da Escola de Aprendizizes – permanecia a ênfase na primarização exportadora, inclusive na cultura do café, açúcar, algodão e sal, nas bases oligárquicas, mesmo se observadas sob os prismas nacional e regional. Portanto o Brasil, em um intervalo de quatro anos (período entre uma denominação e outra na Instituição) não foi palco de grandes transformações internas. Na realidade, as transformações econômicas mais preponderantes passaram a ocorrer, tanto em escala mundial, como nacional, a partir da Década de 20, abrindo-se exceção, no cenário mundial, para a Revolução Russa, de 1917, que delineou uma nova forma de pensamento, enquanto modo de produção e na crítica, quanto à acumulação de riqueza. No âmbito nacional e local, destaca-se a Seca de 1915, que, sob a ótica produtivo-econômica, pareceu devastadora, contudo, sem indícios de confirmação para tal tendência, tendo em vista que as cotações do algodão foram sustentadas no mercado mundial, altamente dependente desse insumo.

A Década de 20, propriamente dita, no âmbito mundial trouxe consigo o fortalecimento dos ideais nacionalistas europeus, o surgimento de ideários alternativos ao Capitalismo e ao Comunismo, que já recortavam o mundo em escala bipolar. Trouxe ainda a alteração de hegemonia da Europa para a América do Norte, paradoxalmente culminando com a Segunda Grande Depressão, em 1929, fruto de crise, balizada na queda nos valores de investimentos na Bolsa de Nova York, que desencadeou o desemprego dos fatores produtivos, sobretudo, do fator trabalho, mostrando a alta fragilidade e volatilidade dos investimentos financeiros com altas margens de rentabilidade e as insuficiências da economia predominantemente centrada no mercado. Esse cenário foi crucial para a formação da Década posterior, que se concentrou no realinhamento econômico-produtivo, sob a tutela dos Estados-Nações, inclusive sob a doutrina keynesiana.⁷

No período do Liceu Industrial, o Brasil estava transitando do ponto de vista econômico, inclusive, cambial, dos auspícios ingleses para o norte-americano (da libra esterlina ao dólar norte-americano), arcando assim, com todos os atrasos de uma economia tipicamente dependente, com baixos índices de investimentos e consumo próprios. Para se ter uma idéia, como destaca Brum (2002), o Governo Brasileiro foi “forçado” pelo Governo Norte-Americano, em 1922, a contrair o primeiro empréstimo externo junto a bancos daquele país, sob a alegação de que esses empréstimos eram imprescindíveis ao fomento industrial, à obtenção de infra-

⁷ A doutrina keynesiana surge na Década de 30, como auxílio teórico para o reordenamento necessário, conseqüente da Crise de 29. Preconizava que, para haver crescimento na Renda Nacional e na economia produtiva, com vistas ao alcance do pleno emprego, deveria haver crescentes gastos públicos, capazes de promover a dinâmica macroeconômica. Portanto, atrelava-se por essa teoria as chances de realizar atividade do setor privado com incentivos advindos dos investimentos públicos. Nessa teoria atribui-se uma equalização entre poupança e investimento, ou seja a poupança constitui-se em um fator gerador para investimentos futuros. Essa teoria, criada por John Maynard Keynes, sob o prisma econômico foi fundamental para a formação da fase capitalista que se inicia no pós- Segunda Guerra Mundial – o *Welfare State*, ou Estado do Bem-Estar Social.

estrutura básica produtiva, incluindo a implantação de empresas estatais, a aquisição de bens de capital e o financiamento de importações. Constitui-se em um cenário que apontava para a dependência econômica. No âmbito econômico-produtivo industrial havia no Brasil pouca solidez, o que se tornava ainda mais visível, nas regiões mais pobres do país. Se haviam dificuldades de implantação de um parque industrial nas Regiões Sul e Sudeste, o que se esperar de regiões ainda desatreladas das decisões econômicas no Brasil, como ainda eram, em maior proporção do que na atualidade ainda o são as Regiões Nordeste e Norte? Sem dúvida, os obstáculos da indústria nativa se relacionam à imobilidade da indústria brasileira, diante das formas desenvolvidas na Via Clássica Capitalista⁸. Mesmo a dinâmica industrial existente orientava-se para suprir os ramos da economia direcionados para a exportação, com preponderância de empresas de transformação primária de insumos locais (refinarias de açúcar e empresas de beneficiamento de algodão, por exemplo).

Em âmbito regional-nordestino, com a Década de 20, se aproximava o fim da oligarquia do açúcar, em prol da oligarquia do algodão, que dividia, sazonalmente, espaços econômicos e financeiros com a rentabilidade e lucratividade do sal, embora mantivesse predomínio frente a essa cultura. Destaca-se, ainda, o conflito de interesses políticos e econômicos do Governo Local, em relação ao Governo Federal no impasse pela continuidade da Estrada de Ferro que partia de Mossoró, na Vila de Areia Branca, passando por vários municípios, como Caraúbas, Apodi, Portalegre, Patu, Pau dos Ferros e Luiz Gomes, penetrando no Estado da Paraíba e terminando no sertão de Pernambuco, à margem do Rio São Francisco (SANTOS, 2002). Destaca-se a importância econômica de tal Projeto, para o RN e o Brasil, sobretudo, pela potencial distribuição de riqueza, que por ele poderia ter sido viabilizada. No entanto, não teve continuidade, ficando restrita a poucos quilômetros.

⁸ Via onde foi originado o Capitalismo e onde se cumpriram as transições de modernização econômica e democrática, necessárias ao desenvolvimento desse modo econômico-produtivo.

No RN, a exemplo do contexto abordado, destaca-se a importância agrícola no Estado, com especial visibilidade ao algodão arbóreo que, de tão importante à economia local, mereceu a criação de uma Estação Experimental de Estudos, em Acari, na Fazenda Bulhão, bacia do açude Gargalheiras, com o objetivo de estudos para a seleção e melhoria, inclusive genética da semente, do tipo denominado "mocó", típico da Região do Seridó.

Com o término da Década de 20, iniciou-se no contexto brasileiro uma nova fase, que parecia ser de transição (sobretudo, pelo inevitável esgotamento de uma série de estruturas arcaicas de séculos anteriores e que não mais encontravam sobrevivência no Século XX, a exemplo dos ciclos econômicos). Rompe-se o último ciclo brasileiro – o do café, e não havia outro a buscar pela ausência de demanda e cenário de consumo mundial intensivo para um só produto. O que restava ao Brasil, contraditoriamente, aos interesses das oligarquias nacionais da época era a industrialização. As questões centrais cristalizavam a inquietude em como industrializar, em escala nacional, um país de forte tradição agrícola, arcaica e rudimentar, de que forma e com quais bases de sustentação financeira?

Assim, a Década de 30, no Brasil, marcada pela primeira Era Vargas, foi caracterizada pelo ideal pró-industrializante, sobretudo, das chamadas indústrias de base⁹. Houve forte predominância de capital estrangeiro e participações empreendedora e produtiva de imigrantes.

No RN, realizou-se, em 1930, o I Congresso Econômico do Rio Grande do Norte, importante para o setor primário, sobretudo para a agricultura e para a pecuária. A participação pecuária concentrou-se nas criações existentes à época: bovinos, eqüinos, muares, asininos, caprinos, ovinos, suínos, abelhas, galináceos, bicho-da-seda e peixes (SANTOS, 2002). A agricultura compreendia as culturas do algodão, da cana-de-

⁹ Indústrias para a formação de infra-estrutura, de bens de capital e de bens intermediários. Somente a partir dessa formação anterior se tem espaço produtivo para produção de bens de consumo duráveis e não duráveis.

açúcar, do fumo, do cacau, dos cereais, das leguminosas, da cera de carnaúba, da borracha e do sal.

Tomando-se por base o que a trajetória econômica oferece como elementos para análise, percebemos que o Liceu Industrial situou-se em um contexto mundial e nacional de vastas mudanças. Todavia, os cursos que nele eram ofertados se assemelhavam ao contexto anterior, da Escola de Aprendiz e Artífices. Portanto, permanecia um certo distanciamento entre a proposta de industrialização brasileira, de produção em massa, da proposta de profissionalização técnica até então vigente. Ao que parece, a primeira aproximação efetiva entre o ideário industrial brasileiro e os cursos técnicos profissionalizantes do ensino federal no RN ocorreu na fase que será, a seguir apresentada – da Escola Industrial de Natal. A diferenciação deveria, portanto, transcender a uma questão meramente semântica: liceu – estabelecimento de ensino secundário e ou profissional; escola: estabelecimento público ou privado, onde se ministra, sistematicamente, o ensino coletivo. (AURÉLIO, 2006).

Uma nova fase pró-desenvolvimentista: A Escola Industrial de Natal (1942-1963)

A Escola Industrial de Natal, reestruturada como grau de 1º Ciclo Médio, incorpora aos cursos anteriormente existentes no Liceu, o Ginásio Industrial, com novos Cursos – Eletricidade, Cerâmica, Madeira, Metais e Mecânica e, posteriormente, Mineração e Estradas. Aproxima, preliminarmente, o ensino técnico dos parâmetros então existentes, em escala mundial e, prospectados, inicialmente, na lógica desenvolvimentista brasileira dos Anos 30. No mundo, evidenciavam-se ainda graves reflexos da Depressão Econômica de 1929, que contribuiu para o desencadeamento da Segunda Guerra Mundial e, nesse contexto, o Brasil, em especial, vivia uma fase conturbada do seu incipiente capitalismo. Para se ter uma idéia, a Década de 40 foi marcada por uma queda considerável do fluxo das movimentações

comerciais brasileiras com o resto do mundo – enquanto no decênio 1921-1930, se contabilizaram exportações na ordem de cerca de 810 milhões, e de importações em aproximadamente 680 milhões. O decênio de 1931-1940 mostrou um total de 337 milhões e 300 milhões, sendo a cotação em libras ouro¹⁰ (BRUM, 2002).

Fortaleceu-se, nessa década, os interesses em diminuir o retardo capitalista brasileiro e inserir o país na lógica vigente de industrialização à época. Assim, mesmo sem desmerecer a importância agrícola na pauta de negócios brasileiros, inclusive, no que se referia à lavoura cafeeira, priorizou-se a industrialização. Dada a ausência de condições pretéritas para a formação de uma indústria de caráter predominantemente privado, optou-se pela indústria sob a tutela estatal. Essa opção pela composição industrial nacional, para a sua viabilização, exigiu o cumprimento de etapas. Nesse pressuposto, formou-se o Departamento I (responsável pela produção de bens de capital e bens intermediários), necessários à formação do Departamento II (para produção de bens de consumo duráveis e não-duráveis, incluindo os bens de consumo de luxo). Coube, dessa forma, ao Estado Nacional da época, getulista, encaminhar tal processo. Vários foram os obstáculos visivelmente percebidos, ainda na formulação desses ideais de emergência na produção industrial, com destaque para a insipiência da burguesia brasileira, tanto no trato econômico, como político, e as graves deficiências de condução, sejam econômicas, sociais ou culturais.¹¹ Destaca-se que o Estado Brasileiro, de formato ditatorial, tomou para si

¹⁰ Vivenciava-se no mundo a lógica cambial do Padrão-Ouro, como referência às conversões cambiais e trocas de moedas por metal precioso. Esse padrão declina após a Segunda Guerra Mundial, dando espaço ao dólar norte-americano como principal referência monetária mundial.

¹¹ Paradoxalmente, para a produção nacional crescer, havia uma crescente necessidade de importação e de financiamento por parte dos Investimentos Estrangeiros Diretos (IED's), dada a carência da indústria de base, com destaque para matérias-primas como cimento, ferro, aço e, ainda, para bens de capital diversos, a exemplo de maquinários específicos para os tipos de produção pretendidas, que exigissem maior intensidade tecnológica incorporada.

encargos, na tentativa de facilitar o processo de interação da dinâmica econômica brasileira na fase seguinte do Capitalismo – do Estado do Bem –Estar Social (1945-80).

Portanto, a ocupação dos espaços econômicos industriais pelo Estado, no Brasil, se inicia no período da Década de 40, continuando por anos subseqüentes e se aprofundando. Havia um interesse pró-industrialização, inserido em um contexto maior, de promoção do desenvolvimentismo econômico. A nova orientação de política econômica nacional recomendava a redução da dependência externa (embora isso não tenha se efetivado), um melhor aproveitamento dos fatores produtivos nacionais, a diversificação do portfólio agrícola, o estímulo à industrialização básica, com especial destaque à siderurgia (ferro e aço), bem como a melhoria do sistema de transporte, para garantir o escoamento da produção local. Os primeiros grandes marcos industriais foram a Usina de Volta Redonda, a Companhia Siderúrgica Nacional, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco, a Petrobrás e a Companhia Vale do Rio Doce. Ao que parece, começava a existir congruência entre a proposta de formação da Escola Industrial, por meio de seus cursos profissionalizantes e a proposta industrial brasileira, pois a mão-de-obra capacitada deveria suprir os postos de trabalho nesses espaços produtivos. A Escola Industrial passou, efetivamente, a responder à lógica desenvolvimentista e, no RN, abriu-se em torno dela maiores expectativas, traduzidas em maior demanda para o que ela se dispunha a oferecer, à sociedade e ao mercado.

No Brasil, a produção da indústria nacional destinava-se sobremaneira ao mercado interno, pois não havia condições suficientemente favoráveis de competitividade no mercado internacional. Há que se destacar nesse cenário, a forte contribuição que a II Grande Guerra Mundial trouxe ao então governo getulista, na obtenção de financiamentos e empréstimos estrangeiros, para propiciar tais realizações. Essa dinâmica se deve ao fato de que, no cenário da Segunda Guerra, os países centrais orientavam seus esforços econômico-produtivos para supressão das suas demandas oriundas do conflito, o que criou entraves significativos no

comércio internacional, incentivando, involuntariamente o Brasil a realizar esforços para suprir suas necessidades produtivas e de consumo internos. Ainda, ressalta-se que esse cenário desfavorável à conjuntura mundial favorece um pouco, as exportações brasileiras. Paradoxalmente, ao seu atraso sócio-econômico interno, o Brasil, caracteriza-se, ao final do conflito, como credor internacional, com saldo acumulado na ordem de US\$ 700 milhões de dólares, o que se justifica pelo estímulo ao aumento da produção interna e diminuição das importações (BRUM, 2002). Destaca-se, ainda, a influência do cenário da Guerra para as mudanças vivenciadas no RN, em específico, na capital – Natal. O Conflito, segundo relata Santos (2002)

“além de ter tido sua influência no mercado internacional e, conseqüentemente, ter favorecido nossa economia estadual por uma maior procura da nossa *scheelita*, influenciou, também, diretamente, as atividades econômicas da capital do Estado[...] pela transferência de um grande contingente de militares norte-americanos e de outras nações para essa cidade.”

Segundo o mesmo autor, observou-se que a Cidade do Natal, com aproximadamente 60 mil habitantes teve sua população praticamente duplicada, entre população fixa e em trânsito, com um contingente, somente de norte-americanos, em torno de 10.000 pessoas. No que tange à cidade de Parnamirim, também foram evidenciadas significativas mudanças, desde a caracterização de uma cidade que sediava crescentemente galpões, armazéns, salões, prédios, clubes e pistas, estabelecendo então um perfil de espaço urbano, centrado entre a produção e o consumo, visto que se configurava como um pólo gerador de trabalho, produção,

comércio, abrindo espaço, para os três setores produtivos da economia. Foram abertos espaços visíveis para a produção têxtil e, principalmente, para a construção civil.

Nesse sentido, àquela época, houve, uma mobilização militar em torno do cotidiano da cidade, o que conseqüentemente provocou desdobramentos na sua economia e nas estruturas populacional e urbana.[...] A cidade por sua vez, não era dotada de infra-estrutura social básica para abranger a nova realidade que se apresentava. Ou em outras palavras, para acolher a grande massa de pessoas que para ela se dirigiam. Ou seja, já nessa época, Natal exerce atração sobre as pessoas [...]. Assim, com essa mobilização cresceu a demanda em torno de construções de novas moradias, bem como abertura de novas casas comerciais, ou ainda tem início um processo de melhoria na infra-estrutura urbana. (CRUZ; MEIRELES, 2000)

Ilustrando a narrativa, apresentamos o cenário do RN à época da Escola Industrial, merecendo destaque a predominância superavitária para quase todo o decênio 1940/50, marcado pela mudança de moeda corrente no país, conforme demonstrado na Tabela 1.

1940	20.062:591\$400	Réis
1941	23.812:557\$500	Réis
1942	22.168:575\$500	Réis
1943	24.759.274,40	Cruzeiros
1944	32.759.274,40	Cruzeiros
1945	34.281.445,50	Cruzeiros
1946	43.242.035,50	Cruzeiros
1947	51.330.073,10	Cruzeiros
1948	67.944.642,20	Cruzeiros
1949	67.127.860,50	Cruzeiros
1950	71.862.026,90	Cruzeiros

Tabela 1: Comportamento financeiro do Estado do Rio Grande do Norte (1940/50)
Fonte: Cascudo (apud Santos, 2002)

Voltando ao plano mundial, percebe-se que as Décadas de 50 e 60 trouxeram consigo uma série de mudanças que afetaram o cenário desenvolvimentista, dentre elas a ascensão do capital internacional à condição apátrida; o que antes era observado como financiamento oriundo dos países estrangeiros, com aquiescência dos governos, na Década de 50, passou a acontecer sob a denominação de "capital internacional", em um mundo denominado "bilateralista", pela Guerra Fria, entre duas grandes potências, vencedoras do II Conflito Mundial (EUA e URSS).

Assim, no Brasil, a política desenvolvimentista que foi implantada, a partir de então, materializou-se com a substituição das importações, com produção em solo brasileiro. Contudo, quase que na totalidade, a produção era realizada por empresas estrangeiras, que estavam baseadas no Brasil. Foi um período, do ponto de vista econômico, em que se obtiveram alguns resultados, a exemplo de 1956 a 1960, onde

o Produto Interno Bruto (PIB)¹² brasileiro cresceu a taxas percentuais de 8,1, em contraposição ao decênio anterior, com oscilação média de 6,5% e 3,6%, respectivamente (BRUM, 2002). Com base na mesma fonte, percebe-se que o foco desenvolvimentista, portanto, a exemplo do período getulista permaneceu na indústria, que verificou crescimentos considerados estrondosos para a conjuntura vigente. Entre 1955 e 1961, a produção industrial cresceu em média 80%, com destaque para a indústria do aço (100%), indústrias mecânicas (125%), indústrias elétricas e de comunicações (380%) e indústrias de equipamentos de transportes (600%)¹³. Verifica-se uma intensificação dos investimentos estrangeiros no país. Após um intenso período de crescimento dos indicadores de riqueza produtiva econômica dos residentes no país (no período entre 1956 e 1962), passa-se a vivenciar, em escala nacional, uma desaceleração na dinâmica econômica, culminando em novas formulações, concomitante à alteração de regime político – de democrático à ditatorial militar. Vivenciava-se, de 1961 a 1964 a crise do nacional-populismo, com mudanças significativas para a economia nacional e local, bastante atreladas aos interesses do capital internacional.

No âmbito local, em 1951, ocorre no Estado a maior operação de empréstimo até então existente, assinada junto ao Banco do Brasil, com vistas à ampliação do serviço d'água nas cidades de Mossoró e Caicó. Em contrapartida, agiliza-se, para assegurar a operação de financiamento e crédito a emissão de títulos da dívida pública, no montante de sessenta milhões de cruzeiros (SANTOS, 2002). Registra-se, ainda, a preponderância alcançada pelo algodão local, nas exportações para novos mercados, como Itália, Japão, Inglaterra, Iugoslávia, Polônia e França, Portugal, Hungria e Alemanha,

¹² O Produto Interno Bruto constitui-se no indicador de geração de produção dos residentes em um determinado local, conforme o objetivo de análise econômica (local, regional, nacional, global).

¹³ Todos esses percentuais, exceto os referentes à produção industrial, observados como um todo, se referem aos respectivos segmentos envolvidos.

correspondendo ao forte interesse mundial pela produção têxtil.

De 1943 a 1952, a economia potiguar teve um crescimento respeitável, inclusive, pela preponderância na produção mineral, destacando, o berilo, a *scheelita* e o gesso. A exportação desse minério chegava à média de Cr\$ 20.000.000,00, mantendo-se na pauta de exportações com preponderância. A Década de 60, marcou sensivelmente o RN pela adoção de ações pautadas no planejamento e implantação de projetos industriais, com apoio governamental, inclusive, projetos de cunho estritamente infra-estrutural, pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE (criada em 1959). É da Década de 60 o projeto embrionário de desenvolvimento do Estado do RN, tutelado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico do Estado do Rio Grande do Norte, sob a forte influência da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) (SANTOS, 2002).

A partir daí, procurou-se desenvolver uma nova forma de pensar e planejar a política econômica regional, sobretudo para o enfrentamento das crises, surgidas por várias causas, inclusive climático-geográficas, sendo a Escola Industrial de Natal chamada a participar. É desse período a primeira campanha de combate às pragas do algodoeiro arbóreo e herbáceo, a criação da COSERN, da Companhia de Águas e Solos (CASOL), e da TELERN. Em 1962, na linha de ação do Plano de Metas, de caráter nacional, com a proposta de construção de rodovias e de incentivo à produção mineral há espaço significativo para novas profissões técnicas, surgindo, em âmbito local, os Cursos de Mineração e Estradas, com vistas a apoiar o Plano de Infra-Estrutura do Nordeste. Aumenta a participação do egresso da Escola Industrial de Natal além dos limites do Estado do RN. Essa força de trabalho não passa mais somente a ser disputada localmente, mas a demanda em torno dela cresce por parte dos Estados da Bahia e Pernambuco, personagens ativos da ação desenvolvimentista nordestina da Década de 60. Ao que parece, a perspectiva de desenvolvimento regional brasileiro extrapola para a lógica integracionista, não mais em restrita escala regional, mas, em

tese, de integração nacional. O ensino profissionalizante deveria então adotar nova filosofia, ser mais abrangente e efetivamente atrelar-se ao "Ideal País", formando técnicos não mais para o mercado nordestino, mas para os setores público e privado do Brasil, com oferta de trabalho para aumentar o emprego e a capacidade efetiva da produção estatal e das multinacionais.

A Escola mantém o cenário da inclusão social, na década de 60: o jovem estudante que, por meio da sua qualificação e entrada no mercado de trabalho, melhora a condição de vida da sua família. Cabe destacar que até esse período da Escola Industrial não há expressiva simetria entre os cursos e a agenda de produção nacional. Essa afirmação se justifica por fatos; quando se abre espaço para a Construção Civil no RN (Década de 40), não se oferece esse curso em nível técnico, tendo surgido bem depois. Há apenas um descolamento que pode ser feito para os Cursos de Estradas (criado em 1962), bem como em relação ao Curso de Edificações (1969). Mesmo os Cursos de Estradas e Mineração, criados no início da década de 60, são implantados um tanto quanto atrasados em relação à oferta produtiva que se instala no Estado. As respostas mais adequadas ao tempo, ao que parece, somente começam a serem percebidas no âmbito da Escola Industrial Federal, que marca um período de transitoriedade até a formação da Escola Técnica Federal. Essa transitoriedade pode ser analisada no que tange às questões econômicas pela efervescência nos cenários mundial e nacional; no primeiro, a acumulação expressiva de capital, que propiciou o desenvolvimento de novos padrões, tecnológico e produtivo; e no segundo, a ênfase no nacional-desenvolvimentismo, por novas formas produtivas, novas técnicas, novas oportunidade de inserir o Brasil, minimizando os hiatos entre as Regiões.

Cenário de transitoriedade: da Escola Industrial Federal (1959-1968) à Escola Técnica Federal (1968-1999)

No período de transição de 1965 a 1969, o Brasil buscava nova identidade, com tentativas de rearranjar sua economia. A conjuntura que permeia essa transitoriedade centrava-se em três problemas básicos: o déficit crônico no Balanço de Pagamentos, a estagnação do crescimento econômico e a inflação, causada, sobretudo, pelo déficit público. Esses fatos, observados em conjunto contribuíram para a elaboração do Programa de Ação Econômica do Governo – PAEG (1964/66), caracterizado por um perfil teórico-econômico ortodoxo. A tentativa concentrava-se em reordenar a economia, modernizar o modelo capitalista brasileiro, com vistas à expansão do capital. Havia, também, a intenção de melhorar o cenário competitivo das empresas brasileiras, tendo em vista a discrepância entre o *status* econômico, no qual se encontravam e o vivenciado pelas empresas multinacionais, sediadas no Brasil visto que estas últimas não estavam sujeitas ao controle de preços. As empresas multinacionais passaram a dominar, com amplitude, o parque industrial brasileiro, especialmente nos setores que ofereciam maiores perspectivas de dinamicidade, na indústria de transformação de insumos. Das 1000 empresas do país, com maior representatividade em volume de vendas, em 1974, 2/3 eram empresas industriais. As empresas de capital estrangeiro correspondiam a 12% do número total, 50% do valor das vendas e 43% do estoque de capital. Dominavam 85% das vendas de bens de consumo duráveis e eram majoritárias (cerca de 57%) na produção de bens de capital. Mantinham ainda uma relevância, embora menor do que as empresas privadas nacionais, no tocante à produção de bens de consumo não-duráveis, mas, assim mesmo considera-se uma participação expressiva para classificação minoritária – 43%. Até mesmo, no setor produtivo de bens intermediários, onde o Brasil deveria ter preponderância, dado o seu caráter agrícola-extrativista, a participação das EMN's, chegava, na Década de 70, à média de 37% das vendas (LACERDA, 2000).

Essa realidade conjuntural brasileira, antagonicamente, alia-se ao cenário mundial, visto que nesse cenário havia oferta significativa de capital disponível para empréstimos internacionais, encabeçados pelos Estados Unidos, pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial, que apoiaram, amplamente, o PAEG brasileiro.

Esse Plano contribuiu para a formação do cenário econômico que, em 1968, surge sob a denominação de “Milagre Econômico Brasileiro”, perdurando até 1973, quando termina em decorrência da alta inflacionária do preço do barril de petróleo – o que ficou conhecido como o Primeiro Choque Mundial do Petróleo.¹⁴

Nesse período, cresce a Educação Técnica com foco industrial no país e, já sob a denominação de Escola Técnica Federal, ocorre a expansão nos recursos produtivos na Instituição sediada no RN, materializada, entre outras ações, na construção de laboratórios específicos às áreas profissionais desenvolvidas. Na Escola, por determinação do Ministério da Educação e Cultura – MEC, a Escola passa a sediar o Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra –PIPMO, vigente até 1974, para a melhoria econômico-produtiva pela capacitação da força de trabalho local, período em que se encerra o Centro Tecnológico do Nordeste (CETENE), entidade regional para formação de professores, até então, funcionando nas dependências da Escola.

Aumentam gradativamente os cursos: em 1969, o de Eletromecânica e de Edificações, sendo o primeiro desmembrado em 1970, em Eletrotécnica e Mecânica. *Pari passu*, articula-se a desativação dos cursos oriundos do Ginásio Industrial. Surgem, ainda, no auge do Milagre Econômico, os cursos de Geologia e Saneamento, e, ainda, instala-se na ETEFRN o Serviço de Integração Escola-Empresa. Podemos inferir que a opção pela formação de Escolas Técnicas Federais constituiu-se em reflexo do “Milagre”.

¹⁴ Cabe destacar que, no período do Milagre, o crescimento econômico no país chegou a atingir a taxa média anual de 11,2% (BRUM, 2002), onde o setor secundário, com ênfase industrial, foi o propulsor.

Buscava-se a superação dos indicadores de produção. Dessa forma, a produção técnica, sobretudo no setor produtivo secundário, era elemento-chave.

Na Década de 70, no Nordeste brasileiro e no RN, vislumbramos um cenário de nova fase econômica, com vários projetos aprovados pela SUDENE para financiamento nos setores primário e secundário. Há, contudo, o registro de uma Seca, logo no primeiro ano, que prejudica parte dos negócios no setor primário. Por outro lado, registra-se a alavancagem de projetos nas esferas pública e privada, a exemplo das Vilas Rurais, dos projetos embrionários da Carcinicultura e da Sericicultura¹⁵, a difusão do segmento têxtil, a fábrica de barrilha, a descoberta de petróleo no Litoral Potiguar (SANTOS, 2002). Em relação à questão do petróleo, ressalta-se a parceria firmada entre a PETROBRÁS e a ETRN, parceria que tem se alterado na linha do tempo sem desaparecer. Outras ações de repercussão sobre a economia merecem destaque: o surgimento, no Rio Grande do Norte, da Revista RN Econômico, com a finalidade de discorrer sobre as dificuldades, sobretudo, vivenciadas na cultura do algodão, com forte incidência tributária, e a criação da Bolsa de Valores do RN. Cresciam também os incentivos ao segmento hoteleiro, com o surgimento de novos hotéis.

Na Década de 80, denominada “Década Perdida”¹⁶, em âmbito nacional, aloja-se um significativo dualismo entre avanços e retrocessos, caracterizados pelos aspectos de ordem econômica e política. Ao que parece, não basta, para efeitos de análise econômica, interpretar a Década como perdida, somente sob um enfoque. Se essa década foi perdida, cabe descobrir por que e para quem. Em âmbito nacional, registra-

¹⁵ Cultura do bicho-da-seda.

¹⁶ Nessa década, a Crise Brasileira centrava-se no esgotamento do projeto de desenvolvimento, centrado na fase capitalista do Estado do Bem Estar Social, no esgotamento da matriz industrial, no aprofundamento da dívida externa, sobretudo, a partir do Segundo Choque do Petróleo, em 1978 e, a falência financeira do Estado Brasileiro atrelada à inexistência de um novo projeto nacional impulsionador para o cenário da década de 90, de abertura econômica mundial, na fase capitalista neoliberal.

se a posição diametralmente oposta que a conjuntura econômica se encontra em relação à conjuntura política – a década de retardo econômico, principalmente no que tange à inserção competitiva mundial e a busca pela democratização nas relações políticas e sociais. Curiosamente, constituiu-se em um cenário de ampla visibilidade política (os anseios pela Nova República e pelas eleições diretas) e visibilidade econômica (a elaboração sucessiva de planos econômicos¹⁷, com formulações ortodoxas e heterodoxas, na tentativa de coibir os danos inflacionários ao Sistema Econômico e ao Fluxo Circular de Renda Nacional).

No cenário potiguar, em termos de avanços destaca-se a criação de quatro empresas, com expressiva participação do capital privado: Cidade Hortigranjeira S/A, Terminal Rodoviário S/A, BANDERN Crédito Imobiliário S/A e BANDERN Seguradora S/A, com capital em torno de quatro bilhões de cruzeiros, além de imóveis, instalações e máquinas. Ainda, registra-se o início de projetos para viabilização turística. No que tange aos retrocessos, vale citar a queda da produção da lagosta, a elevação nos índices de desemprego, a praga do Bicudo e a queda nas exportações. Se comparada ao cenário da década anterior (respectiva ao Milagre Econômico), percebemos nova anteposição, desta vez, avanço econômico e atraso político. Do ponto de vista analítico, inferimos que cenários tão opostos e, ao mesmo tempo, subseqüentes, exigem, em qualquer tempo, principalmente sob as óticas econômica e produtiva, maiores esforços de adequação e até superação de entraves. Esses dois cenários perfazem o macroambiente econômico, enquanto formação institucional técnica federal, aquele ambiente que causa interferência sobre a Instituição, mas que, sob o mesmo, se tem poucas, ou mesmo, nenhuma chance de intervir. Por um lado, a ênfase na visão tecnicista de produção tecnológica para inclusão na nova década que se avizinha (Década de 80), por outro, a ênfase na capacidade tecnológica e produtiva para superação às barreiras tecnológicas e financeiras que impedem a inserção brasileira e de suas

¹⁷ Lista-se como planos econômicos dessa época os Planos Cruzado, I e II, o Plano Bresser e o Plano Verão.

regiões, na economia, sob o prisma endógeno (Brasil e suas Regiões, em relação a si próprios e, em relação ao Resto do Mundo).

Na ETFRN consta dessa década a implantação do Curso Técnico de Segurança do Trabalho, em 1989, sintonizado com as demandas existentes no segmento industrial, empresarial, com ênfase na construção civil. "Assim, associado ao ramo da construção civil, surgem no período 1980/1990 as lojas de departamentos, lojas de automóveis, centros comerciais e, a partir dos anos 90, os *shoppings centers*" (CRUZ; MEIRELES, 2000).

A continuidade da trajetória em uma nova era: O Centro Federal de Educação Tecnológica (1999 à atualidade)

Com os anos 90, alteram-se vários elementos no cenário mundial, nacional e regional-local, onde, sem dúvida, percebemos significativas mudanças na agenda mundial e nacional e local. Os temas-chaves da década passaram a girar em torno de aspectos como a divisão internacional do trabalho, a competitividade e a globalização, nas esferas financeira, produtiva, tecnológica e cultural.

Na esfera mundial, o cenário é delineado com a realização do Consenso de Washington, onde os países centrais objetivavam expor os novos planos para reconfiguração política-econômica nos países periféricos, a exemplo da América Latina e África.¹⁸ Altera-se novamente a fase capitalista – do Estado do Bem-Estar Social (*Welfare State*) passa-se à fase neoliberal, cuja recomendação central consistia na garantia máxima de liberdade às forças de mercado, com a recomendação e, não mais, a intervenção do

¹⁸ Constituía-se em uma espécie de decálogo, com "sugestões" de ajustes nas reformas a serem implementadas pelos países em desenvolvimento, sob a supervisão de instituição de abrangência mundial como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BIRD).

Estado, privilegiando nos países a formação do modelo de "Estado Mínimo".

Certamente essas alterações interferiram significativamente sobre as esferas produtiva e social e as medidas de ajustes extremamente sofríveis para as economias periféricas. O Brasil, em especial, adentra nesse cenário sob a denominação de "Abertura Comercial Brasileira", onde preponderava a ênfase na abertura de mercados aos produtos estrangeiros, sob a alegação de forçar a melhoria produtiva da indústria nacional, segundo exigências dos mercados produtores e consumidores internacionais.

Contudo, com o aprofundamento desse cenário, aliado a um plano econômico (Plano Collor) fadado desde a origem ao fracasso e a outro que surge, fruto do insucesso do anterior (Plano Real e suas derivações recorrentes), a economia brasileira foi adotando outros parâmetros, contudo, centrada nos interesses da Tríade - Estados Unidos, Europa e Japão (CHESNAIS, 1996).

Na seqüência, enfatiza-se o multilateralismo nas relações globais, balizado pela formação de Blocos e Acordos Econômicos Regionais, da Organização Mundial do Comércio e do GATT, versão 1994, trazendo cada vez mais para o cerne da discussão as questões entre Globalização e Regionalização como faces complementares.¹⁹ Insere-se nesse contexto à ênfase nas exportações, onde se concorda que, independentemente da condição econômica dos países, todos devem elevar ao máximo, a sua respectiva capacidade exportadora. A simbiose entre produtividade e competitividade se intensifica, levando a uma série de mudanças de caráter tecnológico, refletindo significativamente nas ações do mercado de trabalho efetivo e potencial. É dessa época, que passa também a ser denominada de "Era do Acesso", a ênfase nas tecnologias de rede, de interação entre mercados distantes, nas formas profissionais que possam responder a

¹⁹ Acordo Geral de Tarifas e Comércio que passa a referenciar as relações multilaterais em torno do comércio internacional.

contento às expectativas de um mundo tecnologicamente em constante superação de vantagens competitivas.

No contexto dessas mudanças que reconfiguram desde os geo-espacos, político e mundial às relações econômicas produtivas regionais e locais (avanço nos segmentos produtivos da fruticultura, carcinicultura, têxtil e confecções, petróleo, entre outros existentes no RN), surge o Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte, em 1999, na perspectiva de integrar em um único centro, os ensinos médio, técnico e tecnológico. Certamente surge de uma estratégia de superação de crises iminentes, com objetivo de atrelar às formações técnicas, tradicionalmente já oferecidas, o ensino tecnológico de nível superior²⁰. Passa-se a investir na formação de cursos superiores de menor duração, especialmente voltados com suas propostas curriculares às demandas do mundo excessivamente moderno, a exemplo dos Cursos de Tecnologias em Meio Ambiente, Comércio Exterior, Automação Industrial, Materiais, Lazer e Qualidade de Vida e Desenvolvimento de *Software*. Os cursos técnicos também foram alvos de adequação, a exemplo de Informática, Hotelaria e Construção Civil.

O período de 1999 até a atualidade parece ser no decorrer de toda a história da Instituição, o de maior conjunção entre as esferas, mundial, nacional e regional, fazendo jus à lógica da "glocalização", de se pensar globalmente e agir localmente. Contudo, incluso no cenário de ruptura de vantagens sustentáveis, vigentes no mundo moderno e de permanente adequação, parece buscar sua identidade, reconhecendo o desafio que isso representa.

No decorrer desses quase 100 anos, desde a sua criação, a Instituição encontra-se envolta em um cenário histórico vinculado às conjunturas brasileira e mundial, pois é esse cenário que norteia as condições para a sua formação, bem como para a sua trajetória.

²⁰ Cabe destacar que as ETF's, por força do Decreto-Lei nº 547, de 18/04/69, já estavam autorizadas a organizar cursos superiores de curta duração.

Dessa vinculação emerge, permanentemente a, exigência de buscar, no âmbito da sua estrutura, alternativas genuínas, ações criativas que conjuguem ao máximo possível, a coerência e a sintonia necessárias ao desenvolvimento, minimizando as conseqüências de um dilema presente: de como se inserir em um processo no qual as chances de interferência externa (política, econômica e social) sobre o âmbito institucional são visíveis e crescentes e as chances de intervenção sobre as externalidades improváveis.

Das mudanças vivenciadas em quase um século, uma certeza se delineia: a de que o cenário sempre já está posto, cabendo a ele adequar-se, privilegiando a simetria com a missão institucional. De alguma forma, as questões econômicas, na linha do tempo terminam sendo recorrentes, tendo-se a nítida impressão de que são questões atuais e genuínas.

Referências

BRUM, Argemiro J. **Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. São Paulo: Vozes. 2002.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo, Xamã, 1996.

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. **Economia e urbanização**: o Rio Grande do Norte nos anos 70. Natal: UFRN/CCHLA, 1995.

CRUZ, Rogério Pires; MEIRELES, Elisângela Cabral de. **Prospectiva econômica para a Cidade do Natal**. Consórcio Natal 2015, 2000.

FURTADO Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora, 2001.

FURTADO Milton Braga. **Síntese da Economia Brasileira**. 6 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. **Dicionário**. 2005.

LACERDA, Antônio Correia de, et al. **Economia Brasileira**. São Paulo: Saraiva. 2003.

SANTOS, Paulo Pereira dos. **Evolução Econômica do Rio Grande do Norte** (Século XVI ao XXI). Natal: Departamento de Imprensa do Estado. 2002.

Interfaces legais, políticas, pedagógicas e administrativas na trajetória do CEFET-RN.

Gerda Lúcia Pinheiro Camelo¹
Dante Henrique Moura²

1. Introdução

Em um primeiro momento, nosso intuito era catalogar histórica e cronologicamente as estruturas organizacionais existentes da Instituição, no entanto, diante da falta de informações que atendessem a esse propósito, optamos por estruturar de forma seqüencial, com base nas mudanças oriundas das legislações vigentes em cada período, as interfaces legais, políticas, pedagógicas e administrativas das múltiplas formas de atuação da Instituição ao longo de sua existência.

Os dados foram obtidos por meio da análise dos documentos e das entrevistas realizadas com ex-alunos, ex-dirigentes, ex-servidores e com os que atualmente integram os quadros técnico-administrativo, docente e discente.

Para uma melhor compreensão do leitor, dividimos o artigo em seis partes. Nesta primeira, apresentamos os objetivos e a metodologia adotada para elaborar o trabalho, assim como antecipamos os aspectos que serão tratados nas seguintes seções. Em seguida, enfocamos a criação da Instituição e suas primeiras décadas de funcionamento. Na terceira, enfocamos o período que vai da década de 1930 aos anos 1950, com ênfase no surgimento da Escola Industrial de Natal. A quarta seção é dedicada ao período compreendido entre os anos 1960 e a década de 1980, tendo como eixo

¹ Professora do CEFET-RN, Mestre em Administração

² Professor do CEFET-RN, coordenador do Núcleo de Pesquisa em Educação - NUPED/CEFET-RN, Engenheiro Eletricista e Doutor em Educação pela Universidade Complutense de Madri.

central a consolidação da ETRN. Em seguida, os esforços são centrados no final do século XX e início do século XXI, com destaque para o avanço neoliberal dos anos 1990 na sociedade em geral e na Educação Profissional e Tecnológica – EPT, em particular. A última seção é dedicada às considerações finais do trabalho.

2. A criação e as primeiras décadas

Em 23 de setembro de 1909, é assinado pelo então presidente da República, Nilo Peçanha, o Decreto nº. 7.566, que cria as Escolas de Aprendizes Artífices em 19 estados brasileiros. Em 27 de janeiro de 1910, quando é nomeado por Decreto o primeiro diretor para providenciar a instalação da Escola, começa o período de organização e implantação da Escola de Aprendizes Artífices do Rio Grande do Norte, que inicia suas atividades com as oficinas de marcenaria, sapataria, alfaiataria, serralharia e funilaria, em regime de semi-internato no prédio em que atualmente funciona a Casa do Estudante de Natal.

O Decreto nº. 7.566/1909 também previa o quadro de pessoal dessas instituições, que era constituído por um diretor, um escrivão e um porteiro nomeados por decreto, além dos mestres de oficinas contratados por quatro anos.

Partindo do levantamento histórico, por meio das entrevistas e análise documental, constatamos que inicialmente a Instituição é marcada por uma dependência pedagógica, financeira e administrativa do Ministério ao qual estava vinculada. Desse modo, nas primeiras décadas a então Escola de Aprendizes Artífices e, mais tarde, o Liceu Industrial, está subordinada à Diretoria Geral de Indústria e Comércio, pertencente ao quadro do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Essa subordinação direta ao governo central resulta em grandes dificuldades tanto do ponto de vista orçamentário, quanto das disponibilidades físicas existentes no período de implementação da Instituição.

Em 1914, o estabelecimento de ensino passa a denominar-se Liceu Industrial, e em seguida, transfere-se para um novo endereço na Avenida Rio Branco. De um modo geral, o período entre a criação da Escola de Aprendizes Artífices até a década de 1930 caracteriza-se por uma fase em que esse segmento institucional de ensino representa a redenção dos males sociais, com uma missão direcionada para a preparação profissional dos excluídos da sociedade, dos desvalidos e operários artífices. O ensino era predominantemente manufatureiro-artesanal, o que correspondia, basicamente, às características produtivas do Estado no período, que se caracterizava por uma economia estagnada, do tipo tradicional e cujo setor industrial vinha caindo desde as últimas três décadas do século XIX.

Quanto à vinculação administrativa, até 1930 permanece na esfera do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Nesse ano é criado o primeiro ministério no âmbito da educação³ - Ministério da Educação e Saúde Pública, e o Liceu Industrial de Natal passa à jurisdição do novo Ministério.

3. Dos anos 1930 aos anos 1950: surge a Escola Industrial de Natal

As décadas de 30 e 40 do século XX são marcadas por grandes transformações políticas e econômicas da sociedade brasileira com conseqüências profundas sobre o aumento das demandas sociais pela ampliação de oportunidades educacionais em geral e, em particular, no domínio da educação profissional.

³ Na verdade, no início do período republicano houve uma primeira tentativa de criação de um ministério que incluía a esfera educacional – Ministério da Instrução, Correios e Telégrafos. Entretanto, o órgão teve vida curta, de 1890 a 1892, e, além disso, seu funcionamento foi pouco estudado de modo que não há registro de que tenha desenvolvido alguma atividade significativa no domínio da educação.

Nessa esfera, a demanda decorre do processo de industrialização que vinha sendo desencadeado a partir de 1930 e exigia um contingente de profissionais mais especializados para a indústria, o comércio e a prestação de serviços.

Esse surgimento da indústria nacional é potencializado pela segunda grande guerra mundial, pois, no período pré-bélico e durante o conflito, as grandes economias envolvidas – países centrais da Europa, Estados Unidos e Japão – concentram todo seu esforço produtivo na indústria bélica, abrindo espaço para que as economias emergentes avançassem em seus processos de industrialização, no que fica conhecido como o modelo de substituição de importações.

Esse processo de industrialização e modernização das relações de produção da sociedade brasileira exige um posicionamento mais efetivo das camadas dirigentes com relação à educação nacional. Como resposta a essas demandas, são promulgados diversos decretos-lei para normatizar a estruturação da educação. Esse conjunto de decretos fica conhecido como as Leis Orgânicas da Educação Nacional – a Reforma Capanema, numa referência ao então ministro da educação, Gustavo Capanema.

Os principais decretos são os seguintes: Decreto-Lei nº. 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, que estabelece as bases de organização da rede federal dos estabelecimentos de ensino industrial, passando a Instituição a ser denominada Escola Industrial de Natal; Decreto nº.4.244/42 – Lei Orgânica do Ensino Secundário; Decreto nº. 4.073/42 – Lei Orgânica do Ensino Industrial; Decreto nº. 6.141/43 – Lei Orgânica do Ensino Comercial; Decreto nº. 8.529/46 – Lei Orgânica do Ensino Primário; Decreto nº. 8.530/46 – Lei Orgânica do Ensino Normal; e Decreto nº. 9.613/46 – Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Além disso, o Decreto-Lei nº. 4.048/1942 cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, que deu origem ao que hoje se conhece como Sistema “S”.

Desse modo, após a Reforma Capanema, a educação brasileira denominada regular, fica estruturada em dois níveis,

a educação básica e a superior. A educação básica divide-se em duas etapas. O curso primário, com duração de 5 anos, e o secundário, subdividido em ginásial, com duração de 4 anos, e o colegial, com 3 anos. Enquanto isso, a vertente profissionalizante do ensino secundário é constituída pelos cursos normal, industrial técnico, comercial técnico e agrotécnico. Assim, na Escola Industrial de Natal, passa a funcionar o Ginásio Industrial.

Como se vê, essas mudanças se articulavam com as transformações estruturais socioeconômicas e da ordem político-jurídico que o Brasil vivia na época, de forma que ao ensino industrial é atribuída a tarefa de preparação profissional da “mão-de-obra” necessária ao processo de industrialização do país.

Durante esse período, a administração institucional permanece sem autonomia financeira e com uma estrutura administrativa composta de inspetores de alunos, chefes de cozinha, almoxarifes, contador e supervisores de refeitórios. O corpo docente da época contava com professores de formação geral e com os mestres de oficinas. O inspetor de alunos tinha uma atuação marcante na condução das atividades acadêmicas, considerando seu papel de orientador e organizador das tarefas.

A respeito disso, em depoimento, o Professor Severino do Ramo de Brito⁴, que foi aluno da Escola Industrial na década de 1940, ressalta que “o inspetor de aluno determinava o aluno que seria responsável para administrar a mesa no refeitório”. Percebemos neste relato, por um lado, a postura autoritária do gestor, por não oportunizar uma escolha democrática, mas, por outro lado, um exemplo inequívoco de potencialização do valor da responsabilidade pelos espaços de uso coletivo, pelo espaço público.

4. Dos anos 1960 aos 1980: consolidação e expansão

⁴ Professor aposentado do CEFET-RN

Na verdade, os acontecimentos desse período na sociedade brasileira em geral e, especificamente, na educação são frutos do processo histórico construído nas décadas anteriores, principalmente no período pós-guerra. Assim, é necessário fazer um breve resgate histórico desse período a fim de melhor entendê-lo.

Terminada a segunda guerra, volta a dependência às economias hegemônicas mundiais, entretanto a aceleração da diversificação industrial continua gerando o Estado desenvolvimentista-populista sustentado na aliança entre o empresariado, desejoso de expansão, e setores populares com aspirações de maior participação econômica e na política.

Nessa euforia desenvolvimentista, surge o capital estrangeiro que, em um primeiro momento, não parecia trazer nenhuma ameaça ao modelo nacional-desenvolvimentista. Entretanto, o pacto desenvolvimentista se deteriora por diversas razões, como a pressão das classes subalternas aviltadas pelos pequenos salários, já que o modelo revela-se extremamente concentrador de riquezas; partes das classes médias (profissionais liberais, forças armadas) empobrecidas pela inflação sentem-se excluídas das decisões pelo Estado populista; e o capital estrangeiro vê no modelo vigente uma barreira aos seus interesses de absorção do mercado interno.

Nesse contexto, consolida-se a polarização entre os setores populares e, até certo ponto, o próprio Estado *versus* um grupo heterogêneo composto por grandes parcelas da classe média, do capital estrangeiro e das antigas oligarquias.

A política educacional reflete esses conflitos de poder, de modo que a luta em torno à criação da LDB ocorre em meio à polarização de interesses entre os setores populares e populistas que pleiteavam, entre outros aspectos, a extensão da rede escolar gratuita (primário e secundário); equivalência entre ensino médio propedêutico e profissionalizante, com possibilidade de transferência de um para o outro.

Enquanto isso, os setores vinculados às classes hegemônicas, cujos interesses estavam materializados no

substitutivo Lacerda reivindicavam a redução da ação da sociedade política sobre a escola. Desse modo, defendiam que a educação fosse ministrada predominantemente em escolas privadas. Na visão deles, as escolas públicas deveriam ser complementares para quem não "quisesse" matricular os filhos na escola particular, de forma que os pais teriam "liberdade" de escolher a escola dos filhos. Também incorporavam a defesa da subvenção do Estado para as escolas, inclusive às privadas. Justificavam a proposta alegando que o Estado precisava assegurar a boa educação dos futuros cidadãos, independentemente da escola "escolhida" pelas famílias. Finalmente, o que pode parecer absurdo, mas também era advogado por esse grupo, é o fato de que a obrigação do Estado de subvencionar as escolas privadas não lhe daria o direito de fiscalizar essa rede, em nome da liberdade de ensino.

É nesse contexto de conflitos que tramita durante 13 anos o Projeto de Lei da primeira LDB do País. Evidentemente, o resultado, ou seja, a LDB vai refletir as contradições na sociedade em geral e na esfera educacional em particular. Desse modo, a primeira LDB, envolvia todos os níveis e modalidades acadêmica e profissional de ensino.

Essa Lei, por um lado, proporcionava a liberdade de atuação da iniciativa privada no domínio educacional, enquanto, por outro lado, dava a plena equivalência entre todos os cursos do mesmo nível sem a necessidade de exames e provas de conhecimento. Assim, tanto os estudantes provenientes do secundário como os do ensino profissional poderiam dar continuidade de estudos no ensino superior. Esse fato colocava, formalmente, um fim na dualidade de ensino, entre aquela que deveria ser a formadora das elites e a que deveria preparar os operários.

É importante frisar que essa dualidade acabava formalmente, já que os currículos se encarregavam de mantê-la, uma vez que a vertente do ensino voltada para a continuidade de estudos em nível superior e, portanto, destinada às elites, continuava privilegiando os conteúdos que

eram exigidos nos processos seletivos de acesso à educação superior, ou seja, as ciências, as letras e as artes. Enquanto isso, nos cursos profissionalizantes, esses conteúdos eram reduzidos em favor da instrumentalização para o mundo do trabalho.

Nesse contexto, a primeira LDB (Lei nº 4.024/1061) estrutura, em seu primeiro momento, a educação brasileira em três graus conforme descrito à continuação. Educação de grau primário, igual para todos os estudantes e obrigatória a partir dos 7 anos de idade, composta de: escola pré-primária para crianças menores de 7 anos; curso primário com 4 séries, seguido do exame de admissão ao ginásial, para crianças de 7 a 10 anos. Educação de grau médio, composta de dois ciclos: ginásial (11 aos 14 anos) e colegial (15 aos 17 anos), ambos abrangendo cursos secundários, técnicos e de formação de professores para o primário e pré-primário, sendo os dois últimos de caráter profissionalizante e o primeiro de cunho propedêutico. Educação de grau superior, acessível a todos os concluintes da educação de grau médio, mediante habilitação em concurso de habilitação.

Na esfera específica da educação profissional, a Lei Federal nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959 (Reforma do Ensino Industrial), estabelece as normas da organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de Ensino Industrial vinculadas ao Ministério da Educação e Cultura, quanto a: a) objetivo das escolas de Ensino Industrial; b) organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de Ensino Industrial.

A regulamentação dessa Lei só ocorre, por meio do Decreto nº 47.038 de 16 de outubro de 1959, que define em seu Art. 1º:

O Ensino Industrial, ramo da educação de grau médio, tem as seguintes finalidades: a) proporcionar base de cultura geral e iniciação técnica que permitam aos educandos integrar-se na comunidade e participar do trabalho produtivo

ou prosseguir seus estudos; b) preparar o educando para o exercício de atividade especializada, de nível médio.

Nesse contexto, a Escola Industrial de Natal ganha personalidade jurídica de autarquia federal, passando a gozar de autonomia administrativa, patrimonial, didática e disciplinar, na função de formar profissionais técnicos de nível médio.

A partir daí, é implantado um novo modelo organizacional. O Artigo 10 do Decreto nº. 47.038 assegura: "Além de pessoal docente idôneo, os estabelecimentos devem sempre contar com biblioteca, laboratórios, oficinas, gabinetes e salas-ambiente aparelhados para um ensino eficiente e prático."

Dessa forma, a estrutura administrativa é ampliada, dando origem a uma maior complexidade organizacional com a criação de maior número de cargos administrativos, maior amplitude administrativa com novos níveis hierárquicos. A estrutura organizacional passou a ser criada pelo Conselho e aprovada pelo Ministério da Educação e Cultura.

Para administrar a Instituição, é criado nessa época um órgão colegiado formado por representantes das indústrias, da Igreja, da Universidade e do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, além de docentes e pessoas da comunidade, os quais elegiam entre si o presidente desse conselho. Em 15 de fevereiro de 1961, a Escola de Natal passa a ser administrada pelo Conselho Administrativo de Representantes da Comunidade.

Pode-se afirmar que, nesse momento, o ensino profissionalizante consolida seu afastamento do modelo de atendimento aos "desfavorecidos da sorte", de caráter eminentemente assistencialista e passa, por meio da interação com a sociedade e com o meio empresarial, a desenhar um modelo que oportunizará a inclusão social e o atendimento às demandas de desenvolvimento econômico.

Entre 1960 e 1964, o Brasil vivencia uma série de incertezas em relação ao seu desenvolvimento econômico e político, bem como nas suas relações internacionais, que culminam com o Golpe Civil Militar de 1964.

No período autoritário, a educação passa a ser cada vez mais valorizada como prioritária para o Governo, pois, de acordo com Niskier (1974, p. 19), "a meta a ser alcançada é a transformação do Brasil numa grande potência, no espaço de uma geração, através do que se constitui o modelo brasileiro do desenvolvimento".

Nesse contexto, a educação aparece como sendo a grande alavanca do desenvolvimento, sendo utilizada como meio de inculcação da ideologia do governo autoritário. A qualificação da mão-de-obra, empreendida pela ditadura militar como integrante do projeto nacional de desenvolvimento, constava de ensino de nível intermediário, destinado ao crescimento e diversificação da indústria nacional e à expansão da infra-estrutura de serviços estatais – redirecionando suas prioridades para a formação de técnicos industriais de nível médio.

Diante do novo quadro legal e político do Estado brasileiro, vão sendo implantados os primeiros cursos técnicos de nível médio na Escola - Mineração e Estradas. Esse novo modelo, conforme a LDB, tinha equivalência plena ao 2º grau e oportunizava ao aluno continuar os estudos no ensino superior.

Assim, as reformas educacionais conduzidas pelo regime militar repercutem nas escolas técnicas federais, que se tornam Instituições de Ensino de referência no país, em função da qualidade de suas instalações, do seu quadro docente e de sua reconhecida experiência na preparação para o mundo do trabalho.

Nesse contexto, em 1965, a Escola Industrial de Natal passa a se chamar Escola Industrial Federal do Rio Grande do Norte e em 1968 é denominada de Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN).

Assim chega-se aos anos 1970, ainda sob o regime ditatorial. Em 1971, há uma profunda reforma da educação básica promovida pela Lei nº. 5.692/71 – Lei da Reforma de Ensino de 1º e 2º. Graus, que se constituiu em uma tentativa de estruturar a educação de nível médio brasileiro como sendo profissionalizante para todos.

A mudança concentra-se no que até então se denominava primário, ginásial e colegial, os quais foram transformados em 1º e 2º grau, sendo que o 1º grau agrupou o primário e o ginásial e o 2º grau absorveu o colegial. O 1º grau tinha 8 anos de duração (7 a 14 anos de idade), dividido em primeiro grau menor de 1ª a 4ª série e primeiro grau maior de 5ª a 8ª série, enquanto o 2º Grau era realizado em três anos (15 aos 17 anos de idade).

Na esfera de atuação da então ETEFRN, foi relevante e igualmente polêmico o caráter de profissionalização obrigatória do ensino de 2º grau imposto pela reforma. Uma conjugação de fatores produziu essa compulsoriedade. Por um lado, havia um governo autoritário, com elevados índices de aceitação popular, interessado em manter-se dessa forma e de dar respostas à crescente demanda das classes populares por acesso a níveis mais elevados de escolarização, o que acarretava uma forte pressão pelo aumento de vagas no ensino superior.

Esse mesmo governo tinha seu projeto de desenvolvimento calcado no endividamento externo voltado para financiar uma nova fase de industrialização do país, o que ficou conhecido como o milagre brasileiro. Esse “milagre” demandava por “mão-de-obra” qualificada (técnicos de nível médio) para atender a tal crescimento.

Assim, a opção política do governo, sustentada no modelo de desenvolvimento econômico por ele potencializado, era dar uma resposta diferente às demandas educacionais das classes populares, mas que pudesse “atendê-las” pela via da formação técnica profissionalizante em nível de 2º grau, o que “garantiria” a inserção no “mercado de trabalho” em plena expansão decorrente dos elevados índices de desenvolvimento.

Desse modo, do ponto de vista formal, a Lei nº. 5.692/71 surge no sentido de eliminar a dualidade educação básica e profissional ao tornar compulsória a profissionalização ao nível do 2º grau – última etapa da educação básica. Ou dito de outra forma, segundo a Lei, o ensino de 2º grau seria profissionalizante, a partir de então, em todas as escolas públicas e privadas do país.

Entretanto, uma análise história da sociedade brasileira nesse período, incluindo a educacional, revela que a realidade é construída de forma distinta. Em primeiro lugar, na prática, a compulsoriedade se restringe ao âmbito público, notadamente nos sistemas de ensino dos estados e na rede federal. Enquanto isso, as escolas privadas continuam, em sua absoluta maioria, com os currículos propedêuticos voltados para as ciências, letras e artes e para o atendimento às elites.

Nos sistemas estaduais de ensino, a profissionalização compulsória apresenta muitos problemas e não é implantada completamente. Em primeiro lugar, porque a concepção curricular que emanava da Lei empobrecia a formação geral do estudante em favor de uma profissionalização instrumental para o “mercado de trabalho”, sob a alegação da importância da relação entre teoria e prática para a formação integral do cidadão.

Entretanto, ao invés de se ampliar a duração do 2º grau para incluir os conteúdos da formação profissional de forma integrada aos conhecimentos das ciências, das letras e das artes, ocorre a redução dos últimos em favor dos primeiros, os quais assumem um caráter instrumental e de baixa complexidade, uma vez que, dentre outros aspectos, não havia a base científica que permitisse caminhar na direção de conhecimentos mais complexos inerentes ao mundo do trabalho. E isso não acontece por acaso, pois fazia parte da própria concepção de desenvolvimento do País e da reforma educacional em questão.

Além disso, a falta de um adequado financiamento e de formação de professores, decorrente de decisão política do mesmo governo que implantou autoritariamente a reforma,

contribui para que a profissionalização nos sistemas públicos estaduais ocorra predominantemente em áreas em que não havia demandas por laboratórios, equipamentos, enfim por toda uma infra-estrutura específica e especializada.

Dessa forma, em linhas gerais, nesses sistemas de ensino proliferam cursos de Técnico em Administração, Técnico em Contabilidade, Técnico em Secretariado etc. Isso provoca uma rápida saturação de profissionais oriundos desses cursos no mundo do trabalho e, em conseqüência, a banalização da formação e o desprestígio dos mesmos.

Por outro lado, nas ETFs – escolas técnicas federais (atuais CEFETs), a realidade é construída de maneira distinta. A ETFRN, nesse período consolida sua atuação principalmente na vertente industrial por meio dos cursos de Técnico em Mecânica, Técnico em Eletrotécnica, Técnico em Mineração, Técnico em Geologia, Técnico em Edificações, Técnico em Estradas etc. Essa atuação é viabilizada precisamente pelo que falta aos sistemas estaduais de ensino, ou seja, financiamento adequado e corpo docente especializado, o que também tem – e continua tendo – uma estreita relação com o financiamento, pois a política de remuneração docente na esfera federal é muita distinta daquela dos demais sistemas públicos de educação.

Nesse processo, a ETFRN e as demais escolas técnicas consolidam-se ainda mais como referência de qualidade na formação de técnicos de nível médio. Assim, os profissionais egressos dessas instituições compõem quadros importantes de grandes empresas nacionais e internacionais⁵.

Nessa perspectiva, cabe mencionar o grande contingente de técnicos de nível médio formados pela ETFRN que atuam na PETROBRAS, na Vale do Rio Doce, na COSERN e em outras concessionárias de energia elétrica, na CAERN, nas empresas de telecomunicações e em muitas outras empresas de pequeno, médio e grande porte. Igualmente, significativa é a

⁵ Fenômeno semelhante ao ocorrido nas ETFs aconteceu nas Escolas Agrotécnicas Federais – EAFs.

quantidade de estudantes egressos da ETFRN e de outras ETFs que continuam seus estudos em nível superior, imediatamente após a conclusão do respectivo curso técnico ou posteriormente.

Esse último dado revela inclusive que as ETFs, em função de suas condições diferenciadas, na maioria dos casos não mantiveram seus currículos nos limites restritos de instrumentalidade para o mundo do trabalho, estabelecidos pela Lei nº. 5.692/1971.

Apesar dessa consolidação, ao final dos anos 1980, acentuam-se as transformações nos meios de produção a nível mundial por meio da revolução da microbiologia, da microeletrônica, dos meios de comunicação e da microinformática. No plano nacional, o país vive o processo de redemocratização. Todo esse contexto, exige mudanças da escola brasileira e, em conseqüência, da ETFRN, as quais serão objetos de discussão na próxima seção.

5. Anos 1990 e início do século XXI: avanço neoliberal (Decreto nº. 2.208/1997) e o recuo possível (Decreto nº 5.154/2004)

As mudanças das bases materiais dos meios de produção e a redemocratização do País abrem espaço para que a ETFRN promova uma intensa discussão interna a respeito da necessidade de transformações curriculares. O currículo de então já era obsoleto em função das novas demandas do mundo do trabalho. Ao mesmo tempo era fundamental garantir no currículo a integralização dos conteúdos da educação básica na perspectiva de garantir uma formação integral dos concluintes dos cursos técnicos de nível médio, já que ainda vigia a Lei nº. 5.692/1971, a qual reduzia os conteúdos da educação básica em detrimento da formação instrumental para o mundo do trabalho.

Assim, durante os anos 1993 e 1994, a ETFRN concentra seu esforço institucional na reformulação curricular que é

implantada em 1995. O novo currículo tinha como questões centrais o rompimento com a visão de cursos e a respectiva adoção da organização curricular por áreas de conhecimento na perspectiva de ampliar os horizontes da formação e minimizar os efeitos da super-especialização. Outro aspecto fundamental assumido no projeto foi a perspectiva da formação integral, uma formação que buscava integrar conhecimentos gerais próprios da última etapa da educação básica e conhecimentos específicos de uma área de conhecimentos, sem subsumir um ao outro. Esse currículo teve materializada como sua principal referência a formação do técnico-cidadão (ETFRN, 1995).

Foi também nesse período que a ETFRN começou a transformar-se em CEFET-RN, por meio do da Lei nº. 8.948/1994, que criou o Sistema Nacional de Educação Tecnológica. Essa transformação só veio a concretizar-se totalmente em 1998, por meio de Decreto específico.

Nesse mesmo período, com o aumento da demanda de alunos, adota-se uma forma de exame para o acesso à Instituição que visa garantir a entrada de estudantes provenientes das instituições públicas de educação. O programa⁶ objetivava (e continua, pois está em pleno funcionamento) trabalhar com alunos da 8ª série do ensino fundamental das instituições públicas de educação, oferecendo-lhes reforço dos conhecimentos relativos às disciplinas de português e matemática, a fim de permitir-lhes a melhoria de seus níveis de aprendizagem e orientá-los na escolha das áreas profissionais às quais se candidatariam ao ingresso. Para os alunos com esse perfil – oriundos de escola pública – passou-se a reservar 50% das vagas oferecidas pela Instituição nos cursos técnicos de nível médio⁷.

⁶ O programa atualmente denomina-se PROCEFET, mas à época era denominado PRÓ-TÉCNICO. A mudança de denominação ocorreu em função da transformação da Instituição de ETFRN para CEFET-RN.

⁷ Com a consolidação do CEFET-RN na educação superior, em 2005 essa medida – reserva de 50% das vagas para estudantes provenientes de escolas públicas – foi ampliada para o acesso aos cursos superiores, tanto aos Cursos Superiores de Tecnologia como às Licenciaturas.

Quanto ao novo currículo, infelizmente, teve vida curta, pois em 1997 o Decreto nº. 2.208/1997 interrompe o currículo que estava em fase de implantação ao determinar a separação obrigatória entre o ensino médio e a educação profissional. Assim sendo, em 1998 a Instituição implanta um novo currículo por força do mencionado Decreto nº. 2.208/1997. Nesse novo contexto, opera-se a separação curricular entre o ensino médio e a educação profissional técnica de nível médio.

Além disso, a partir de então, a educação profissional passa a ser oferecida em três níveis: básico, técnico e tecnológico. Os níveis técnico e tecnológico são regulamentados, destinados a coletivos específicos e articulados com a chamada educação regulamentada ou pertencentes a ela, enquanto o nível básico é "destinado à qualificação, requalificação e reprofissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia" (Decreto nº. 2.208/97: Art. 3º., Inciso I).

Ainda em 1998, as coordenações dos cursos/áreas foram transformadas em Gerências Educacionais (Tecnologia Industrial, Serviços, Construção Civil, Informática, Recursos Naturais e Ensino Médio). O novo modelo implantado pela Reforma da Educação Profissional (Decreto nº. 2.208/1997) e financiando pelo PROEP (Programa de Expansão da Educação Profissional) objetivava submeter a lógica da escola à lógica do mercado, centrando o currículo na formação de competências para a vida produtiva.

Nos anos subseqüentes, seguindo essa mesma lógica, a Instituição diversifica suas atividades buscando uma maior interação com o mundo empresarial e amplia suas instalações com vistas a modernizar-se. Também em 1998 é implantado primeiro curso superior da Instituição – Curso Superior de Tecnologia em Processamento de Dados. Os anos seguintes foram de grande ampliação e diversificação da oferta institucional, principalmente na educação superior.

Assim, chega-se ao ano 2001 com oito cursos superiores, sendo seis de tecnologia – Automação Industrial, Materiais, Controle Ambiental, Informática (oriundo de Processamento de

Dados), Produção da Construção Civil e Lazer e Qualidade de Vida – e duas licenciaturas – Física e Geografia.

Percebemos que essas reformas educacionais dos anos de 1990 refletem a influência das políticas neoliberais de redução do Estado com vistas a atender as novas regras do mercado do trabalho. Na verdade, resumidamente elas acompanham todo o processo de privatização do próprio Estado brasileiro.

Desse modo, a lógica do PROEP, para a Rede Federal de EPT, é a de reestruturá-la desde o ponto de vista de suas ofertas educacionais, da gestão e das relações empresariais na perspectiva de torná-la competitiva no mercado educacional e, dessa forma, caminhar na direção do aumento da capacidade de autofinanciamento. Assim, o Estado gradativamente se eximiria do seu financiamento. Entretanto, mesmo antes da conclusão dos aportes de recursos do PROEP, os quais seriam necessários à preparação das instituições com vistas ao autofinanciamento através da interação com o entorno, o governo reduz, significativamente, seus orçamentos anuais, conforme apresentamos na Tabela 1, para o caso específico do CEFET-RN.

Na Tabela 1, verificamos que houve um pequeno aumento do orçamento total no período 1999-2003 quando consideramos a moeda brasileira. Contudo, isso não representou absolutamente aumento do poder de investimento institucional, uma vez que em dólares norte-americanos, moeda de referência no mercado mundial, a arrecadação diminuiu. Máxime que este aumento em reais, correspondente ao desembolso com pessoal (próximo de 13% entre 1999 e 2001), era algo esperado e foi residual, pois se deveu à reposição parcial da força de trabalho decorrente de aposentadorias, de pequenos reajustes e de gratificações concedidas a alguns profissionais. Entretanto, quando olhamos para as outras fontes constatamos que a redução foi significativa. Dessa forma, entre 1999 e 2001, os desembolsos com a manutenção do patrimônio institucional foram reduzidos

em mais de 24% e os investimentos diminuíram quase 80%, em reais.

A situação é ainda mais grave quando fazemos os mesmos cálculos na moeda norte-americana⁸, a qual representa o verdadeiro poder de compra do orçamento institucional, já que o real foi bastante desvalorizado nesse período e, além disso, a inflação foi significativa. A partir desses cálculos, encontramos que as perdas orçamentárias com a manutenção institucional alcançaram 38% e com investimentos chegaram a 83,40%.

Em síntese, para o CEFET-RN a questão do financiamento público e do aumento da interação com o entorno, no âmbito da reforma da EP e do PROEP, pode ser resumida no seguinte dilema: a manutenção e, inclusive, a tentativa de ampliar a função social do CEFET-RN *versus* a necessidade de buscar estratégias de complementação orçamentária através da interação com o entorno. Nesta esfera, concluímos (MOURA, 2003) que o CEFET-RN e o governo federal estiveram sempre de acordo em que a Instituição deve ampliar a sua interação com o entorno e a sociedade em geral. Entretanto, para o CEFET-RN, essa interação deveria estar pautada pela ampliação de sua função social, enquanto para a administração federal o foco deveria ser o aumento da capacidade institucional de auto-financiamento⁹.

⁸ Os valores em R\$ foram convertidos ao dólar norte-americano nas datas de 31/12/1999 (1US\$ = R\$ 1,808), 31/12/2000 (1US\$ = R\$ 1,949), 31/12/2001 (1US\$ = R\$ 2,225), 31/12/02 (1US\$ = R\$ 3.542) e 31/12/03 (1US\$ = R\$ 2.903), respectivamente para os orçamentos de 1999, 2000, 2001, 2002 e 2003. As taxas de câmbio foram encontradas na *internet*, em 07/05/2004, em <http://www.oanda.com/converter/classic>.

⁹ Neste ponto cabe destacar que chegamos a essa conclusão a partir da análise de dados que foram coletados entre outubro e dezembro de 2001, portanto durante o governo FHC.

Tabela 1 – Evolução do orçamento anual do CEFET-RN

Exercício	1999		2000		2001		2002		2003	
	(R\$)	(US\$)	(R\$)	(US\$)	(R\$)	(US\$)	(R\$)	(US\$)	(R\$)	(US\$)
Recursos do Orçamento nacional	27.430.946	15.176.961	27.034.147	13.870.778	29.392.354	13.210.046	29.392.354	8.298.236	39.379.748	13.565.190
Recursos diretamente arrecadados	57.588	31.852	56.103	28.785	34.890	15.681	34.890	9.850	30.825	10.618
Recursos de Convênio (fontes públicas e privadas)	650.059	359.546	636.304	326.477	409.043	183.839	409.043	115.483	596.802	205.581
Total	28.147.595	15.568.360	27.726.556	14.226.042	29.836.287	13.409.567	29.836.287	8.423.570	40.007.376	13.781.390
Operação	23.127.123	12.791.578	23.211.897	12.166.186	26.460.541	11.892.377	26.460.541	7.470.508	35.731.503	12.308.475
Manutenção	4.219.886	2.334.007	3.453.656	1.772.014	3.212.246	1.443.206	3.212.246	906.901	3.726.128	1.283.443
Investimentos (Capital)	800.535	442.774	561.002	287.841	163.500	73.483	163.500	46160	549.745	189.371
Total	28.147.595	15.568.360	27.726.556	14.226.042	29.836.287	13.409.567	29.836.287	115.483	40.007.376	13.781.390

Fonte: MOURA (2005).

O ano de 2003 marca o início de um novo ciclo governamental na esfera federal, entretanto as expectativas de mudanças no domínio da EPT começaram a surgir já na campanha eleitoral que levou o candidato Lula à presidência da República.

Desse modo, as entidades representativas dos profissionais da Rede Federal de EPT, principalmente o SINASEFE, e intelectuais do campo da educação e trabalho trouxeram à cena a discussão relativa à separação obrigatória entre o ensino médio e os cursos técnicos de nível médio, na perspectiva de revogar tal separação.

Dessa forma, ao se iniciar o mandato do novo presidente começaram as discussões que mobilizaram os profissionais do campo da EPT por meio de vários eventos convocados para esse fim. Desses eventos resultou o documento "Políticas públicas para a educação profissional e tecnológica", tornado público pela então Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC/MEC) em abril de 2004, atual Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC). Esse documento aponta claramente para a necessidade de rever o conteúdo do Decreto nº. 2.208/97, o que efetivamente veio a materializar-se com a vigência do Decreto nº. 5.154/2004.

Esse novo instrumento legal revoga o Decreto nº. 2.208/1997 e confere nova estruturação à EPT, que passa então a ser desenvolvida por meio de cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores, educação profissional técnica de nível médio e educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação. A grande novidade trazida pelo novo instrumental legal foi na educação profissional técnica de nível médio, pois se abriu a possibilidade de oferecer os cursos técnicos de nível médio de forma integrada ao ensino médio.

Do ponto de vista interno, no ano de 2004 o CEFET-RN estava iniciando um processo de Redimensionamento do Projeto Político-Pedagógico (RPPP) como forma de reorganizar a Instituição pedagogicamente em função das profundas transformações dos anos 1990.

Esse RPPP tem início a partir de um processo de auto-avaliação do CEFET-RN (MOURA, 2003) e reflexões no âmbito da própria gestão e de vários grupos institucionais, levaram à constatação de que a transformação institucional em curso àquela época (2003) era responsável pelo seguinte cenário institucional, em função da reforma da EP, do PROEP e de outros aspectos mais internos à Instituição (MOURA, 2003; CEFET-RN, 2003):

- a) Existia um projeto pedagógico do nível técnico da educação profissional (1999) e outro do ensino médio (2000), separados, e que não estavam sendo plenamente implementados;
- b) Os dois projetos anteriores tinham bases conceituais distintas e não estavam articulados entre si;
- c) Não existia um projeto pedagógico para o nível tecnológico da educação profissional;
- d) As diretrizes institucionais para os cursos do nível básico da EP (CEFET-RN, 1998), não estavam sendo totalmente implementadas e, além disso, não davam conta de toda a amplitude dessas ofertas;
- e) Não existia um projeto pedagógico integrador para a formação de professores (licenciaturas);
- f) Não estavam plenamente articuladas as políticas de pesquisa, extensão e ensino;

Como síntese do panorama caracterizado, concluiu-se (MOURA, 2003) que a Instituição estava perdendo sua imagem como excelente escola formadora de profissionais técnicos de nível médio, principalmente, em função da separação ensino técnico/ensino médio estabelecida pelo Decreto nº. 2.208/97.

Diante desse quadro, concluiu-se também (MOURA, 2003) ser necessário redimensionar/reconstruir o projeto político-pedagógico institucional, para que esse passasse a integrar todas as ofertas formativas em um conjunto sistêmico, consistente, coerente e intencionado de atividades acadêmicas, voltadas, indissociavelmente, para as atividades de ensino, a

pesquisa e relações comunitárias e empresariais, que deveriam ocorrer em um ambiente de constante interação com a sociedade em geral e o mundo do trabalho em particular.

O RPPP é então iniciado em março de 2004 com o objetivo de fazer uma profunda reestruturação pedagógica da Instituição e, em consequência, de todas as ofertas educacionais, adotando três pressupostos básicos como referência: a construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP); a utilização do processo de construção como espaço da formação continuada do pessoal docente, técnico-administrativo e de gestão; e o diálogo com os PPPs e outros projetos institucionais anteriores (ETFRN, 1995; CEFET-RN, 1998; 1999; e 2001). Assim, quando o já mencionado Decreto nº. 5.154/2004 entrou em vigor no mês de julho, a opção institucional foi de não perder a oportunidade política de reestruturar a sua oferta de EP técnica de nível médio integrada, de modo que todos os esforços passam a se concentrar na direção de construir uma proposta de cursos técnicos de nível médio integrados ao ensino médio.

Dessa forma, em 2004 é (re)construída toda a fundamentação teórica do novo PPP e elaborados os planos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio (CEFET-RN, 2005). Em 2005, entra em extinção o currículo do ensino médio propedêutico que havia sido implantado em 1998; são implantados os novos planos dos cursos técnicos de nível médio integrados ao ensino médio nas Unidades de Natal e Mossoró; são elaborados os novos planos dos cursos superiores de tecnologia e das licenciaturas.

No primeiro semestre de 2006, são elaborados os novos planos dos cursos técnicos subseqüentes que estão sendo implantados nas novas UNEDs (Zona Norte de Natal, Currais Novos e Ipanguaçu) e implantados os novos planos de todos os cursos superiores. Para o segundo semestre desse ano está prevista a elaboração dos planos dos cursos técnicos subseqüentes das Unidades de Natal (Sede) e Mossoró, assim como a discussão que deverá resultar na elaboração de uma política institucional dirigida à oferta de pós-graduação.

Verificamos, portanto, que, a partir de 2003, a Rede Federal de EPT em geral e o CEFET-RN em particular, inicia um novo ciclo no qual o financiamento público começa a ser recuperado, pois nesse período o orçamento público é reconstituído; são abertos concursos públicos para a reposição dos profissionais aposentados, exonerados etc.; são abertos concursos públicos para a constituição dos quadros de pessoal das novas unidades criadas, entre outras recomposições.

6. Considerações finais

Ao analisar a história do CEFET-RN, que é muito próxima à realidade da própria Rede Federal de EPT, constata-se que sua atuação sempre foi orgânica à sociedade e, portanto, sujeita aos mesmos conflitos e contradições dessa sociedade.

Entretanto, sempre teve como base de sustentação perante essa sociedade a qualidade de suas ofertas educacionais. Essa qualidade é amplamente reconhecida nos setores produtivos, no âmbito educacional, inclusive entre os investigadores do domínio educação e trabalho.

Para que isso venha ocorrendo ao longo do tempo, seguramente alguns aspectos interagem mutuamente entre si no sentido de produzir essa situação concreta. Dentre elas, pode-se destacar uma relativa estabilidade e garantia de financiamento; a existência de um quadro permanente de professores e técnico-administrativos; uma significativa independência política face à alternância de poder nas esferas dos estados, dos municípios e, inclusive, no âmbito federal; incentivo à permanente busca por maior qualificação profissional e elevação de escolaridade dos profissionais, principalmente nos últimos anos; qualidade e compromisso educacional da maioria dos profissionais, dentre outros.

Isso permite pensar que essa forma de atuar pode ser estendida a outras instituições e sistemas públicos de educação. Para isso, é fundamental atentar para essas características/condições da Rede Federal de EPT e tomar a decisão política de adotá-las em outras esferas públicas de educação.

Entretanto, isso não é fácil porque o ponto de partida é o adequado financiamento o qual repercute sobre os demais elementos de forma muito significativa. Dessa forma, cabe às distintas esferas de governo e à própria sociedade brasileira decidir sobre a questão educacional. Tudo isso está muito relacionado com a decisão acerca de um projeto de sociedade que se deseja construir para a sociedade brasileira.

Pode-se continuar na perspectiva atual na qual imperam as leis de mercado, na qual a economia é mais importante do que os seres humanos. Nessa sociedade, a educação está submetida à lógica do capital e centrada na formação de competências. Nessa sociedade a educação deixa de ser um direito e passa a ser um serviço ao qual tem direito quem pode pagar por ele. Evidentemente, é possível transformar essa realidade, porque um outro projeto de sociedade é possível. Um projeto cuja centralidade esteja nos seres humanos e em suas relações com a natureza. Na solidariedade ao invés de na competitividade.

Para construir esse novo projeto societário, é necessário ter clareza de que nós, homens e mulheres, somos seres histórico-sociais e, portanto, capazes de transformar essa realidade, pois ela (a realidade) não está dada, ela é construída por cada um de nós que produzimos e construímos a história por meio do trabalho.

Referências

BRASIL. Leis, Decretos. **Decreto 7.566**, de 23 de setembro de 1909.

_____. Leis, Decretos. **Decreto nº 6.029**, 26 de julho de 1940.

_____. Leis, Decretos. **Decreto-Lei nº 4.127**, de 25 de fevereiro de 1942.

_____. Leis, Decretos. **Lei n. 3.552**, de 16 de fevereiro de 1959. Disponível em <http://www.presidencia.gov.br/ccivil/Leis/L3552.htm>. Acesso em: 10 setembro de 2006

_____. Leis, Decretos. **Decreto n. 47.038**, de 16 de outubro de 1959. Disponível em <http://www.presidencia.gov.br/ccivil/Leis/D47038.htm>.

_____. Leis, Decretos. **Lei nº 4.024**, 20 de dezembro de 1961, Disponível em <http://www.presidencia.gov.br/ccivil/Leis/L4024.htm>.

_____. Leis, Decretos. **Lei 5.692** de 11 de agosto de 1971. Disponível em http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/l5692_71.htm.

_____. Leis, Decretos. **Lei nº 8.948** de 08 de dezembro de 1994. Disponível em <http://www.presidencia.gov.br/ccivil/Leis/L8948.htm>.

_____. Leis, Decretos. **Decreto nº 2.208**, de 17 de abril de 1997. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, v. 135, n. 74, p. 7760-7761, 18 abr. 1997a. Seção I.

_____. Leis, Decretos. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, v. 134, n. 248, p. 27833-27841, 23 de dezembro de 1996. Seção I. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. Leis, Decretos. **Decreto nº 2.406**, de 27 de novembro de 1997. Disponível em <http://www.presidencia.gov.br/ccivil/decreto/antigos/D2406.htm>.

_____. Leis, Decretos. **Decreto nº 5.154**, de 23 de julho de 2004. Disponível em

<http://www.presidencia.gov.br/ccivil/decreto/antigos/D5154.htm>.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Proposta curricular da ETFRN**. Natal: revista da ETFRN n.º 09, Ano 11. Natal/RN, 1995.

_____. **Projeto do PROEP / CEFET-RN**. Natal: CEFET-RN, 1998.

_____. **Projeto de reestruturação curricular**. Natal: CEFET-RN, 1999.

_____. **Proposta curricular para o ensino médio**. Natal: CEFET-RN, 2001.

_____. **Redimensionamento do Projeto Pedagógico do CEFET-RN**: Ponto de partida. Natal: CEFET-RN, 2003.

_____. **Projeto político-pedagógico do CEFET-RN**: um documento em construção (versão preliminar disponível em http://www.cefetrn.br/academico/projeto_pedagogico/Projeto_pedagogico.pdf, acesso em 21.04.2005. Natal: CEFET-RN, 2005.

MOURA, D. H. **La Autoevaluación como Instrumento de Mejora de Calidad**: un Estudio de Caso (El Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte / CEFET - RN / Brasil). 2003. 516 f. Tese (Doutorado em educação) – Faculdade de Educação da Universidade Complutense de Madri. Madri, 2003.

_____. **Algumas implicações da reforma da EP e do PROEP sobre o projeto político pedagógico do CEFET-RN e a (re)integração dos cursos técnicos ao ensino médio**. REVISTA HOLOS, <http://www.cefetrn.br/dpeq/hol>, v. 1, p. 57-80, 2005.

NISKIER, A. **A nova Escola**. Rio de Janeiro: BLOCH, 1974.

PERCURSO EDUCACIONAL DO CEFET-RN DESDE AS ORIGENS AOS DIAS ATUAIS

Josiana Liberato Freire Guimarães¹

Maria das Graças Baracho²

1. Introdução

O Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte – CEFET-RN, ao longo de sua existência como uma instituição de educação profissional, tem assumido um papel relevante na formação de profissionais que sejam capazes de enfrentar os desafios impostos pelas rápidas transformações, quer seja do ponto de vista do trabalho e de sua organização, quer seja do ponto de vista dos avanços tecnológicos.

O grande desafio que tem enfrentado o CEFET-RN é lidar com a rapidez das transformações do mundo do trabalho, o que requer mais discussões a respeito das inúmeras variáveis que permeiam a qualidade da formação profissional. Nesse sentido, o projeto pedagógico e os cursos têm sido, permanentemente, redimensionados no sentido de uma renovação e atualização para dar conta das necessidades do processo educativo. Cada vez mais, é exigido do profissional contemporâneo uma maior capacidade de raciocínio, autonomia intelectual, pensamento crítico, iniciativa própria, além de uma base sólida de conhecimentos científicos e tecnológicos, de modo que o indivíduo, enquanto profissional e cidadão, possa competir nessa sociedade com mais capacidades.

¹ Especialista em Psicopedagogia e Técnica em Assuntos Educacionais-CEFET-RN

² Mestre em Educação, professora do CEFET-RN.

Diante desse contexto, O CEFET-RN, a exemplo de toda a rede federal de educação profissional e tecnológica - EPT, vem ampliando e diversificando substancialmente sua oferta formativa. Assim, em pouco tempo a Instituição deixou de atuar apenas na formação de técnicos de nível médio e passou a operar, também, na formação inicial e continuada de trabalhadores, na educação profissional de graduação tecnológica e de pós-graduação e na formação de professores, além do ensino médio.

Assim sendo, o presente artigo, na perspectiva de contribuir mesmo que de forma restrita, se propõe a fazer o registro dessa história, no que se refere ao modelo de oferta de ensino, situando cronologicamente o percurso educacional da Instituição desde a Escola de Aprendizes Artífices até o Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte. Ressaltaremos, desse modo, o que nela ocorreu de mais significativo nesse percurso em relação à oferta de EPT e as denominações assumidas ao longo de sua história.

2. Histórico

Em 23 de setembro de 1909, o então Presidente da República, Dr. Nilo Peçanha, assinava o Decreto nº. 7.566, criando 19 Escolas de Aprendizes Artífices, dentre elas a do Rio Grande do Norte, instituindo, dessa forma, o "ensino profissional primário gratuito". Assim, em 3 de janeiro do ano de 1910, é instalada na Capital a Escola de Aprendizes Artífices de Natal, no prédio do antigo Hospital da Caridade, hoje Casa do Estudante.

A Escola, sob a direção do Professor Sebastião Fernandes estava estruturada com cinco oficinas de trabalho manual ou mecânico, destinadas a formar operários e contra-mestres, a saber: sapataria, alfaiataria, marcenaria, serralharia e funilaria. Assim como as demais coirmãs, a Escola tinha "o objetivo de ministrar o ensino prático e os conhecimentos técnicos necessários aos menores que pretendem aprender um ofício", conforme assegurava o

Decreto, funcionando em regime de externato, das 10h às 16h.

Além de oficinas, ainda segundo o decreto de criação, a Escola deveria criar o ensino primário para aqueles que não soubessem ler, escrever e contar. Igualmente, deveria incluir no currículo uma disciplina de Desenho como pré-requisito básico a determinados ofícios.

Em 1914, a Escola de Aprendizes Artífices de Natal é transferida para a Avenida Rio Branco, nº. 743. Em 1918, o então Presidente da República, Venceslau Brás, aprova um novo regulamento para as Escolas de Aprendizes Artífices através do Decreto nº. 13.064, de 12 de junho de 1918. Nesse novo regulamento, é ressaltada a manutenção do regime de externato e o aprendizado das oficinas em quatro anos, considerando que

a criminalidade aumenta; a vagabundagem campeia; o alcoolismo ceifa, cada vez mais, maior número de infelizes, porque, em regra, não tendo as pobres vítimas um caráter bem formado e nem preparo para superar as dificuldades da existência, tornam-se vencidos em plena mocidade e se atiram à embriaguez e ao crime (Fonseca, vol. 1, p. 173).

Em vista disso, o Manifesto defendia a necessidade de que fosse dada

“outra feição às escolas primárias e às secundárias, tendo-se em vista que a escola não é somente um centro de instrução, mas também de educação e para esse fim o trabalho manual é a mais segura base; instalando-se escolas industriais, de eletricidade, de mecânica, de química industrial, escola de comércio, que os cursos se povoarão de alunos e uma outra era se abrirá para o nosso País. Se não tivermos pessoal habilitado para essas escolas, o que não é de se admirar, País novo que somos, contrataremos no estrangeiro a missão industrial. Conseguiremos, assim, remediar em parte os males do presente e lançaremos as bases para um futuro melhor, bem como

alcançaremos desviar a corrente impetuosa e exagerada que atualmente existe para a empregomania e para o bacharelismo (Fonseca, vol. 1, p 174).

Os fragmentos do texto acima põem em evidência o caráter assistencialista e de contenção social com que surge a educação profissional no país e mais especificamente das instituições que deram origem ao atual CEFET-RN.

A Escola de Aprendizes Artífices de Natal, que anos mais tarde seria o Liceu Industrial, estava subordinada à Diretoria Geral de Indústria e Comércio, pertencente ao quadro do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, desenvolvendo atividades destinadas à preparação de artífices para diversos ofícios do artesanato ou da manufatura, denominados de ensino de artes e ofícios.

Em 1942, é instituído para o Ensino Técnico, através do Decreto-Lei nº.4.073/42, dois ciclos de cursos voltados para as áreas primária, secundária e terciária da economia: o 1º ciclo, com o curso industrial desenvolvido em quatro anos, denominados de ginásios industriais e o 2º ciclo, com o curso técnico em três anos.

Em 1942, o Liceu Industrial passa a ser denominado Escola Industrial de Natal, ampliando o seu nível de ensino, de primário para ginásio, correspondente ao 1º ciclo. Os cursos eram oferecidos para adolescentes com idade entre 12 e 17 anos e tinham como objetivo a formação global de artífices em um ofício ou grupo de ofícios afins. Para realizar esses cursos, o aluno já deveria ter cursado o primário, sendo que eram oferecidos os seguintes cursos: Eletricidade, Cerâmica, Madeira, Metais, Mecânica e Marcenaria.

A partir de então muitas mudanças ocorrem, entre as quais se destacam as seguintes:

- Em 1947, inicia-se a construção da nova Escola.
- Em 1959, através da Lei Federal nº 3.552, todas as Escolas Técnicas do Brasil conseguem autonomia administrativa, didática e financeira e

são transformadas em Escolas Técnicas Federais, destinadas a ministrar cursos técnicos de nível médio.

- A Escola de Natal passa a ser conduzida por um Conselho Administrativo de Representantes da Comunidade, instalado em 15/02/61.
- Em 1963, são introduzidos os primeiros cursos técnicos de nível médio: Mineração e Estradas. O novo modelo tinha equivalência ao 2º grau, o que permitia a continuidade de estudos no ensino superior para os egressos que assim o desejassem.
- A Escola que antes era denominada de Escola Industrial de Natal passa a ser denominada de Escola Técnica de Natal e, logo em seguida, de Escola Técnica Federal de Natal e, posteriormente, Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte – ETRN.
- Como forma de legitimar a função do técnico, em 1968 é regulamentada a profissão de técnico industrial, como também a de técnico agrícola, através da Lei nº.5.524/68, que somente entra em vigor em 1985, por força do Decreto nº. 90.922/85.
- Em 1971, são criados em Natal os seguintes cursos técnicos de nível médio: Eletrotécnica, Mecânica, Edificações, Saneamento e Geologia. Esses cursos já estavam sob a orientação da Lei nº.5.692/71, que definia a estrutura da educação brasileira de 1º e 2º graus.
- A partir dessa Lei, a ETRN passa a dedicar-se exclusivamente ao ensino técnico profissionalizante de 2º grau. A Lei nº.5.692/71 também traz uma mudança no regime de ensino, que anteriormente era seriado, passando

para a matrícula por disciplinas – regime de créditos.

- Nesse mesmo ano (1971), dá-se a extinção do ginásio industrial.

Já nos anos 90, com vistas a responder aos desafios impostos pelas transformações científicas, tecnológicas, culturais e sociais, bem como para nortear as atividades didático-pedagógicas, a ETFRN, em 1993 e 1994, constrói um novo projeto pedagógico implementado a partir de 1995. Esse projeto tem como respaldo legal a Lei nº. 5.692/71 e o parecer do CNE nº 45/72, legislação vigente à época, apesar de ultrapassada para o contexto histórico vivido. O referido projeto foi autorizado como experiência pioneira pelo MEC/SEMTEC, através da Portaria nº 1.236/94, a qual determinava que o currículo deveria ser acompanhado e avaliado para verificação da sua adequabilidade.

Esse projeto pedagógico conta, naquele momento, com a participação da maioria dos servidores da Instituição. E, apesar dos limites impostos pela legislação, a ETFRN consegue avançar nos seus pressupostos filosóficos, bio-psicológicos e sócio-antropológico-culturais, concebendo uma educação tecnológica de qualidade, que privilegiava a formação integral do homem, em busca de uma relação mais harmônica entre a técnica e a cidadania - a omnilateralidade.

Como consequência desse projeto, em 1995 são extintos os cursos técnicos preexistentes (Edificações, Eletrotécnica, Estradas, Geologia, Mecânica, Mineração e Saneamento) e implantadas seis áreas de conhecimento (Construção Civil, Informática, Eletromecânica, Geologia e Mineração, Serviços e Tecnologia Ambiental), sendo que, de cada área, derivavam diversas habilitações.

A estrutura curricular permitia que o aluno cursasse uma área de conhecimentos e, ao final desse ano, fizesse a opção por uma habilitação profissional derivada da respectiva área, a qual era cursada no ano subsequente, sendo que o primeiro

semestre letivo destinava-se às disciplinas teórico-práticas e o segundo ao estágio curricular obrigatório. As áreas de conhecimentos e as habilitações definidas nesse projeto pedagógico são listadas a seguir:

Área de Construção Civil

Habilitações:

- Desenho de Projetos de Construção Predial;
- Tecnologia da Construção Pesada;
- Tecnologia da Construção Predial;
- Tecnologia dos Materiais da Construção e Solos;
- Tecnologia dos Sistemas de Irrigação;
- Topografia.

Área de Eletromecânica

Habilitações:

- Eletrotécnica;
- Manutenção Eletromecânica;
- Produção Industrial;
- Usinagem Mecânica.

Área de Geologia e Mineração

Habilitações:

- Cerâmica;
- Gemologia, Lapidação e Joalheria;
- Geotecnologia;
- Pesquisa Mineral;

- Planejamento e Lavra de Minas;
- Processamento Mineral.

Área de Informática

Habilitações:

- Automação Industrial;
- Computação Gráfica;
- Eletrônica;
- Processamento de Dados.

Área de Serviços

Habilitações:

- Hotelaria;
- Turismo.

Área de Tecnologia Ambiental

Habilitações:

- Controle Ambiental;
- Controle Sanitário;
- Controle da Qualidade de Águas.

Habilitação Especial:

- Segurança do Trabalho.

Convém ressaltar que, em 1996, portanto um ano após a implementação desse projeto pedagógico, é promulgada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9394/96, e, em 1997, através do Decreto nº. 2.208/97

e Portaria MEC nº. 646/97, é regulamentada a implantação do disposto no § 2º do artigo 36 e artigos 39 a 42 da referida LDB, os quais tratam da educação profissional.

Com o advento da nova Lei e a respectiva regulamentação da EPT, a Instituição é obrigada a reestruturar-se para atender às exigências de ordem legal vigente na esfera educacional do país. O primeiro aspecto a destacar é a separação do ensino médio da EPT. Nesse contexto, os cursos técnicos integrados que estavam sendo implementados a partir do projeto de 1995 tiveram de assumir novas configurações.

É introduzido em 2000 o ensino médio conforme previsto na nova LDBEN e, ao mesmo tempo, são criados novos cursos em nível técnico, com duração de aproximadamente 18 meses, nas seguintes áreas profissionais:

- Construção Civil (cursos de Construção Predial e Desenhos de Projetos);
- Geomática (curso de Topografia); Mineração (Cursos de Geologia e Mineração);
- Meio Ambiente (curso de Controle Ambiental); Turismo e Hospitalidade (cursos de Turismo e Hotelaria);
- Saúde (curso de Segurança do Trabalho);
- Informática (curso de Desenvolvimento *Web* e Manutenção de Equipamentos de Informática);
- Indústria (cursos de Eletrotécnica e Mecânica).

Diante das exigências da nova LDBEN, os projetos pedagógicos desses cursos são construídos separadamente,

um para o ensino médio (CEFET-RN, 2000) e outro para os cursos técnicos (CEFET-RN, 1999). Essa separação estabelecida pelo Decreto nº. 2.208/97 aliada à dificuldade de articular na prática institucional as duas ofertas resulta em sérios prejuízos à qualidade da oferta institucional de cursos técnicos. Além disso, a implantação de vários cursos de nível superior também afetou os cursos técnicos. Na verdade, vários aspectos concorrem no sentido de comprometer a qualidade da oferta institucional como um todo, dentre os quais destacamos os seguintes (CEFET-RN, 2003; MOURA, 2003):

- a) Os jovens egressos do ensino fundamental passam a buscar a Instituição com o objetivo prioritário de apenas cursar o ensino médio, inclusive, porque o CEFET-RN deixa de oferecer vagas na modalidade do ensino técnico concomitante;
- b) Os cursos técnicos deixam de ser atrativos para os jovens egressos do ensino médio, pois esses preferem submeter-se ao vestibular para ensino superior – cursos superiores de tecnologia;
- c) Os cursos técnicos passam a ser atrativos para os adultos/adultos jovens que já concluíram o ensino médio há algum tempo, mas não têm uma formação profissional. Apesar disso, o CEFET-RN não consegue conectar-se plenamente com as expectativas e necessidades desses coletivos, de forma que são elevados os índices de reprovação e evasão (incompatibilidade de horários, necessidade da oferta de estudos compensatórios, falta de capacitação docente para trabalhar com educação de adultos, falta de flexibilidade na operacionalização dos itinerários dos cursos, entre outros aspectos);
- d) Não existe clareza sobre as diferenças entre os perfis desejados para o técnico e o tecnólogo, gerando uma certa superposição entre as duas ofertas;

- e) Além disso, os fundamentos do novo currículo (por competências e módulos) não alcançam a prática docente. Dessa forma, grande parte dos profissionais ainda não compreendem a mudança de aquisição de conteúdos para desenvolvimento de competências e de disciplina para módulo e, em conseqüência, de avaliação de conteúdo para avaliação por competência;
- f) Em alguns casos, verifica-se a dissonância entre o perfil traçado para os profissionais e as necessidades do mundo do trabalho e da sociedade.

Acrescente ainda o fato de que alguns cursos superiores de tecnologia surgem a partir de demandas específicas e iniciativas de grupos de especialistas ligados às diferentes Gerências Educacionais, ao invés de terem sua gênese em estudos consistentes sobre as demandas da sociedade em geral e do mundo do trabalho em particular.

O primeiro curso superior foi criado em 1998 - Tecnologia em Processamento de Dados, com autorização especial do MEC/SEMTEC, pois a ETFRN ainda não se constituía como CEFET-RN e, portanto, não tinha autonomia para criar cursos neste nível de ensino, embora o Projeto Pedagógico de 1995 já previsse a verticalização da educação tecnológica. A criação dos demais cursos ocorre de forma mais simplificada, pois o CEFET-RN já dispunha de autonomia para implantá-los.

Ocorre que em 2 de dezembro de 1994, através da Lei nº. 8.948, a Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte já havia sido transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte. Entretanto, a autorização para a implantação do CEFET-RN só ocorreu através de um Decreto s/n de 18/01/1999, publicado no Diário Oficial da União no dia 19/01/1999.

Atualmente, o CEFET-RN conta com os seguintes Cursos Superiores de Tecnologia:

- Desenvolvimento de Software (Portaria nº.140/2002-DG/CEFET-RN), que, inicialmente recebeu a nomenclatura: Processamento de Dados (Portaria nº 2072/1997-MEC);
- Meio Ambiente (Portaria nº 128/1999-DE/CEFET-RN), atualmente com a denominação de Controle Ambiental;
- Automação Industrial (Portaria nº.84/2000-DG/CEFET-RN);
- Tecnologia em Materiais (Portaria nº 121/2003-DG/CEFET-RN);
- Comércio Exterior (Portaria nº 121/2000-DG/CEFET-RN);
- Lazer e Qualidade de Vida (Portaria nº141/2002-DG/CEFET-RN);
- Construção Civil (Portaria nº 283/2002-DG/CEFET-RN), que hoje recebe a designação de Produção da Construção Civil.

Além desses cursos superiores de Tecnologia, o CEFET-RN, ampliando seu leque de ofertas na educação superior, oferece três cursos de Licenciatura, cujo objetivo é ampliar a oferta de qualificação de profissionais para o magistério:

- Física (Portaria nº 143/2002-GD/CEFET-RN);
- Geografia (Portaria nº 144/2002-GD/CEFET-RN);
- Espanhol.

Considerações Finais

A sociedade hoje vem passando por mudanças profundas decorrentes da reorganização mundial, direcionada pela internalização do capital e do trabalho. Essas mudanças vêm impondo inúmeros desafios que levam a problematização

de várias áreas da atividade humana, destacando dentre elas a educação.

Diante desse contexto percebe-se que o mundo do trabalho está se alterando contínua e profundamente, exigindo do profissional o compromisso de se aperfeiçoar permanentemente para se manter vivo no jogo entre as certezas e as incertezas, que vão acontecendo no decorrer das mudanças da atual sociedade, exigindo, cada vez mais, trocas de experiências com seus pares, construindo conhecimentos que permitam dominar e compreender o seu fazer profissional.

Essa prática profissional se materializa a partir do exercício cotidiano de suas relações e integrações culturais que exigem compromisso ético, técnico e político, além de habilidades pessoais e capacidade para enfrentar situações mais ou menos transitórias e variáveis, nas quais o elemento humano é determinante e dominante e onde estão presentes símbolos, valores, sentimentos e atitudes.

Diante disso, é imperativo voltar um novo olhar para as questões que envolvem o homem e sua relação com o mundo do trabalho, o seu meio social e a educação. O ser humano, ao mesmo tempo em que se distingue por aquilo que lhe é singular, caracteriza-se também pelas semelhanças que possui com os outros seres humanos. É no paradoxo, na singularidade, na diversidade e na imprescindível condição da relação consigo mesmo, com seus semelhantes, com outras formas de vida e com a natureza, que o homem se humaniza.

É essa visão que tem influenciado as mudanças de paradigmas, que conduz as Instituições de ensino profissional a organizarem seus currículos de maneira que privilegiem os valores humanos, a liberdade, a multiplicidade, o respeito pela vida, a criatividade, entre outros.

É assim que a Escola de Aprendizizes Artífices de Natal, atual CEFET-RN, ao longo de sua história, tem assumido novas características, que foram sendo impulsionadas e/ou motivadas pelo contexto histórico-econômico da sociedade. É oportuno, porém, ressaltar que, apesar de tantas mudanças,

em nenhum momento a Instituição perdeu o seu propósito maior de qualificar pessoas para atuar no processo produtivo e na sociedade em geral, sempre preocupada com a formação de cidadãos conscientes de seus objetivos e em condições de escolher, entre as opções, aquelas favoráveis à reconstrução da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Decreto Federal nº 19.890/31.

BRASIL. Decreto Federal nº 20.158/31.

BRASIL. Decreto Federal nº 21.241/32.

BRASIL. Constituição Brasileira de 1934.

BRASIL. Constituição Brasileira de 1937.

BRASIL. Decreto Federal nº 4.244/42.

BRASIL. Decreto Federal nº 4.073/42.

BRASIL. LDB nº 4024/61.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Legislação do ensino industrial: diretoria do ensino industrial. Brasília: MEC, 1963.

BRASIL. Lei nº 5692/71.

BRASIL. MEC/CNE – Parecer nº 45/73.

BRASIL. Lei nº 7.044/82.

BRASIL. MEC/CNE – Parecer nº 16/99.

BRASIL. Decreto nº 2.208/97.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Educação profissional**: referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico. MEC: Brasília, 2000. 136 p.

BRASIL. MEC. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília, 2000.

BRASIL. MEC. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Educação Profissional**: Legislação Básica. Brasília: Ministério da educação, 2001.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Projeto Pedagógico da ETFRN**. Natal: ETFRN, 1975.

_____. **Proposta curricular da ETFRN**. Natal: revista da ETFRN, 1995.

_____. **Projeto do PROEP / CEFET-RN**. Natal: CEFET-RN, 1998.

_____. **Projeto de reestruturação curricular**. Natal: CEFET-RN, 1999.

_____. **Proposta curricular para o ensino médio**. Natal: CEFET-RN, 2001.

_____. **Redimensionamento do Projeto Pedagógico do CEFET-RN**:

Ponto de partida. Natal: CEFET-RN, 2003.

_____. **Projeto político-pedagógico do cefet-rn: um documento em construção**. Natal: CEFET-RN, 2005.

MOURA, D. **La Autoevaluación como Instrumento de Mejora de Calidad: un Estudio de Caso (El Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte / CEFET - RN / Brasil)**. 2003. 516 f. Tese (Doctorado en educación) – Facultad de Educación de la Universidad Complutense de Madrid. Madrid, 2003

A criação da Unidade de Ensino de Mossoró: realização de um sonho da população do Oeste potiguar

Marcos Antônio de Oliveira ¹

O marco histórico de maior significado para o processo de interiorização das ações do CEFET-RN é a criação da Unidade de Ensino Descentralizada de Mossoró (UNED-Mossoró), com sede nessa Cidade situada no semi-árido potiguar, a 277 km da Capital. A inauguração acontece em 29 de dezembro de 1994, momento em que a Instituição ainda não havia concluído o processo de cefetização, o que somente vai ocorrer em 18 de janeiro de 1999, através de decreto presidencial.

Antes da criação da UNED-Mossoró, as ações da antiga Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN) chegavam ao interior do Estado de forma pontual e atendiam a algumas necessidades dos municípios mais próximos de sua sede em Natal.

A partir do final da década de 1970, tem início a produção petrolífera no interior do estado, notadamente na região de Mossoró. Nos anos seguintes, essa produção aumenta de tal forma que, na década de 1990, a bacia potiguar já representava a maior produção de petróleo terrestre e a segunda maior do país, fato que se mantém até os dias atuais.

A indústria petrolífera passa a gerar emprego e renda em grande escala seja através de contratações diretas pela PETROBRAS seja pelas subsidiárias que terceirizavam algumas atividades. Contudo, sendo a indústria petrolífera um segmento produtivo de alta especialidade, não encontrava no Rio Grande do Norte profissionais devidamente qualificados para assumir os postos de trabalho. Desse modo, a companhia contrata inicialmente elevado contingente de egressos -

¹ Professor do CEFET UNED- Mossoró, Licenciado em Matemática, Bacharel em direito Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente

mesmo sem experiência profissional – da antiga ETFRN e da Escola Técnica Federal do Ceará (ETFCE) para atender as demandas da crescente produção.

O CEFET-RN, instituição que, desde os idos de sua criação, tem enraizada a cultura do empreendedorismo, analisando aquele cenário da economia potiguar, inicia um processo interno de discussão e posterior elaboração do projeto de criação de uma Unidade de Ensino Descentralizada, com sede em Mossoró, que fosse capaz de formar profissionais com o mesmo nível de excelência e reconhecimento daqueles formados na capital. Desse modo, foram realizadas diversas gestões dos dirigentes para concretização desse ideário no final do ano de 1994.

A importância de que se reveste um processo de interiorização das ações de uma instituição de excelência foi descrito por Oliveira (2003, p. 84) em estudo sobre a reestruturação produtiva e regionalização da economia no território fluminense, no qual destaca a presença marcante, no interior do Estado de Rio de Janeiro, de um conjunto de instituições, dentre as quais o CEFET-RJ e o CEFET-Campos, responsáveis pela oferta de cursos técnicos, de graduação, pesquisa, pós-graduação e extensão. Em outras palavras, essas instituições compõem um complexo científico e tecnológico que dão suporte ao centro industrial.

Em fevereiro de 1995, iniciam-se as atividades letivas da UNED-Mossoró, com a oferta de 200 vagas no curso técnico em Eletromecânica, na modalidade integrada, para a formação de técnicos nas modalidades de Manutenção, Eletromecânica e Eletrotécnica. Naquela época, havia uma grande expectativa da população de Mossoró e região em relação à instalação da Unidade de Ensino da ETFRN. Esse fato é bem retratado nas palavras de Etevaldo Almeida Silva, egresso da primeira turma do curso de Eletromecânica da ETFRN, Unidade de Mossoró, quando indagado sobre o motivo que o teria levado a ingressar na Instituição:

“Foi a fama da Instituição. Vim de Fortaleza para Mossoró a passeio e aqui chegando parentes me incentivaram a fazer seleção para estudar na ETFRN, mesmo eu já tendo cursado o segundo grau (ensino médio), pois afirmavam ser uma instituição de qualidade e com boas perspectivas.” (Entrevista concedida em 19 jan. 2006)

No ano seguinte, com base na filosofia de procurar atender às áreas de maior demanda, foi implantado o curso técnico de Construção Civil, com habilitações em Tecnologia das Construções e Desenho, para atender às demandas reprimidas, posto que, nessa área, os centros de formação profissional mais próximos eram os de Natal/RN e Fortaleza/CE. Em 1997, foram criados os cursos técnicos de Informática Industrial e Segurança do Trabalho. Naquele momento histórico, a UNED-Mossoró era a única instituição da região com oferta de vagas nessas áreas, sendo posteriormente implantados os cursos superiores de Ciência da Computação, na UERN, e Sistemas de Informação, na Faculdade de Ciências e Tecnologia Mater Christi.

O clima organizacional como fator de desenvolvimento pessoal e profissional e seus reflexos na formação dos discentes

O início das atividades na UNED-Mossoró é marcado por uma sinergia muito forte de todos os atores – docentes, técnico-administrativos e discentes. O zelo pelo bem público e o desejo de atender de modo satisfatório às expectativas dos alunos e da sociedade, além da cooperação, constituíam a prioridade, senão de todos, mas certamente da maioria dos servidores. Esse fato fica muito evidente nas palavras da bibliotecária Elvira Fernandes de Araújo Oliveira:

“(...) Na fase de implantação da biblioteca chegava a trabalhar três turnos, além de sábados e domingos para que tudo estivesse funcionando bem no segundo semestre letivo de 2005. Havia uma equipe muito boa onde destaco a participação da servidora Antônia Celma e do aluno-bolsista Etevaldo Almeida (...) Eu era envolvida também com atividades ligadas ao setor de assistência social, com destaque para o projeto desenvolvido com crianças do bairro Teimosos (...) Também cooperava com as atividades culturais que eram coordenadas pela pedagoga Marta Medeiros. Para que os alunos não se desestimulassem, chegávamos a improvisar palestras sobre temas variados como leitura, normas da biblioteca e conservação do patrimônio (...)” (Entrevista concedida em 10 jan. 2006)

Observa-se que, naquele momento, surgem algumas atividades de extensão com a participação efetiva de servidores e alunos. Tais atividades tinham o propósito de subsidiar o trabalho desenvolvido em sala de aula. É também nesse ano que a ETFRN implanta um novo projeto político-pedagógico, o qual tinha como finalidade a formação omnilateral que, nas palavras da pedagoga Cláudia Medeiros, pode ser definida como aquela em que “devemos procurar dar conta de todas as dimensões do ser humano, o que passa pela valorização da arte e da cultura”. Esse sentimento é também compartilhado por Etevaldo Almeida ao destacar que

“(...) a formação cidadã era uma preocupação muito forte da Instituição, e os alunos eram muito envolvidos com a ETFRN. Posso destacar os trabalhos de língua portuguesa e os de arte que muito contribuíram para nossa formação”.

Igual concepção tem o professor Sandro Antônio Godeiro de Andrade, docente mais antigo e um dos fundadores da UNED-Mossoró. Para ele, que tem longa experiência lecionando nas redes pública e privada, na Capital e no interior,

“...a Instituição é a melhor escola para se trabalhar no Rio Grande do Norte pela forma como se envolve com a comunidade, pelo corpo discente de excelente qualidade, pelo convívio harmonioso dos servidores e pela equipe gestora que mantém um diálogo democrático com todos.” (Entrevista concedida em 21 jan./2006)

De acordo com o professor Rady Dias de Medeiros, ex-diretor da UNED, o qual sucedeu o professor Nivaldo Ferreira da Silva, primeiro dirigente dessa Unidade, “a relação entre todos os segmentos da Instituição sempre se deu de forma muito respeitosa e cooperativa”. Ressalta ainda que, entre os alunos, essa relação “é mais cooperativa do que competitiva” e que grande parte do sucesso deve-se também à colaboração das famílias que estão sempre presentes na Instituição, contribuindo com o trabalho da equipe pedagógica.

Cláudia Medeiros, tecendo algumas considerações acerca de sua trajetória na Instituição, considera como “divisor de águas” em sua carreira profissional o ideário de educação pública e de qualidade preconizado pelo professor Nivaldo Ferreira da Silva, a quem atribui grande importância pelas idéias que motivaram o desenvolvimento de um clima organizacional favorável ao bom desenvolvimento das atividades acadêmicas naquele momento de esperança e de muitas dificuldades. Destaca, ainda, que a Instituição favoreceu o seu desenvolvimento pessoal, pois, a partir do enfrentamento das dificuldades, percebeu que sua contribuição naquele momento era de fundamental importância para a Instituição. Registra também que a maior contribuição profissional é o despertar para a necessidade de, permanentemente, buscar o conhecimento.

Programas de assistência ao educando: uma estratégia de inclusão social

Desde que foi criada, a UNED incorpora os programas instituídos na Unidade Sede, destinados a assistir os discentes – bolsa de trabalho, auxílio alimentação e assistência médico-odontológica. Este último destina-se ao corpo discente em sua totalidade, enquanto os dois primeiros atendem, prioritariamente, aos alunos oriundos de famílias de menor renda. Esses programas têm-se mostrado como uma importante ferramenta de gestão do ensino, uma vez que a maioria absoluta dos alunos são de baixa renda. Além disso, elevada parcela dessa clientela reside em outros municípios – Apodi, Aracati/CE, Areia Branca, Assu, Itajá, Baraúna, Campo Grande, Caraúbas, Felipe Guerra, Governador Dix-Sept Rosado, Grossos, Martins, Patu, Rafael Godeiro, Serra do Mel, Tibau, Umarizal dentre outros – muitos arcam com a despesa do deslocamento diário e outros vivem em repúblicas ou na Casa do Estudante. O programa de alimentação garante uma refeição diária para esses alunos que necessitam estar na Instituição durante o turno inverso ao de estudo para desenvolver atividades didáticas complementares. A bolsa de trabalho corresponde à remuneração paga pela jornada semanal de 20 horas de trabalho desenvolvido durante o turno inverso, em laboratórios e ambientes administrativos. Em muitos casos, conforme diagnóstico do setor de assistência social, parte do valor da bolsa é destinada à complementação da renda familiar.

Desse modo, tais programas promovem a inclusão desses alunos na medida em que contribuem significativamente para a redução da evasão escolar. A esse respeito, a pedagoga Cláudia Medeiros pontua que:

“(...) Esse é um grande diferencial porque a escola procura garantir ao aluno as condições mínimas para continuar estudando. Não se trata de filantropia, de atender o carente pelo carente, mas de dar as condições mínimas de permanência do

aluno na escola. É a garantia de que o aluno, por mais carente que seja, terá a oportunidade de continuar na Escola até terminar seu curso. Nesse sentido, a Instituição é muito sensível. Faltam políticas públicas para ampliação desse programa.” (Entrevista concedida em 21 jan./2006)

A bolsa de trabalho, assemelhando-se ao estágio, também proporciona ao aluno que atua em setores administrativos da Instituição adquirir experiência no mundo do trabalho. Essa é uma das conclusões da Coordenadoria de Integração Escola-Empresa – CIEE –, que encaminha e acompanha os estagiários da UNED e entrevista periodicamente os supervisores de estágio nas empresas. Em geral, os bolsistas apresentam melhor desempenho no estágio em relação aos demais alunos.

Projetos de pesquisa e extensão e suas interfaces com o ensino

O diálogo entre o ensino e a extensão tem início, embora de forma não sistemática, ainda no primeiro ano de funcionamento da Unidade, como dito anteriormente. A partir de 1998, a Instituição passa a realizar anualmente uma exposição científica e tecnológica – EXPOTEC – como forma de fomentar o desenvolvimento de trabalhos no âmbito das áreas de conhecimento ao mesmo tempo em que facilita a integração entre essas áreas, a Instituição, o mundo produtivo e a sociedade. Nesse evento, são produzidos, em média, 40 trabalhos e são oferecidos 30 minicursos, além de palestras e diversas apresentações de cunho artístico-cultural.

Em 2001, é instituída a Semana do Meio Ambiente, que visa promover um debate das principais questões relacionadas ao meio ambiente, abordando temáticas atuais em níveis local, regional e global. O evento conta com a participação efetiva de discentes e docentes da UNED-Mossoró, bem como de alunos de diversas escolas, professores,

pesquisadores e comunidade, sempre procurando interagir com a arte e atrair novos atores que possam enriquecer os debates.

O PROCEFET é um dos mais importantes programas do CEFET-RN, em funcionamento desde a época da antiga ETRN e que foi implantado na UNED ainda em 1995. Esse programa de extensão “permite aos alunos da rede pública fazer uma revisão de conteúdos, uma reflexão sobre conteúdos não aprendidos. (...) é uma forma de garantir a entrada desses alunos em condições de acompanhar seu curso” (Cláudia Medeiros).

Os projetos de pesquisa surgiram de forma institucionalizada a partir do ano 2004, com a criação da Diretoria de Pesquisa, que instituiu um programa de pesquisa com o aporte de recursos financeiros para o pagamento de bolsa de iniciação científica aos alunos e bolsa de produtividade aos professores. No mesmo ano, a UNED-Mossoró criou uma Coordenadoria de Pesquisa e um núcleo de pesquisa em ciências e tecnologias ambientais e, no ano seguinte, criou os núcleos de construção civil e desenvolvimento sustentável e o de pesquisa em educação que, juntos, comportam 15 pesquisadores. Apesar de incipiente, a pesquisa vem apresentando um bom crescimento. Em 2005, a produção científica passou de um para cinco projetos, três com financiamento e dois resultantes de atividades desenvolvidas em sala de aula.

A ação institucional frente às novas demandas do setor produtivo

A Unidade de Mossoró, durante sua primeira década de existência, tem procurado, dentro de suas limitações e sem perder de vista sua missão, adaptar-se com a celeridade desejável, às novas demandas do mercado e da sociedade.

Na área do ensino, vem ampliando a oferta no nível técnico, contando atualmente com os cursos de Construção

Predial, Saneamento, Mecânica, Eletrotécnica, Operação e Manutenção na Produção de Petróleo e Gás Natural, Informática, Desenvolvimento de Software e Segurança do Trabalho, cuja duração é de dois ou quatro anos, conforme a modalidade seja seqüencial ou integrada, respectivamente. Realiza também diversos treinamentos / cursos de qualificação profissional para atender demandas pontuais que necessitam de respostas mais rápidas.

Desde o ano de 1998, quando a Instituição forma suas primeiras turmas de Eletromecânica, seguidas das de Informática Industrial e Segurança do Trabalho (1998) e Construção Civil (1999), foram formados 1.446 técnicos, o que representa uma média anual de 180,75 técnicos. Esse fato evidencia o excelente rendimento dos alunos e da Instituição. Segundo dados da CIEE, o mercado vem absorvendo satisfatoriamente os egressos da área da indústria, sobretudo na indústria do petróleo e gás natural. Verifica-se também grande dispersão desses egressos no território nacional, com dezenas deles atuando na Companhia Vale do Rio Doce – CVRD – e suas subsidiárias, na Região Norte.

Na indústria da construção civil, cuja baixa qualificação da mão-de-obra tem sido um problema histórico no Brasil, o cenário tem mudado consideravelmente com a contratação de técnicos para acompanhamento e execução de projetos, o que antes era feito pelo mestre-de-obras. Há um ano a UNED-Mossoró implantou o curso técnico de Saneamento com o objetivo de diversificar sua oferta nessa área para atender à crescente demanda por qualificação para o segmento do saneamento básico.

Na área de Informática, a partir de 2001, houve a suspensão da oferta de vagas para o curso técnico de Informática Industrial e a implantação do curso técnico de Desenvolvimento de Software. Os egressos desse curso têm sua atuação mais voltada para o setor público, contudo parcela significativa vem enveredando nos caminhos do empreendedorismo, prestando suporte técnico a empresas e pessoas físicas.

Na área da saúde, a oferta de vagas no curso técnico de Segurança do Trabalho tem sido bem inferior às demandas, considerando que o campo de atuação do profissional dessa área é extremamente amplo. Dessa forma, a absorção dos egressos no mercado de trabalho ocorre de forma muito acelerada, de modo que a formação de técnicos tem sido insuficiente para atender às necessidades desse mercado.

Visando a uma atuação mais direcionada às necessidades das empresas, o CEFET-RN criou e implantou, no ano de 2005, o curso técnico de Operação e Manutenção na Indústria do Petróleo e Gás Natural em parceria com a Agência Nacional de Petróleo – ANP – projeto implantado também na Unidade de Mossoró e que, na fase inicial, oferta vagas na modalidade seqüencial com vistas a dar maior celeridade à formação técnica de profissionais para o setor do petróleo e gás.

No período de 2001 a 2004, o CEFET-RN suspendeu a oferta de vagas na modalidade integrada, cumprindo determinação imposta pelo Decreto 2.208/97. Nesse período, as ofertas na UNED-Mossoró foram direcionadas à educação profissional subsequente e ao Ensino Médio. Com isso, os alunos egressos do Ensino Médio melhoraram ainda mais seu desempenho em concursos e vestibulares, a exemplo do que ocorreu recentemente na avaliação do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM – na qual a UNED teve o melhor desempenho na cidade de Mossoró, em todos os parâmetros utilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP.

A partir de 2005, com a revogação do referido Decreto e o redimensionamento do projeto político-pedagógico do CEFET-RN, a Instituição retomou a oferta do ensino técnico na modalidade integrada, mas manteve, nas suas duas Unidades de Ensino, a modalidade subsequente para atendimento à demanda de alunos que estão no mercado de trabalho sem ter formação técnica e extinguiu a oferta de vagas para o chamado Ensino Médio “puro”.

A consolidação da UNED-Mossoró como instituição de excelência na formação de profissionais técnicos é uma

realidade. Todavia, sua participação nas discussões de temas relevantes para a sociedade vem conferindo destaque a esta Unidade de Ensino nos contextos local e regional, como observa Cláudia Medeiros:

“[...] Temos agora um papel fundamental para o desenvolvimento dessa região. Assim, enquanto Instituição, precisamos pensar de forma macro, planejando a médio e longo prazos ações que contemplem não apenas o que já é desenvolvido, mas o que poderá ser concebido como vocação da região. Para tanto, temos os grupos da pesquisa e o pessoal do mestrado em meio ambiente, que começa a desencadear uma nova visão sobre essa nossa região. Com isso, a Instituição começa a se inserir numa série de discussões que, sem dúvidas, irá levar a escola a atuar num campo ainda mais abrangente.

Além da aproximação cada vez maior com a sociedade, a Instituição vem ampliando suas parcerias com as organizações e com o setor produtivo do seu entorno, o que tem sido fundamental para a crescente inserção dos jovens formando no mundo do trabalho.

Desse modo, a Unidade de Ensino de Mossoró apresenta-se como instituição de vanguarda na sua área de atuação, mostrando-se atenta às transformações do mundo globalizado, com um corpo profissional formado por técnicos e docentes de alto nível e uma estrutura administrativa moderna e flexível, capaz de se adaptar às novas demandas, não obstante as dificuldades de ordem financeira e o reduzido quadro de

pessoal, que são fatores limitantes ao desempenho institucional. Assim, a consolidação da UNED-Mossoró representa um marco importante na história da região o que lhe confere o título de patrimônio do povo mossoroense e oestano.

REFERÊNCIAS

OLIVEIRA, Floriano José Godinho. **Reestruturação produtiva e regionalização da economia do território fluminense**. 2003. 231 f. Tese (Programa de pós-graduação em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

RODRIGUES. João Batista Cascudo. **Interiorização da Universidade**. Mossoró: Editora Fundação Vingt-Um Rosado, 2001. 186 p. (Coleção Mossoroense)

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Resultados do ENEM 2005. Disponível em: < <http://200.130.24.7/basica/enem/desempenho/default.php> >. Acesso em: 08 fev. 2006.

Anexos



Escola Aprendizes
Fonte: arquivo CEFETR N



Sede na Av. Rio Branco
Fonte :arquivo do CEFET RN



Construção CEFET-RN
Fonte: Arquivo CEFET RN



Av. Bernardo Vieira, ano 1972
Fonte: Arquivo CEFET RN

Boixa Verde, 14 de Fevereiro de 1952

Dr. Dr. Salom Guimarães
Diretor de Divisão do Ensino Industrial

Prezado Senhor:

Enterrampando o silencio pricante entre nós, vindo por intermedio desta, comunicar-lhe, que sou um ex-aluno da Escola de Aprendizes Artifices, hoje Liceu Industrial de Natal, que conclui o curso Alfaiate na mesma, em 1936 e não foi recompensado com a ferramenta, a qual tem direito os alunos, de acordo com o regulamento como o senhor sabe.

Portanto estou lhe remetendo pelo mesmo correio, o meu requerimento pedindo, que o senhor se digne de mandar entregar-me a mesma, pois sou um rapaz pobre, curiano de familia e a vivo impossibilitado de ganhar o dinheiro a falta desta. Como não posso comprar o necessario e que peço-lhe

Carta do Aluno sobre Máquina de Costura- parte I

52

com caridade e espero que o DD se
dedique a muitas outras com justiça.

Na expectativa, confiante de vossa
resposta, subscrevo-me com estimo e
consideração

Mário Targino de Andrade.

Rua Dr. João Pessoa 503
Praia Verde, Rio grande Norte

Carta do Aluno – parte II



Alunos em aula , 1967
Fonte : arquivo CEFET RN



Alberto Maranhão (ao centro) na Associação de Ex-alunos da EIN Fonte arquivo CEFET- RN



Telegrama noticiando o Dec. Lei 4127/

30

outubro

51

DEPUTADO ALUISIO ALVES

CÂMARA DEPUTADOS

RIO

30/10/51 - Resposta seu telegrama setembro último vg informo projeto duzentos dois corrente ano autoria deputado Madeiros Neto vg refere-se elevação a Técnica Escola Industrial Macaé vg cuja situação é idêntica nossa pt Para elevação faz-se necessária criação mais dois cursos técnicos vg que sugerimos fossem Pontes e Estradas e Desenho Técnico pt Orgulhamo-nos proclamar Escola Industrial Natal reputada como atendendo modo inteiramente satisfatório elevados objetivos ensino profissional país vg podendo eminente amigo procurar vg nesse sentido vg depoimento doutor Solon Guimarães vg atual Diretor Ensino Industrial Ministério Educação vg e doutor Francisco Montojos vg CBAI Avenida Marechal Câmara vg trezentos cinquenta vg Edifício Canabarro oitavo andar vg ambos conhecedores situação todas Escolas rde federal pt Criação Cursos Pontes e Estradas e Desenho Técnico justifica-se perfeitamente face necessidade Região referidos técnicos e possibilidades amplas nossas atuais instalações pt Saudações pt Jeremias Pinheiro - Diretor

Correspondência sobre a Transformação de Escola Industrial em Escola Técnica

Fonte : arquivo CEFET RN

Atravessando todo século XX, o CEFET-RN foi se transformando e se descobrindo ao longo do tempo, renovando-se junto com sua comunidade, desafiando desde sempre os limites estabelecidos ao longo do tempo e ampliando horizontes para tantos estudantes. Palco de experiências de vanguarda do ponto de vista educacional e político, o CEFET-RN muitas vezes implantou projetos pioneiros, servindo de exemplo para rede tecnológica espalhada pelo Brasil.

Através da análise de documentos internos, livros, registros em arquivos públicos e imprensa local, e do depoimento de professores que atuaram na instituição em diferentes décadas, este livro traça um perfil do CEFET-RN, sua origem e evolução nas últimas décadas, desde a fundação da Escola de Aprendizes e Artífices, no início do século XX até Centro Federal de Educação Tecnológica, no alvorecer do século XXI.